UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FORMAS DE EXISTÊNCIA EM ÁREAS DE FRONTEIRA.
A POLÍTICA PORTUGUESA DO ESPAÇO E OS ESPAÇOS DE PODER NO OESTE
AMAZÔNICO (séculos XVII e XVIII)

CHRISTIAN PURPURA
ORIENTADORA: PROFa Dra LAURA DE MELLO E SOUZA

SÃO PAULO
2006

Sumário

Resumo	4
Agradecimentos	5

Introdução

Questões norteadoras	6
A historiografia e a Amazônia	14
Divisão do trabalho	21

1

A construção do espaço

1.1 O espaço vislumbrado	25
1.2 A cartografia na época dos descobrimentos	32
1.3 O espaço encenado	38
1.4 O espaço amazônico e a retórica da conquista	49
1.5 A conquista	55

2

A domesticação do espaço

2.1 A configuração de um espaço político português na Amazônia	70
2.2 As fortificações e a fronteira	80
2.3 As ordens religiosas e a política indigenista	88

2.4 As missões carmelitanas e a política territorial	100
--	-----

3

Práticas do espaço

3.1 Empresários dos sertões	110
-----------------------------------	-----

3.2 Relações interétnicas: a troca desigual	118
---	-----

Bibliografia	127
---------------------------	-----

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo o estudo da colonização portuguesa do oeste amazônico a partir da atuação de atores sociais significativos tais como o missionário carmelita e o sertanista. Esses agentes da colonização, com seus papéis diversificados, participaram à formação de um território político português cuja extensão foi definida pelas relações com as populações indígenas.

Abstract

The following dissertation aims at the study of the portuguese colonization of western Amazônia, and it will consider the action of significant social agents such as the Carmelite missionaries and the sertanistas. These agents, through their relationship with the Amazonian Indians, granted the formation of the political territory of Portugal.

Agradecimentos

Apesar de o trabalho de pesquisa histórica ser feito de maneira solitária através da leitura das fontes e do confronto bibliográfico, não deixa de ser um esforço no qual várias pessoas deixam sua influência. O ambiente em que a pesquisa é feita é fundamental. De modo geral, a participação em cursos diferentes nos últimos anos proporcionaram o crescimento da pesquisa. Mais especificamente algumas pessoas foram determinantes. O primeiro e principal agradecimento vai para minha orientadora, Profa Dra Laura de Mello e Souza que me introduziu e conduziu na orientação bibliográfica e documental e demonstrou sempre grande disponibilidade. Aos manaoaras Luís Bitton, Almir Diniz e Auxiliomar Augarte devo um agradecimento especial por ter aprendido muito sobre a cultura e história da Amazônia. O entusiasmo para com esta terra e sua história é compartilhado com Nelson Papavero. A ele e a Claude Papavero agradeço pela generosidade. A Nelson em especial pelos belos livros que ele vem publicando sobre a história natural da Amazônia. O trabalho que apresento se beneficiou dos comentários pertinentes da banca de qualificação nas pessoas do Prof Dr Adone Agnolin e do Prof Dr Pedro Puntoni. Na fase de levantamento bibliográfico e documental lembro a ajuda competente do Padre Boaga, O. C. no Arquivo da Ordem Carmelitana em Roma. Em São Paulo agradeço Marta da Biblioteca Florestan Fernandes. À CAPES, e à sua bolsa de estudo, devo a possibilidade material de ter realizado este trabalho. Gostaria ainda de agradecer Fátima de Melo Toledo, por compartilhar o prazer pela História e Érika Salatini que leu partes do meu texto. Finalmente, gostaria de agradecer os meus pais. A eles este trabalho é dedicado.

Introdução

Questões norteadoras

A presença portuguesa na região do rio Negro e Solimões que, ao longo de nosso estudo, chamaremos também de oeste amazônico, data da segunda metade do século XVII e é o resultado de um processo de expansão, em grande parte orientado pelo Estado, mas com desdobramentos de iniciativas individuais que fugiram ao seu controle, cujas razões, políticas e econômicas, quando não existenciais, podem ser encontradas na formação original da colônia do Maranhão e Grão-Pará. Nossa dissertação terá por objetivos a reconstrução deste processo e a análise das formas de existência que ocorreram naquela região no contexto da missão e da fortificação, os dois núcleos estáveis principais a partir dos quais Portugal incorporou o interior amazônico, até que a criação da capitania de São José do Rio Negro em 1755 redefiniu, sob outros pressupostos, a administração territorial.

Nosso recorte geográfico tem validade histórica no momento em que o interior amazônico, na última década de seiscentos, foi objeto de uma repartição entre as ordens religiosas, pela qual, a área do Negro e Solimões coube aos carmelitas, uma ordem presente no Maranhão e Grão-Pará desde as primeiras fases da colonização, mas que até então não tivera experiências missionárias.

Nosso trabalho pretende suavizar uma corrente interpretativa bastante aceita na historiografia, segundo a qual o governo de Francisco Xavier Mendonça Furtado, nos anos 50 do século XVIII, operou uma ruptura com os governos anteriores no que diz respeito à política territorial. Certamente, a lei da liberdade dos índios contida no diretório pombalino,

a secularização do interior com a transformação das missões em vilas e, finalmente, a criação da capitania de São José do Rio Negro foram medidas radicais que favorecem uma leitura da política portuguesa no sentido de uma vigorosa inovação. Contudo, as interpretações dominantes sugerem que uma política para o longínquo interior se afirmou apenas no período pombalino, esquecendo quanto foi feito em administrações anteriores. Nesta linha de análise, o historiador Manuel Nunes Dias escreveu que para o vale do Amazonas, durante o governo de Mendonça Furtado, o “que era Geografia passou a ser História”,¹ afirmação pouco plausível, e que, no entanto, é incorporada por outro historiador respeitável como Ciro Flamarion Cardoso, que a cita. No nosso entender, a repartição do espaço missionário e a formação de uma rede de fortificações, longe dos núcleos urbanos de Belém e Cametá, foram medidas importantes de afirmação da autoridade portuguesa no interior, mesmo antes de Mendonça Furtado. Cruciais, neste aspecto, foram os últimos anos do século XVII, aqueles que correspondem ao governo de Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho e com os quais coincide o início da atividade missionária dos carmelitas no extremo oeste.

A missão e a fortaleza representaram a manifestação, ao mesmo tempo concreta e simbólica, do domínio lusitano, servindo aos interesses da metrópole, a primeira sendo o mais poderoso meio de agregação das populações indígenas, a segunda exercendo papel de fiscalização e de concentração de milícias indígenas na defesa dos territórios de Portugal. A missão como instituição de fronteira tem sido objeto de importantes estudos,² enquanto carecem trabalhos do mesmo porte sobre as fortalezas.³ No caso amazônico podemos lembrar algumas pesquisas de Arthur Cezar Ferreira Reis pelo qual as fortalezas eram

¹ Apud Cardoso, Ciro Flamarion, *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana francesa e Pará (1750-1817)*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p 113.

² Lembramos aqui Boxer, Charles, *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*, Rio de Janeiro, Edições Setenta, 1989; Bolton Herbert, “The Mission as a Frontier Institution in the Spanish-American Colonies”, *American Historical Review*, nº 23, 1917, primeiro trabalho a pensar a missão como instituição de fronteira.

³ Um bom trabalho é a tese de Fernanda Fernandez da Silva, *Fortificações brasileiras: máquinas de guerra e de memória*, Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1991; recorremos também a: Correia, João Rosado (org), *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina*, Monzaraz, 1999; Moreira, Rafael (org), *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, Alfa, 1989. Muniz, Palma, *Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá : apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Dionysio Ausier Bentes, Governador do Estado do Pará pelo engenheiro civil Palma Muniz*, Belém, Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1927

“afirmações de soberania” e “marcavam a fronteira”.⁴ Opinião que é partilhada, entre outros, por Antonio Carlos Robert Moraes e por Oscar Beozzo.⁵

A missão e a fortaleza, de acordo com estas interpretações, foram meios para a construção de um território político em que seus limites, ainda na primeira metade do século XVIII, eram definidos menos pela idéia de fronteiras naturais e mais pelo controle das populações nativas. O caso que, no vale do Solimões, opôs o padre Fritz aos carmelitas, e sobre o qual nos deteremos na parte central de nosso estudo, é emblemático das concepções existentes sobre a fronteira naqueles anos. É importante lembrar que o período por nós focalizado, que *grosso modo* vai de 1614 até 1755, é aquele das explorações pioneiras do interior amazônico, cuja geografia foi se revelando aos poucos aos sertanistas, soldados, missionários.

Se o curso do rio Amazonas foi conhecido já na primeira metade do século XVI, o mesmo não se pode dizer de seus afluentes. A própria noção de sertão, usada para se referir ao vasto interior, é reveladora dos conhecimentos vagos e rudimentares do espaço amazônico que dificultavam o uso de acidentes geográficos como fatores de demarcação territorial. Quando uma pedra incisa com determinados sinais era colocada na confluência de dois rios, anos depois, era difícil localizá-la. Como exemplo, o rio do Ouro, escolhido por Pedro Teixeira como lugar para fixar os limites entre as coroas ibéricas, foi identificado ora com o rio Japurá ora, pelo governador e historiador do Maranhão Berredo, com o Napo,⁶ na atual Amazônia peruana, em uma tentativa de estender ao máximo as pretensões territoriais dos portugueses. Estas pedras, enquanto elementos demarcadores, tinham uma base jurídica contestável,⁷ mas revelam, de maneira significativa, como os portugueses se

⁴ Reis, Artur Cêzar Ferreira, *A Amazônia que os portugueses revelaram*, Rio de Janeiro, MEC, 1956, p 40. Entre os trabalhos deste historiador: “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1942. e também “O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 13, Rio de Janeiro.

⁵ Moraes, Antonio Carlos Robert, *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo, Hucitec, 1999, p 398. Beozzo, Oscar, *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*, São Paulo, Loyola, 1983, p 28.

⁶ Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, vol 1, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1965, p 406.

⁷ É oportuno lembrar que, em matéria de fronteiras entre Espanha e Portugal, vigorou, até 1750, o Tratado de Tordesilhas.

apoderavam de territórios.⁸ Era suficiente ter estado em determinado lugar, transcrever a declaração da posse em pública-forma, ter tomado contato com os habitantes da região, e assegurado sua “vassalagem” por meio de dádivas para recriminar a posse do território. Os marcos apresentavam também um valor simbólico poderoso que evocava as empresas dos sertanistas, cuja valentia entrava logo na memória dos paraenses.⁹

Não menos importante, na consolidação da posse, foi a obediência das populações indígenas ao soberano português. Esta obediência ocorreu dentro de um processo de socialização que remodelou as culturas nativas e reformulou as bases jurídicas pelas quais o índio se tornou vassalo.¹⁰ O primeiro aspecto desse processo foi levado adiante pelas ordens missionárias e o segundo foi garantido pela legislação.

Entendemos que a questão territorial não pode ser separada da questão indigenista, pois a anexação de territórios se deu através da interação e incorporação, muitas vezes dramática, ao seio da sociedade colonial, das populações indígenas que aí viviam. Como observa Bárbara Sommer

“colonial agents, traders, and missionaries, and the indigenous inhabitants established diverse relationships, sometimes as allies, sometimes as enemies. These relationships, *rather than the occupation of space*, determined the frontier”.¹¹

As populações do vale amazônico, através de sua vassalagem, definiam a área de influência portuguesa, vindo a ter um papel fundamental na política colonial. Na ótica do colonizador, as relações interétnicas – entre portugueses e povos nativos – eram

⁸ Para uma discussão estimulante sobre os aspectos simbólicos e culturais da incorporação de territórios no âmbito da empresa colonial ver Seed, Patrícia, *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*, São Paulo, Unesp, 1999. No entanto, o exemplo por nós mencionado revela uma estratégia de posse que na análise da autora seria tipicamente espanhola, como observado por Agnolin em nosso exame de qualificação. Sem pretendermos desqualificar o estudo de Seed, podemos pensar, em via hipotética, que o paradigma de apoderamento português indicado por esta autora remetia a uma cultura cosmográfica fortemente presente no mundo dos navegadores, mas que entre os sertanistas que desbravaram o interior do continente perderia de força.

⁹ Escreve o ouvidor Ribeiro Sampaio que “Pedro Teixeira adquiriu imortal fama, e se poz ao lado dos heroes da nossa história, brilhando o seu nome nos annaes portuguezes com tão distincta gloria como a dos Gamas, e Cabraes”. Sampaio, Francisco Xavier de, *As viagens do ouvidor Sampaio (1774-1775)*, Manaus, Fundo Editorial, 1985, p 49.

¹⁰ Domingues, Angela, *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p 38

¹¹ Sommer, Bárbara, *Negotiated Settlements: Native Americans and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*, Albuquerque, University of New Mexico, 2000, p 13. *italico* nosso

responsáveis pela construção de um território cuja extensão ia além dos núcleos de povoamento. Se as missões e as fortalezas funcionavam como locais de concentração populacional, eram, ao mesmo tempo, centros de irradiação a partir dos quais estabeleciam-se contatos com os índios de áreas mais distantes. A América portuguesa do século XVII ou XVIII entendida como um arquipélago de ilhas de povoamento¹² reflete uma opinião ancorada a uma visão topográfica e espacial da questão, portanto estática, quando, no nosso entender, foi no campo movediço das relações sociais que se construiu o território, pelo menos na Amazônia. Missão e fortaleza forneceram a base para a formação de um espaço social do qual missionários, soldados, sertanistas e índios foram seus agentes.

Deslocar a análise da estrutura social para o âmbito da interação social oferece uma vantagem importante: aquela de compreender a constituição da territorialidade no desdobramento de vários planos como o econômico, o político, o social. No cruzamento desses planos é possível captar contigüidades, como também contradições e, eventualmente, conflitos.¹³ Houve um projeto metropolitano de organização do espaço a partir da cooptação de seus habitantes. Todavia, os interesses e as motivações dos agentes da colonização não coincidiam necessariamente com os interesses da Coroa. O soldado que se oferecia para servir em uma fortaleza a centenas de léguas de Belém, podia estar usando tal serviço como meio para concretizar alguma atividade naquela área, assim como o missionário carmelita interpretou sua presença no Negro e Solimões além da tarefa evangelizadora.

Embora os colonos tenham representado a possibilidade material de execução de um projeto idealizado pela Coroa, detinham uma margem de liberdade na qual exprimiam determinadas exigências. A colonização do interior ocorreu de uma forma ambígua, ambigüidade que nasceu do fato de os agentes coloniais, com suas entradas ao sertão, aumentarem o domínio de Portugal e, ao mesmo tempo, estabelecerem áreas de influência pessoal.

¹² Almeida, André Ferrand de, *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p 44

¹³ Tanto Nádia Farage, quanto Ângela Domingues, mostram, em seus estudos, a dificuldade em que ocorreu a implementação do projeto colonial e as contradições que este engendrou. Farage, Nádia, *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Domingues, Ângela, op cit.

Indo além de uma mera expressão política na geografia dos impérios ibéricos, a missão e a fortaleza foram também estruturas que participaram, através de seus agentes, do precário crescimento social e econômico da colônia, integrando organicamente o vasto interior amazônico na dinâmica do antigo sistema colonial, cuja característica fundamental foi, segundo formulado por Fernando Novais, a exploração comercial como “fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole”.¹⁴ As drogas do sertão como cacau, anil, salsaparrilha, cravo, entre outros, foram os produtos que esta região ofereceu para o mercado transatlântico.¹⁵ Sua coleta ocorreu dentro de um regime de trabalho no qual o índio se constituía como mão-de-obra principal, seja assalariada seja escrava.¹⁶ No entanto, a economia da região norte nunca teve um papel expressivo, e a pobreza predominou desde o começo da colonização.

À primeira vista, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, quanto a seu ecossistema, divergia daquele do Brasil, tendo só no Maranhão condições favoráveis à instalação de uma economia de *plantation*, enquanto o Pará dificultava uma economia que não fosse extrativa. As dificuldades econômicas em que versava a colônia chamaram a atenção de importantes economistas e historiadores.

Superando o simples determinismo ecológico, Roberto Simonsen e, sucessivamente, Celso Furtado interpretaram a escolha dos paraenses pelo extrativismo em função da imaturidade econômica daquela colônia. Estes economistas apontam a desfavorável coincidência entre o início da colonização amazônica e a crise na qual se encontrava o mercado de produtos tropicais.¹⁷ Embora a crise interessasse toda a América portuguesa, os colonos do Maranhão e Grão-Pará não contavam com a acumulação primitiva das

¹⁴ Novais, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1979, p 59

¹⁵ Entre os estudos sobre o comercio no Maranhão e Grão-Pará ver: Barata, Manuel, “A antiga produção e exportação do Pará”, in Manuel Barata, *Formação histórica do Pará*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1973. Nunes Dias, Manuel, “As frotas de cacau da Amazônia (1756-1777)”, Separata da *Revista da faculdade de ciências*, vol XXXIX, Coimbra, 1967. Alden, Dauril, “The Significance of Cacau Production of the Amazon Region during the Late Colonial Period”, Separata do *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol 120, nº 2, 1976.

¹⁶ Sobre o trabalho indígena ver MacLachlan, Colin, “The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800”, in Alden, Dauril (org), *Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, University of California Press, 1973

¹⁷ Simonsen, Roberto, *História econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p 310.

capitanias de colonização mais antiga,¹⁸ e sua sub-capitalização impedia qualquer investimento importante.

Se comparado às produtivas capitanias do Brasil, o Estado do Maranhão e Grão-Pará situou-se, desde o início de sua colonização, segundo Ciro Flamarion Cardoso, como área periférica. Conforme o historiador,

“a imensa região chegou atrasada a uma competição por colonos, capitais, mercados e escravos negros, na qual esteve sistematicamente em inferioridade de condições diante do Brasil”.¹⁹

Até a introdução da Companhia de Comércio pombalina – depois da fracassada tentativa de criar uma companhia em 1682 – a presença de mão-de-obra africana foi inexpressiva, deixando os colonos dependentes dos índios e de seu trabalho, voltado para a coleta das drogas do sertão.

Na perspectiva de uma abordagem econômica, o índio deixa de ser uma peça no jogo de políticas supra-locais e se torna elemento viável do processo social e colonial. É possível observar isto se analisarmos, através de indícios deixados pela documentação disponível, as relações sociais que surgiram ao redor destes dois núcleos de povoamento. A incorporação dos índios foi em larga parte em função de sua mão-de-obra, orientando no sentido econômico as interpretações de uma parte importante da historiografia.²⁰

Há outro aspecto, pouco investigado, pelo qual o encontro entre agentes da colônia e povos nativos resultou no surgimento de nichos de poder e possibilitou a capacidade de negociação com as autoridades coloniais, ou até a ascensão militar de alguns sertanistas,

¹⁸ Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p 68

¹⁹ Cardoso, Ciro Flamarion, *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas*, Rio de Janeiro, Graal 1992, p 115.

²⁰ A inserção indígena no sistema econômico tem sido análise de estudos clássicos. Em geral ver: Marchant, Alexander, *Do escambo à escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980, 2ª edição. Schwartz, Stuart, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999. Monteiro, John, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994. Sobre o Maranhão e Grão Pará remetemos para os seguintes trabalhos: Alden, Dauril, “El índio desechable en el Estado de Maranhão durante los siglos XVII e XVIII”, *América Indígena*, vol XLV (2), 1985. Gross, Sue, “Labor in Amazonia in the first half of the eighteenth century”, *Americas*, 32:2, 1975. Bellotto, Heloisa Liberalli, “Trabalho indígena, regalismo e colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2 (4), 1982. MacLachlan, Colin, op cit.

inclusive dos cunhamenas. Estes homens, em sua maioria mamelucos, filhos de pais portugueses e mães indígenas, faziam do imenso interior amazônico sua residência, dominando a topografia em razão de um sucedido processo de adaptação ao ambiente e da assimilação de técnicas nativas de existência. A experiência do sertanista, assim como seu saber e poder, se tornaram um instrumento valioso quando, em meados do século XVIII, a disputa fronteira com a Espanha exigiu a realização de políticas territoriais urgentes para a região amazônica. Neste momento histórico, a postura tolerante da autoridade metropolitana em relação a estes homens explica sua importância.

Se a formação de nichos de poder no interior da Amazônia, oficialmente condenados, silenciosamente tolerados, se tornou possível em uma colônia que dependia da mão-de-obra indígena, não menos importante foi a capacidade dos sertanistas de agregar sob o seu comando centenas de índios. Com efeito, estes homens acresciam seu poder a partir das alianças que estabeleciam com os chefes de algumas sociedades locais; inserindo-se no sistema de troca indígena de mercadorias e cativos, podiam concretizar sua atividade predatória. O papel do indígena, portanto, foi fundamental, tanto no que tange os mecanismos de transmissão de saberes, quanto naquele de construção do poder. Elaboramos estas hipóteses na realização do projeto de pesquisa, e recentemente um artigo de Bárbara Sommer explorou a dimensão do poder, vindo a ser uma referência importante no desenvolvimento de nosso trabalho.

A historiadora introduz assim a sua hipótese:

“While the need for native labor certainly motivated the expeditions to the sertão, I would suggest a broader perspective. Unlike other regions of the Americas, in the vast Amazon basin, land had little intrinsic value. The control of Indians, through alliance or by force, conferred power. They could procure more slaves and were essential to any military undertaking in the region”.²¹

Seguindo esta autora deslocaremos a análise do âmbito econômico para aquele do poder, entendido muito simplesmente como capacidade de controle, pela persuasão ou pelo uso da força, de uma pessoa ou de um grupo de pessoas sobre outro grupo social. Entendemos que a viabilização de uma atividade econômica no sertão, seja a coleta das drogas do sertão, seja o apresamento de índios, teve êxito em razão da inserção dos cunhamenas no mundo

²¹ Sommer, Bárbara, “Colony of the Sertão”, *The Americas*, 61:3, 2005, p 403

social local. Este aspecto tem sido negligenciado pelos historiadores da Amazônia e, no entanto, tem uma importância que vai além do contexto regional, já que a vida no sertão significou um meio de ascensão para alguns portugueses e mamelucos. Mais de uma carreira militar foi construída nesse modo.²²

A historiografia e a Amazônia

O período por nos estudado é anterior ao tratado de Madri, pelo qual esta região pertencia, de acordo com o tratado de Tordesilhas, à Espanha. Porém, o vale amazônico não parece ter despertado grandes interesses entre os espanhóis – a não ser nas fases preliminares da conquista – que, além do episódio do padre Fritz, em poucas ocasiões ameaçaram descer por aqueles lados, deixando a iniciativa de sua exploração aos portugueses de Belém, cujas incursões respondiam, *grosso modo*, a duas finalidades: uma de natureza geográfica, de devassamento da intrincada rede hidrográfica; outra de caráter econômico, voltada para a exploração das drogas do sertão e o apresamento de índios. Ambas tiveram consequências políticas já que, violando conscientemente a linha demarcatória de Tordesilhas, puseram os pressupostos para uma rediscussão dos critérios fronteiriços. Episódio de notável importância, inclusive simbólica, na constituição de um território político português na Amazônia foi a expedição que Pedro Teixeira efetuou desde Belém até Quito entre 1637 e 1639.

A expansão territorial da América portuguesa para além do meridiano de Tordesilhas tem atraído a atenção de muitos historiadores de várias gerações, constituindo um dos temas mais debatidos pela historiografia brasileira. A bibliografia sobre o tema, principalmente sobre a ação desbravadora dos bandeirantes de São Paulo, é vasta. Um trabalho de síntese clássico é aquele de Basílio de Magalhães²³ que ao reconhecer diferenças na tipologia das expedições classifica-as em vários ciclos. A ação dos sertanistas

²² *Ib*, p 421

²³ Magalhães, Basílio de, *Expansão geográfica do Brasil colonial*, São Paulo, Editora Nacional, 1978

do norte, na leitura deste historiador, cai entre as entradas oficiais, aquelas que contavam com o apoio do Estado. Como frisa Magalhães,

“o norte da nossa pátria distingue-se pelo maior desenvolvimento *colonial*, de origem metropolitana, ao passo que o sul se caracteriza mais pela desenvolvimento *espontânea*, isto é, pelo desdobramento das suas próprias forças”.²⁴

Magalhães escolhe um episódio famoso do sertanismo amazônico, como a expedição de Melo Palheta ao Madeira por ordem do governador João da Maia da Gama, e, embora não citada pelo autor, a viagem de Teixeira é outro exemplo de uma ação organizada pelas autoridades coloniais.²⁵ Magalhães, no entanto, não leva em consideração muitas outras incursões de caráter clandestino, ou em que o papel do Estado era menos evidente, provavelmente por que o historiador não dominava a documentação manuscrita sobre o Maranhão e Grão-Pará. Um aspecto que o autor considera importante é justamente o papel das missões, sobretudo aquelas jesuíticas, na consolidação da atividade expansionista. Outros núcleos populacionais sedentários, como podem ser as fortalezas, porém, não receberam a atenção devida, mesmo com todo o destaque que o autor deu ao Estado na ocupação territorial.²⁶ Quem, ao contrário, tem valorizado este tipo de presença no interior, inclusive resgatando e publicando importantes documentos, é Arthur Cezar Ferreira Reis, cuja obra é permeada pelas preocupações geopolíticas da colonização e visa enaltecer a ação desbravadora de sertanistas e governadores na formação do território colonial português. Além da questão política da ocupação, Ferreira Reis tem estudado a colonização sob outros aspectos, como o espiritual e o econômico, fazendo isso sempre com uma sólida base documental, sendo, portanto, uma referência importante para qualquer estudioso da região.²⁷

²⁴ *Ib*, p 234

²⁵ Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, op cit, p 406

²⁶ Uma outra característica da ocupação territorial na região norte foi o povoamento controlado tendo na migração de açorianos a leva mais numerosa. Esta migração começou ao princípio da colonização e perdurou no período pombalino. Um episódio radical foi a transposição da cidade de Mazagão, do Marrocos, para o atual Amapá em 1770. Houve também muitos degredos com o intuito de povoar aquela colônia. Sobre estes últimos ver Amado, Janaina, “Viajantes involuntários, degredados portugueses para a Amazônia colonial”, *História, ciência, saúde-manguinhos*, Rio de Janeiro, vol VI (suplemento), 2000.

²⁷ Sobre as obras deste autor remetemos para nossa bibliografia.

A classificação das expedições sertanistas não tem sido a única preocupação dos historiadores. Alguns deles foram buscar os fatores constitutivos destas expedições. Jaime Cortesão é um autor que reconhece no meridiano do Tratado de Tordesilhas uma barreira que impossibilitava a construção do Estado português. De acordo com Cortesão a violação da linha demarcadora era a única maneira viável de pôr as bases para a construção do território brasileiro. Escreve este autor que ao tratado de Tordesilhas “opunha-se uma razão geográfica de Estado que vai presidir a formação territorial do Brasil”.²⁸ A colonização portuguesa teria, então, uma finalidade: aquela de dar uma base política à unidade geográfica e etnográfica de uma parte da América do Sul. Recentemente John Monteiro tem criticado a idéia de Cortesão da bandeira como movimento voltado para a construção de um território político²⁹ e com o livro deste autor ganhou força o estudo do bandeirismo como mecanismo para a formação de uma força de trabalho escrava integrada ao sistema produtivo do altiplano paulista. De fato, a obra de Cortesão é sedutora, e embora a sua tese seja arrojada demais e tenha uma forte concepção teleológica, oferece indicações para o nosso trabalho. Em um capítulo sobre as bandeiras da Amazônia, o autor identifica três aspectos na base de sua formação: o aspecto geográfico que coloca Belém em contato direto com o imenso vale; o aspecto econômico pelo qual foi a pobreza a motivar as entradas dos sertanistas; e, finalmente, o racial, dando destaque ao elemento indígena.³⁰ De acordo com esta leitura, a bandeira resulta ser um movimento com conotações geopolíticas, econômicas e culturais.

Os aspectos culturais da conquista dos sertões do Brasil foram explorados de forma exemplar por Sérgio Buarque de Holanda, um autor que em seus trabalhos incorporou de forma brilhante a história e a antropologia, mostrando uma surpreendente atualidade. *Caminhos e Fronteiras* é talvez, dentro da produção do historiador paulista, a melhor expressão desta atualidade, pela idéia de cultura que aparece nos vários capítulos e que se reflete no título. Ao buscar o processo constitutivo da “civilização” paulista na dialética entre movimento e permanência, caminhos e fronteiras, *routes* e *roots*, nosso autor antecipa o atual debate sobre identidades mestiças e coloca, implicitamente, o conceito de cultura no

²⁸ Cortesão, Jaime, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, MEC, 1958, p 31

²⁹ Monteiro, John, *Negros da terra*, op cit, p 81. A crítica de Monteiro interessa, sobretudo, a leitura que Cortesão fez da entrada amazônica de Raposo Tavares, considerada pelo português como uma grande empresa e pelo americano como o maior fracasso da história das bandeiras.

³⁰ A semelhança com o caso da São Paulo seiscentista é notável, nas linhas gerais. Porém há também muitas diferenças.

percurso da viagem, isto é naquela dimensão dentro da qual, até pouco tempo atrás – e ainda mais na época em que Holanda escrevia – a cultura só podia ser imaginada como destinada à dissolução em razão de uma sua idéia como expressão da *gemeinschaft*.³¹

As entradas ao sertão pelos paulistas são vistas por Sérgio Buarque de Holanda como o terreno no qual o choque de culturas deu lugar a uma nova identidade mameluca. No movimento surgiu uma nova formação sincrética.

“Se junto às paragens povoadas o europeu, graças sobretudo à importação de instrumentos metálicos – machados, enxadas, cunhas, anzóis de ferro – ao conhecimento de meios relativamente simples de obter fogo, e finalmente ao plantio de certos vegetais oriundos de outros climas, conseguira vencer entre nós muitas das limitações impostas pelo ambiente, ampliando com isso a base econômica onde descansava a sociedade constituída pelos seus descendentes nestas terras, outras seriam as condições durante longas viagens por lugares ignorados e incultos. Aqui, o adventício tinha de ficar quase inteiramente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo”.³²

Este trecho separa de maneira clara dois espaços culturais, aquele do povoado que é sedentário, conservador de traços autóctones e aquele do sertão, no qual o movimento encontra plena expressão e os traços urbanos se tornam instáveis e, às vezes, inúteis. O autor continua escrevendo que

“Em São Paulo, cuja população, particularmente a população masculina, se distinguia durante todo o período por uma excessiva mobilidade, a mistura étnica e também a aculturação, resultante do convívio assíduo e obrigatório, seja durante as entradas seja nos sítios de roça, deram ao indígena um papel que será impossível disfarçar”.³³

Aqui Holanda destaca a peculiaridade de São Paulo, cuja vocação foi para o movimento e introduz o indígena, que participou positivamente no processo de formação da identidade mestiça. Com ele, o português logo partilhou uma “solidariedade cultural”³⁴ que, em razão de

³¹ Aludimos aqui à dicotomia conceitual *gemeinschaft/gesellschaft* elaborada por Ferdinand Toennies, pelo qual a *gemeinschaft* (comunidade) é um organismo social pequeno cuja base repousa no parentesco e se caracteriza pela homogeneidade e imobilidade do grupo social. Ao contrário a *gesellschaft* (sociedade) é fundada em relações contratuais impessoais e se caracteriza pela heterogeneidade e instabilidade.

³² Holanda, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p 60

³³ *Ib*, p 60

³⁴ *Ib*, p 61

uma estratégia de adaptação à vida no sertão, se manifestou em seus elementos mais vitais e materiais. A vida material indígena foi a primeira a ser incorporada, e Sérgio Buarque de Holanda dedica a ela páginas importantes pelas quais mereceu o título de historiador da cultura material em um artigo de Ilana Blaj.³⁵ É importante ressaltar as táticas pelas quais ocorreu esta incorporação e gostaríamos de lembrar de uma em particular: trata-se do critério analógico “derivado da tendência para procurar entre os produtos da terra elementos já conhecidos no Velho Mundo”.³⁶ A nosso ver, o critério analógico é interessante por evidenciar a relação fundamental entre movimento e permanência, uma relação que no caso paulista não foi excludente, mas que, ao contrário, pressupôs a confluência de dois espaços e duas temporalidades em um cronotopo: movimento e permanência, inovação e memória organizaram a condição sincrética da experiência paulista. Se o caminho levou ao estabelecimento de fronteiras, o movimento não pôde ser dissociado conceitualmente da permanência e, de acordo com o critério analógico, a inovação contemplou a memória, memória que, retomando uma observação de James Clifford sobre a cultura,³⁷ foi construtiva. Parafraseando este autor podemos concluir que o que em uma cultura “viaja” pode ser analisado em uma relação específica com o que nela “reside”.

Caminhos e fronteiras é ainda um livro que dialoga constantemente com a antropologia, às vezes de maneira crítica, como quando Holanda destaca a “elaboração mental” e o “poder de abstração” dos indígenas para contestar a idéia de mentalidade primitiva de Levi Bruhl.³⁸ É também um livro pelo qual a formação de um tipo de sociedade em seu movimento contrapõe-se à sociedade sedentária da *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. Finalmente, Sérgio Buarque de Holanda é um “autor”, no sentido barthiano, e sua obra é ainda hoje inspiradora de uma maneira peculiar de ver a história da colonização portuguesa.

O tema do movimento e da instabilidade nas zonas fronteiriças foi retomado por Laura de Mello e Souza no belo ensaio *Formas provisórias de existência*, escrito para uma obra sobre as condições da privacidade na América portuguesa. A autora lembra como “foi

³⁵ Blaj, Ilana, “Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material” in Antônio Candido (org), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

³⁶ Holanda, op cit, p 79

³⁷ Clifford, James, *Strade. Viaggio e traduzione alla fine del secolo XX*, Torino, Bollati Boringhieri, 1999, p 63.

³⁸ Holanda, op cit, p 24

nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América”.³⁹ Neste contexto, a improvisação, a acomodação, a forma provisória ditavam as condições de existência, limitando o âmbito da privacidade. Temas parecidos foram estudados mais amplamente por Gloria Kok.⁴⁰ Ainda que seu estudo, como aquele de Holanda, no qual se inspira, seja centrado na São Paulo do século XVII e XVIII, oferece indicações úteis para a análise de processos de hibridismo cultural que ocorreram na parte norte. De fato, a Amazônia foi uma região em que, assim como nos sertões percorridos pelos paulistas, condições ambientais peculiares impuseram aos colonos portugueses uma adaptação que, de certo modo, enfraqueceu a matriz cultural lusitana e favoreceu acomodações com as culturas e os saberes locais.

Finalmente não podemos deixar de lembrar que a colônia do Maranhão e Grão-Pará tem sido objeto nos últimos 15 anos de estudos inovadores. O primeiro a servir de guia e inspiração foi, o hoje clássico, *As muralhas dos sertões* de Nádia Farage, no qual esta autora adota uma atitude crítica para com a colonização portuguesa, sugerindo como a organização do espaço e sua legitimação, tiveram na cooptação do gentio um papel fundamental. Mas a grande inovação do livro é o resgate das populações indígenas como agentes históricos. Farage desenvolveu uma análise a partir do tráfico europeu de índios no rio Branco, em torno do qual índios, holandeses e portugueses detinham projetos distintos: os holandeses estabeleceram com alguns grupos étnicos, principalmente os caribes, mas também os de língua arawak, parcerias comerciais; para a coroa portuguesa, os nativos do rio Branco foram súditos, agentes na defesa do território e garantia de sua posse; por sua vez, estas populações, disputadas pelas duas potências e objeto de determinadas políticas, foram também criadoras de estratégias ao inserir o europeu dentro de seu sistema de alianças. A autora confere a portugueses, holandeses e indígenas o mesmo status de sujeitos históricos, estabelecendo, no plano da narrativa, aquela “paridade” entre europeus e nativos que os eventos da colonização negaram.

Esta renovada abordagem responde a duas instâncias: uma de natureza política, com a qual se assume um compromisso com o resgate da memória de povos injustamente

³⁹ Souza, Laura de Mello e, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in Souza, Laura de Mello e (org) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p 42

⁴⁰ Kok, Gloria Porto, *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 2003

confinados à periferia da história; outra, de natureza histórica, pela qual há um consenso crescente sobre a relevância que estes povos tiveram para a compreensão da colonização européia do novo mundo. As pesquisas de história indígena têm se multiplicado na última década, vencendo certa desconfiança que reinava entre os historiadores em razão do apotegma de Varnhagen, segundo o qual, “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”.⁴¹ Com efeito, pode parecer audacioso conferir aos povos indígenas um papel ativo dentro do processo colonial, pois além de terem sido os “vencidos” – muitas vezes literalmente exterminados – quase faltam registros por eles produzidos. Contudo, alguns historiadores vêm trabalhando com a possibilidade de relatar a experiência nativa na sociedade colonial, pois, no entender destes estudiosos, é necessário, ainda que de maneira parcial e com todas as limitações da documentação disponível, avaliar a participação indígena na história brasileira, indo além da retórica do *vanishing indian*, pela qual o índio existiu apenas nos primórdios da colonização para ser homologado rapidamente em função de um processo de aculturação, ou ser exterminado por causa de guerras e epidemias. É este um fato que se funda em uma pressuposição teórica questionável: o índio como ente passivo. Ao contrário, como Farage e outros autores estão mostrando, os povos nativos, mesmo que desfavoravelmente, atuaram no (e contra o) processo colonial. Nesta relação conflituosa, de acordo com John Monteiro, “a dinâmica interna do Brasil indígena teve suficiente profundidade e densidade histórica para influenciar de maneira significativa a formação da colônia”.⁴²

Um trabalho próximo ao de Nádia Farage é aquele de Simone Dreyfus que explora como os espaços políticos dos índios se entrelaçavam com a demanda holandesa por mercadorias na Guiana Ocidental do século XVII e XVIII.⁴³ Barbara Sommer por sua vez analisou a participação dos índios na implementação de políticas portuguesas, mostrando como os índios incorporaram a hierarquia portuguesa e suas noções de comando.⁴⁴ Algo parecido, mas em contexto e época diferente, tem sido estudado por Celestino de Almeida,

⁴¹ Varnhagen, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*, Tomo primeiro, 3ª edição, São Paulo, Melhoramentos, p 24

⁴² Monteiro, John, *Negros da terra*. Op cit. p 18

⁴³ Dreyfuss, Simone, “Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796”, in Viveiros de Castro, Eduardo e Cunha, Manuela Carneiro da, *Amazônia: etnologia e história indígena*, São Paulo, NHI USP, 1993

⁴⁴ Sommer, Barbara, *Negotiated Settlement*, op cit.

que mostra a formação de uma elite indígena no Rio de Janeiro quinhentista.⁴⁵ Finalmente, há o trabalho da historiadora portuguesa Ângela Domingues, dedicado à implantação da política pombalina no interior da Amazônia, no qual esta autora mostra como o projeto de homologação do colonizador modificou-se, na sua tradução prática, em função de interesses locais.⁴⁶ Estes e outros trabalhos acadêmicos têm o mérito de inserir a região amazônica nas discussões da mais recente historiografia portuguesa e brasileira.

Divisão do trabalho

Nossa dissertação se divide em três capítulos em que trataremos da relação entre os atores do mundo colonial e o palco dos eventos. No primeiro capítulo nos deteremos sobre a peculiar formação territorial do Grão-Pará a partir de representações quinhentistas e da retórica da conquista pelas quais o vale amazônico aparece como uma fronteira aberta. Neste contexto de fragilidade se inscreveu a colonização portuguesa da região. Para escrever este capítulo recorreremos a mapas da Amazônia produzidos no século XVI e à documentação publicada no volume 26 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como também a documentos coletados por Papavero e Studart.⁴⁷ Buscamos auxílio também na bibliografia que tem nos ótimos trabalhos de Joyce Lorimer e Max Justo Guedes sua referência principal.

No segundo capítulo trataremos da domesticação do espaço e do processo que levou os portugueses a se irradiar de Belém para o interior da Amazônia dando ênfase aos missionários carmelitas como agentes coloniais que ocuparam este território, conferindo-lhe, do ponto de vista português, unidade política. A atividade da Ordem foi além do

⁴⁵ Almeida, Maria Regina Celestino de, *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003

⁴⁶ Domingues, Ângela, op cit

⁴⁷ Papavero, Nelson et al (org), *O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002; Studart, Guilherme, *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*, 4 vols, Fortaleza, Minerva, 1904-1921.

cumprimento do serviço espiritual e teve um viés político. Importante foi também a participação do carmelita na atividade comercial. Neste capítulo propomo-nos a entender a missionação carmelitana como parte de um programa político mais amplo que tinha na cooptação das populações indígenas, na domesticação do sertão e na consolidação das fronteiras sua finalidade. A missão como instrumento da Coroa portanto, mas também uma instituição que, durante sua existência, desenvolveu aspectos que não foram contemplados pelo projeto colonial.

A missionação carmelitana até agora não despertou entre os pesquisadores a mesma atenção suscitada pela ordem jesuítica. Talvez o perfil intelectualmente menos fascinante destes religiosos seja uma razão. Há também uma questão metodológica relativa à documentação, a qual se encontra espalhada em vários arquivos, sendo o arquivo da Ordem em Roma pouco generoso na quantidade de material quando comparado com o vizinho arquivo jesuítico. Isto se deve à estrutura descentralizada da Ordem e ao fato de ela obedecer ao padroado português, de modo que muita correspondência acontecia entre os missionários e a Junta das Missões ou o Conselho Ultramarino. Finalmente, como lembra David Sweet,⁴⁸ entre os carmelitas não havia o hábito de escrever cartas com fim de propaganda pois o objetivo missionário não era tão importante como na ordem jesuítica.

Entre os poucos trabalhos que reconstruíram a atuação do Carmo na região norte podemos lembrar, além daqueles de Prat e Wermers – dois carmelitas e historiadores da Ordem – os artigos de Hoornaert e de Moreira Neto e, finalmente, a tese de David Sweet, que dedica aos carmelitas dois capítulos.⁴⁹ Apoiamo-nos nesta literatura para a redação do nosso capítulo como também integramos a documentação do Arquivo carmelitano com outras fontes, principalmente do Livro Grosso do Maranhão e do Arquivo Histórico Ultramarino. O Livro Grosso é uma obra essencial para entender as medidas políticas tomadas para o Maranhão entre 1650 e 1745.

⁴⁸ Sweet, David, *A rich Realm of Nature destroyed: the Middle Amazon Valley (1640-1750)*, 1974, p 639

⁴⁹ Prat, André, *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (séculos XVII e XVIII)*, Recife, 1941; Wermers, Manuel Maria, *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1963; “O estabelecimento das missões carmelitanas no rio Negro e nos Solimões (1695-1711)”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965; Moreira Neto, Carlos Araujo, “Os carmelitas”, in Hoornaert, Eduardo (org), *História da Igreja na Amazônia*, Petropolis, Vozes, 1992; Hoornaert, Eduardo, “As missões carmelitanas na Amazonia”, in Hoornaert, Eduardo (org), *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*, São Paulo, Edições Paulinas, 1982; Sweet, David, op cit

Neste capítulo trataremos ainda das fortificações e dos aspectos militares da colonização. Francisco Jorge dos Santos é um autor que tem explorado este assunto, principalmente no aspecto mais trágico dos conflitos entre Estado português e sociedades indígenas.⁵⁰ Igualmente importante, como já foi lembrado, é a obra de Ferreira Reis. A principal fonte para este capítulo é constituída pela documentação variada que se encontra nos *cds* da Capitania do Pará e por alguns relatórios importantes resgatados por Ferreira Reis.

No terceiro capítulo analisaremos as práticas do espaço e as personagens que percorreram os sertões do rio Negro: carmelitas, índios e sertanistas. Trataremos aqui da ecologia humana da Amazônia. Esboçaremos uma etnografia da região rionegrina, mapeando os principais grupos étnicos e mostrando a existência de pequenos circuitos comerciais interétnicos que, de certa maneira, influenciaram o curso da colonização portuguesa e as andanças dos sertanistas. Com efeito, o índio teve um papel significativo tanto na maneira como a política colonial foi desenvolvida, quanto nos processos de formação de uma sociedade sincreticamente orientada. Em uma região caracterizada pela escassa densidade demográfica portuguesa recorreu-se aos índios para compensar este déficit e viabilizar o projeto colonial. Some-se a isso que uma região de geografia incerta como a Amazônia demandava a socialização ao corpus de conhecimentos indígenas para uma melhor adaptação ao insalubre e complicado labirinto de rios e igarapés. O índio constituía a “força material e a inteligência pragmática para a vida local”,⁵¹ nas palavras de Arthur Cezar Ferreira Reis, sendo, portanto, mesmo em seu status subalterno, um mediador fundamental entre sociedade e natureza.

⁵⁰ Santos, Francisco Jorge dos, *Além da conquista. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*, Manaus, Edua, 2002

⁵¹ Reis, Arthur Cezar Ferreira, “A ocupação portuguesa do vale amazônico” in Holanda, Sérgio Buarque de (org), *História Geral da civilização brasileira, tomo 1 – A época colonial*, Difusão Européia do Livro, 1968, p 269.

1

A construção do espaço

*Che quello fosse un mare dell'artificio Roberto
sospettava da tempo e questo gli spiegava come mai
laggiù i cosmografi avessero sempre immaginato esseri
contro natura, che camminavano coi piedi all'in su.*

(Umberto Eco, L'isola del giorno prima)

1.1 O espaço vislumbrado

Em 1544, Sebastiano Caboto, ao completar seu famoso mapa-múndi, apresentava novidades importantes para a cartografia da época, cujas descrições das novas terras, e daquelas da América meridional mais especificamente, iam se enriquecendo de dados geográficos divulgados pelas incessantes descobertas. Naquele ano Caboto se encontrava em Sevilha a serviço da Coroa espanhola como piloto-mor da Casa de Contratação, e, em função deste cargo, por ele ocupado desde 1518, recolheu as notícias que Francisco de Orellana trazia de sua navegação ao longo do rio Amazonas, a primeira a completar o trajeto fluvial até o Atlântico.⁵² Incorporando as informações sobre a aventureira viagem, o mapa revelava pela primeira vez o curso do grande rio, desde a suposta nascente, nos Andes peruanos, até sua foz, esta última já conhecida e representada em mapas anteriores. O traço serpenteado com o qual Caboto delineava o Amazonas não apenas dava conta de um aspecto inédito da natureza americana, como também ressignificava geográfica e culturalmente a porção equatorial deste continente, abrindo possibilidades de exploração, comerciais e conceituais, até então pouco cogitadas.⁵³ Antes de deter-nos sobre a maneira peculiar com que o espaço sul-americano foi retratado por este piloto-mor, vejamos, rapidamente, algumas reproduções representativas que precederam o testemunho de Orellana, para depois, a grandes linhas, contextualizar científica e politicamente a assimilação cartográfica da região.

⁵² Em 1538, três anos antes da expedição de Orellana, o português Diogo Nunes, membro da missão chefiada por Alonso Mercadillo, explorava um trecho do rio Solimões até a província de Machifaro, situada entre as atuais cidades de Tefé e Coari. Foi esta a primeira vez que europeus se adentraram no coração da Amazônia. Para uma discussão ver Porro, Antonio, *As crônicas do rio Amazonas*, Petrópolis, Vozes 1993 e Papavero et al, *O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

⁵³ Auxiliomar Ugarte argumenta como a Amazônia foi não só o centro das atenções econômicas e políticas européias mas também das especulações do humanismo ibérico e “objeto de verdadeiras batalhas intelectuais, cujos guerreiros, para se enfrentarem, não empunhavam espadas, escudos e arcabuzes, mas penas, papeis e tinta”. Ugarte, Auxiliomar, *O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 2004, p 129.

No começo de quinhentos, Pietro Martire d'Anghiera, literato italiano e historiador da América, assinalara que a foz que acabava de ser descoberta pertencia a um rio cujas medidas excediam aquelas dos maiores rios europeus,⁵⁴ e desafiavam a tolerabilidade do imaginário geográfico. Passados alguns anos, o deslumbramento permanecia, como atesta o trecho de uma carta de 1513, dirigida a Luis Hurtado de Mendoza, em que Pietro Martire rememorava aqueles espanhóis que, em 1500, “si sono imbattuti in un fiume di grandezza immensa, al punto che è incredibile che ciò si possa verificare in natura”.⁵⁵ A presença de um rio gigantesco estimulava ulteriores conjecturas e deixava pensar que este atravessasse uma área muito extensa, sinalizando uma profundidade na direção leste-oeste da qual o autor das *Décadas* foi pioneiro na intuição, assim como foi pioneiro na dedução da existência dos Andes, ou pelo menos de uma cadeia montanhosa consideravelmente elevada que abastecia aquele curso de água.⁵⁶ O procedimento indiciário deste humanista conseguia pressagiar o território de uma forma que não se afastava muito daquela realidade que ainda esperava ser averiguada por ulteriores viagens de exploração.

O trabalho dedutivo, outras vezes, antecipara a prova empírica fazendo com que o Novo Mundo, e a região equinocial que nos interessa, assumissem feições mais ou menos próximas às expressões geográficas verdadeiras. Com efeito, naqueles anos, alguns cartógrafos, ponderando as enormes dimensões do Amazonas, então conhecido com os nomes de Marañón ou Santa Maria de la Mar Dulce, esboçaram uma possível direção de suas águas. Um exemplo importante é constituído pelo florentino Francesco Rosselli que, com o planisfério de 1508⁵⁷ - um marco na história da cartografia por sua projeção oval inovadora -, foi um dos primeiros a se aventurar na descrição hidrográfica do Amazonas, concedendo-lhe grande visibilidade, embora errasse grosseiramente quanto ao sentido de seu curso (figura 1). Ao contrário, o português Lopo Homem, provavelmente com a colaboração de Pedro e Jorge Reinél, em uma

⁵⁴ Anglería, Pedro Mártir de, *Décadas del Nuevo Mundo*, [1530] trad, Buenos Aires, Bajel, 1944, p 92. As décadas foram escritas entre 1493 e 1510 e publicadas póstumas. Pietro Martire, que desde 1487 havia-se mudado para Espanha onde permaneceu até a morte em 1526, costumava coletar os dados entrevistando pessoalmente os homens que voltavam das viagens atlânticas.

⁵⁵ Lunardi, Ernesto, Magioncalda, Elsa, Mazzacane, Rosanna, (org), *La scoperta del Nuovo Mondo negli scritti di Pietro Martire d'Anghiera*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1988, p 103.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Este mapa foi impresso em uma reedição de 1532 do Isolario de Bartolomeo da li Sonetti, motivo pelo qual teve ampla circulação.

prancha do *Atlas Miller*, datada entre 1515 e 1519, e conhecida como *Terra Brasilis* (figura 2), procedeu com mais rigor, registrando somente a parte terminal do rio e colocando a grande foz no lugar geográfico correto.

Apesar desses exemplos, até a segunda metade do século XVI, aquele mar de água doce amiúde se fez notar na descrição do espaço americano, ou então foi assinalado por um risco tênue que diminuía sua realidade geográfica, quase que ignorada entre a comunidade dos cartógrafos. Martin Waldseemüller apenas acenou ao golfo de Paria⁵⁸ em sua grandiosa *Carta Marina* de 1516, pródiga na descrição física da Europa, África e Ásia, mas desprovida naquela dos territórios cisatlânticos, cuja dimensão continental ainda não tinha sido assimilada totalmente.⁵⁹ Por outro lado, os ptolomeus de Sebastian Munster, dos anos 30 e 40, constituíram um retrocesso, mesmo se comparados aos trabalhos de Waldseemüller, ou se relacionados ao estágio das explorações oceânicas, e apresentavam falhas graves quanto a detalhes e à precisão, residindo o valor destes artefatos essencialmente na decoração artística de Hans Holbein o Jovem. Mais surpreendente ainda é a ausência do Amazonas no belíssimo e ricamente ilustrado planisfério de Pierre Desceliers de 1546, expoente da escola cartográfica de Dieppe, na Normandia, normalmente atenta e ao par com as atualizações geográficas. Quatro anos depois, como mostraremos adiante, Desceliers corrigiria a lacuna inscrevendo o Amazonas no cenário natural da América.

Se os mapas organizavam o ecúmeno a partir de informações de navegadores e viajantes, por sua vez ganhavam uma autoridade que os transformava em modelos – “fontes secundárias”, poderíamos dizer – para a confecção de outros mapas. A passagem da invenção reveladora para o simulacro era breve. O planisfério de Rosselli, por exemplo, serviu de inspiração para aquele de Benedetto Bordone, e as obras de Waldseemüller foram plagiadas por Peter Apian e Laurent Fries,⁶⁰ de modo que, ao perpetuar padrões de representação já existentes, os cartógrafos acabavam por veicular e consolidar imagens estereotipadas que não correspondiam necessariamente à conformação geográfica do

⁵⁸ Nome com o qual era então chamada a desembocadura do Amazonas.

⁵⁹ O próprio Waldseemüller, que em 1507 tivera a grande intuição de um continente novo, voltou atrás nesta carta marina na qual a parte setentrional da América é nomeada *Terra de Cuba Asie Partis*. Uma reprodução da carta se encontra em Shirley, Rodney, *The Mapping of the World. Early Printed World Maps, 1472-1700*, London, Holland Press, 1987, p 48-49.

⁶⁰ Para um confronto remetemos para o livro de Shirley.

planeta. Essas imperfeições se deveram, fundamentalmente, ao fato de boa parte dos territórios extra-europeus terem sido conhecidos, e por muito tempo documentados, a partir da navegação costeira⁶¹ – com o olhar do piloto diria Vitorino Magalhães Godinho.⁶² Como consequência, o traçado das margens continentais foi ganhando uma nitidez sempre maior, enquanto a morfologia do interior demorava a ser figurada de forma adequada, deixando um vazio ao qual se aplicava a etiqueta de *Terra Incógnita* ou que, como alternativa, era preenchido recorrendo às ferramentas do imaginário, com resultados geograficamente aproximativos mas de grande valor artístico e histórico-cultural.⁶³ No caso amazônico a demora foi menor quando comparada à exploração de outros interiores; se pensarmos que a “conquista” das áreas internas dos continentes aconteceu firmemente durante os séculos XVIII e XIX, a descoberta da extensão do Amazonas foi algo relativamente rápido.⁶⁴ As nascentes do Nilo, por exemplo – rio com o qual ainda hoje o gigante sul-americano disputa a primazia por comprimento –, foram alcançadas de maneira épica apenas na segunda metade do século XIX.

Considerado na longa duração, o lapso temporal que correu entre a descoberta da foz amazônica e aquela de seu curso foi breve: quatro décadas. Foram poucos, portanto, os anos em que os dados ambientais disponíveis limitaram-se às observações do delta feitas por Vicente Pinzon e Diego de Lepe, os navegadores andaluzos que, independentemente, entre janeiro e fevereiro de 1500, bordejando a orla continental na altura da linha equinocial, depararam com aquele fluxo inusitado de água doce. Não é improvável que

⁶¹ Pratt, Mary Louise, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, trad. Bauru, Edusc, 1999, p 53 em que a autora usa a expressão “paradigma marítimo” para definir o tipo de conhecimento gerado pelas explorações dos novos continentes até o século XVIII. De acordo com Pratt, foi a viagem de La Condamine a sinalizar a ruptura paradigmática e a inaugurar a época das missões de investigação científica.

⁶² Godinho, Vitorino Magalhães, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p 78.

⁶³ No entanto, o imaginário não interveio apenas para preencher um “buraco” geográfico; em outros termos, ele não é por nós considerado um simples estágio evolutivo anterior ao empirismo geográfico. As visões alegóricas e realísticas do mundo coexistiram por muito tempo antes que, no século XVIII, o paradigma científico emancipasse o espaço cartográfico de leituras heterodoxas. É oportuno também mencionar que imaginário é algo diferente de imaginação, como nos lembra Agnolin. O imaginário, contrariamente à imaginação, é um fenômeno social e histórico. Agnolin, Adone, *O apetite da antropologia. O sabor antropofágico do saber antropológico. Alteridade e identidade no caso Tupinambá*, São Paulo, Humanitas, 2005, p 61.

⁶⁴ Obviamente, quanto dito, vale para o rio Amazonas; ao invés, seus afluentes foram explorados em períodos posteriores. É preciso frisar também que as expedições quinhentistas pelo rio não se materializaram em um efetivo controle territorial. O que resultou foi uma representação cartográfica avançada que permitiu pensar aquele espaço de uma maneira nova.

outras vezes, nas primeiras duas décadas do século XVI, as mesmas paragens tenham sido visitadas por expedições pouco conhecidas à historiografia – embora resta saber quais fossem os propósitos exploradores.⁶⁵ A hipótese é de Jaime Cortesão, segundo o qual a desembocadura do Amazonas desenhada no mapa de Lopo Homem responde a um critério realista de ilustração, feito com base em informações transmitidas por navegadores que se meteram nos meandros do delta.⁶⁶ Lopo Homem, convém lembrar, era cartógrafo oficial da Coroa portuguesa⁶⁷ e, como tal, tinha acesso em primeira mão aos roteiros portugueses do ultramar. A favor de Cortesão, no *Terra Brasilis* é possível perceber a ilha de Marajo e o furo de breves que põe em comunicação o braço principal do Amazonas com aquele do rio Pará. Entretanto, esta percepção pode ser enganadora, fruto de uma ilusão. Observando o mapa, encontramos uma nomenclatura detalhada apenas a partir de uma área que corresponde ao atual Estado do Maranhão e que se estende até a bacia do Prata, enquanto não há topônimos que descrevam os acidentes naturais da costa paraense; uma omissão que deixa supor pouca familiaridade e falta de contato com aquelas partes, onde a navegação requeria uma destreza particular que tardou a ser assimilada pela marinharia européia.⁶⁸ De fato, os pilotos quinhentistas que freqüentavam aquelas latitudes dificilmente conseguiam dominar o regime dos ventos, que mais de uma vez desviaram as embarcações do rumo certo, e quando se aproximavam da região do delta amazônico enfrentavam o perigo dos baixios e das correntezas – cujo ímpeto foi notado pelo próprio Pinzon e relatado por Pietro Martire – causa dos naufrágios de quase todas as expedições ibéricas documentadas para o século XVI.⁶⁹ O boletim sinistro começara na década de trinta com as frustradas tentativas de colonização de Diego de Ordaz, do lado espanhol, de Aires da Cunha e dos filhos de João de Barros, do

⁶⁵ Ferreira Reis refere de repetidas visitas portuguesas entre 1502 e 1513 e menciona os nomes de João Coelho, Fernão Froes, Francisco e Pero Corso, entre outros. Não é claro, porém, se estes navegantes se adentraram pelo rio. Reis, Artur Cezar Ferreira, *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa*, volume 1, Belém, Secult, 1993, p 32-33.

⁶⁶ Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, p 286-291.

⁶⁷ Para um estudo sobre a família dos Homens, cfr Cortesão, Armando, *Cartografia e cartógrafos portugueses do século XV e XVI*, 2 vols, Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935.

⁶⁸ A crônica de Carvajal narra a dificuldade que os espanhóis tiveram para sair do golfo de Paria onde demoraram sete dias. Papavero, op cit. p 40.

⁶⁹ Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado, dedicou uma página interessante ao modo como deveria proceder a entrada pelo rio Amazonas e Pará (por ele ainda chamado Maranhão). Sousa, Gabriel Soares de, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Editora Nacional, 1987, p 46. Ainda hoje, o canal entre as ilhas Mexiana e Caviana é conhecido com o nome de canal perigoso.

lado português. Anos depois, em 1554, os propósitos colonizadores dos portugueses fracassavam novamente quando Luís de Mello da Silva veio a ser barrado pelos obstáculos da natureza.⁷⁰ A esta lista acrescenta-se, em pleno século XVII, época em que já era garantida a colonização do Pará, outro naufrágio trágico, próximo à ilha de Marajo, que determinou a morte do celebre jesuíta Luís Figueira e de outros padres da Companhia.

Avesso a ser navegado contra a corrente, o curso do Amazonas foi percorrido pela primeira vez por outro caminho, aquele que principia nos Andes, tendo em Orellana seu protagonista. Com a volta deste arrojado descobridor à Espanha, um novo elemento da natureza começava a ser registrado com uma certa precisão e, devido a ele, o interior, até então apenas vislumbrado, ganharia expressões cartográficas mais seguras. A primazia da representação coube a Sebastião Caboto junto aos cartógrafos da Casa sevillhana.⁷¹

1.2 A cartografia na época dos descobrimentos

A Casa de Contratação, fundada em 1503 como órgão de controle da exploração, geográfica e comercial, do Novo Mundo – portanto com finalidades parecidas àquelas da Casa da Índia portuguesa – caracterizou-se como um centro importante de inovação científica, onde convergiam talentos vindos de vários campos técnicos e de diferentes países: uma instituição multidisciplinar, na definição do geógrafo e historiador Numa Broc,⁷² que deu prestígio à cidade de Sevilha.⁷³ Assim como na Casa lisboeta – mais

⁷⁰ Sobre estas expedições ver Hemming, John, *Red Gold. The Conquest of Brazilian Indians*, London, Papermac, 1987.

⁷¹ Por muito tempo o mapa de Desliens, da escola de Dieppe, foi considerado, por geógrafos e historiadores, como o primeiro a utilizar as notícias trazidas por Orellana. Novos estudos tendem a corrigir a data do mapa francês para 1561. Lorimer, Joyce, *English and Irish settlement on the river amazon*, London, The Hakluyt Society, 1989, p 3-4.

⁷² Broc, Numa, *La géographie de la renaissance*, Paris, Lês editions du CTHS, 1986, p 195.

⁷³ Godinho, em uma bela página em que cita Botero, Braudel e Sá de Miranda, observa como o desenvolvimento urbano da cidade ocorreu em concomitância com a expansão marítima. Godinho, Vitorino Magalhães, op cit, p 560.

precisamente no Armazém da Guiné e Índia –⁷⁴ assuntos ligados aos procedimentos da navegação e às rotas marítimas eram discutidos corriqueiramente em suas salas onde circulava e se desenvolvia, através do diálogo, fecundo mas nem sempre fácil, entre pilotos e cosmógrafos,⁷⁵ um tipo de conhecimento ligado à exploração oceânica que fomentou a ciência náutica e geográfica, esta última em sua vertente cartográfica.⁷⁶

A navegação, por muito tempo, oscilava entre uma técnica empírica praticada *ad modum artis* por navegantes e uma ciência aplicada, na qual os cosmógrafos eram os principais mentores; agora, porém, a vastidão oceânica requeria a passagem de uma navegação de rumo e estima para uma de altura, além de pilotos bem treinados, versados no cálculo e aptos a usar os conhecimentos científicos mais atuais. A transição ocorreu gradualmente, durante o período das descobertas,⁷⁷ sendo que os portugueses, inicialmente, eram adiantados perante os vizinhos espanhóis. Já em meados do século XV, o alemão Nicolau de Valkenstein observava com admiração a divisão do trabalho e das competências que nos barcos de Portugal existia entre capitães, pilotos, homens de armas – hábeis na guerra e entendidos no mar – e “astrólogos muito sabedores das derrotas segundo as estrelas e o Pólo”.⁷⁸ Se os barcos podiam ser considerados verdadeiros laboratórios e observatórios,⁷⁹ por outro lado, houve um certo atraso na institucionalização do ensino matemático propedêutico à navegação, confirmando o pragmatismo dos marinheiros que costumavam depositar suas

⁷⁴ O Armazém era uma estrutura complementar à Casa da Índia e, nas palavras de Isa Adonias, foi o “centro oficial da cartografia portuguesa”. Adonias, Isa, “A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol 287, Rio de Janeiro, 1970, p 101.

⁷⁵ Para uma discussão sobre o papel de pilotos e cosmógrafos na Espanha quinhentista ver Sandman, Alison, “An Apologia for the Pilots’ Charts: Politics, Projections, and Pilot’s Reports in Early Modern Spain”, *Imago Mundi*, vol 56, n° 1, 2004, p 7-22. Artigo que dá relevância particular é dada ao cosmógrafo Andrés García de Céspedes que, ao contrário de muitos seus colegas, entendeu a importância da sabedoria prática dos marinheiros para o desenvolvimento da ciência náutica.

⁷⁶ Sobre a ciência náutica em Portugal ver Albuquerque, Luís de, *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*, Publicações Europa-América, sd, especialmente a terceira parte.

⁷⁷ Luís de Albuquerque sugere que a navegação por altura deva ter ocorrido entre os portugueses só depois de 1455. *Ibidem*, p 199. Cabe aqui lembrar que a navegação oceânica até a segunda metade do século XVIII foi efetuada com métodos imprecisos, principalmente quanto ao cálculo da longitude. Conhecer o ponto exato em que se encontrava uma ilha, ou uma terra, e a sua distância a partir de um meridiano padrão era de suma importância na política dos descobrimentos e, por isso, repetidas vezes, pelo menos a partir do reinado de Felipe II de Espanha, foram promovidos concursos que premiavam o descobridor do método melhor. É notório como Galilei propôs uma solução baseada em observações astronômicas, mas quem resolveu o problema foi o inglês John Harrison em meados do século XVIII.

⁷⁸ Albuquerque, Luís de, *op cit*. p 198.

⁷⁹ Em polémica com a teoria segundo a qual existia em Sagres, desde o começo do século XV, uma escola que preparou cientificamente a conquista dos oceanos, Luciano Pereira da Silva afirmou que “os bancos da escola de Sagres foram as pranchas das caravelas”. *Apud* Albuquerque, Luís de, *op cit* p 193.

confianças na experiência, a qual, segundo Duarte Pacheco Pereira, “é madre das cousas, nos desengana e de toda duvida nos tira”.⁸⁰ Em Lisboa, aulas de arte de navegar – também conhecidas como aulas da esfera, pelo fato de empregar o tratado *De Sphaera* de Sacrobosco –⁸¹ eram ministradas por jesuítas no colégio de Santo Antão apenas na segunda metade do século XVI, e, a partir do mesmo período, os pilotos eram instruídos no cálculo da posição pelo cosmógrafo-mor, cujo cargo foi assumido pela primeira vez por Pedro Nunes, justamente o matemático português que, com a descoberta das curvas que mais tarde seriam chamadas de loxodrómicas,⁸² tanto contribuiu para os progressos da navegação oceânica.

Em contrapartida, em Sevilha, a figura do piloto-mor foi emblemática da relação que se estabeleceu entre os homens de mar e os sábios matemáticos, da mediação entre saber prático e teórico: esta figura não era apenas responsável pela seleção e formação dos pilotos, mas, com o auxílio de uma equipe de cosmógrafos, trabalhava também na supervisão dos instrumentos de navegação e na produção cartográfica. Na carta régia que em 1508 instituiu o cargo – o mais alto na Casa de Contratação, e com o melhor ordenado – concedendo a Amerigo Vespucci a investidura, estabelecia-se a padronização dos mapas e recomendava-se que os pilotos fossem instruídos e soubessem “lo que es necesario de saber en el cuadrante y astrolábio, para que junta la pratica con la teoria se puedan aprovechar dello en los dichos viajes”.⁸³ Após a morte de Vespucci, em 1510, João de Solis foi chamado para assumir como piloto-mor até que, em 1518,⁸⁴ como já foi dito, Sebastiano Caboto veio a servir nesta função por quase três décadas, alternando-a àquela de explorador do Novo Mundo.

⁸⁰ Duarte Pacheco, *De Esmeraldo Situ Orbis*, Apud Cortesão, Armando, op cit. É indicativo que outro monumento da náutica portuguesa seja constituído pelos roteiros de Dom João de Castro, homem de ciência e de mar, que usou os roteiros, isto é manuais práticos destinados ao uso dos pilotos, para elaborar reflexões científicas. Sua obra é considerada por Vitorino Magalhães Godinho como uma das fontes mais importante para a náutica e geografia portuguesa do período. Godinho, Vitorino Magalhães, op cit, p 563.

⁸¹ Escrito no século XIII, este tratado foi por longo tempo um manual de referência cosmográfica. Em meados do quinhentos, Pedro Nunes publicou uma nova edição por ele glosada.

⁸² Esta descoberta respondeu à solução de um problema prático. Um navegador atento como Martim Afonso de Sousa percebera que a carta plana quadrada usada em meados de quinhentos, não era adequada a dar conta da rota marítima em longas distâncias: isto porque a esfericidade da terra produzia divergências que se tornavam evidentes com o aumentar do trajeto percorrido. Nunes entendeu que a navegação mais conveniente era aquela feita seguindo uma curva que corta os meridianos sob um ângulo constante. Sua teorização foi importante não apenas para a navegação – pois tem aplicação ainda hoje na aviação, que utiliza a loxodromia para definir a rota aérea – mas também para a evolução da cartografia. Quem projetou cartograficamente a descoberta de Nunes foi Gerard Mercator em 1569.

⁸³ Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, p 81.

⁸⁴ Solis morreu em 1515 em território americano por mão dos índios guarani.

Na Casa do Oceano, como era chamada por Pietro Martire d'Anghiera a Casa sevilhana, os contornos da *Orbis Terrarum* tomavam formas sempre mais definidas toda vez que os exploradores a serviço da Espanha voltavam de uma travessia oceânica. Com efeito, relatos de viagem eram fundamentais para cumular informações que levassem ao aprimoramento das cartas de marear e à atualização constante de mapas geográficos elaborados a partir do Padrão Real, espécie de protótipo cartográfico sobre o qual várias levadas de cosmógrafos intervieram, retocando-o e aperfeiçoando-o; entre outros, lembramos aqui os italianos Giovanni Vespucci e Sebastiano Caboto e os portugueses João de Solis, Jorge Reinel e Diogo Ribeiro.⁸⁵ Os últimos três saíam de uma escola cartográfica cuja perícia, renomada na Europa de quinhentos, revelou-se útil aos espanhóis que, ao soldarem estes mestres habilidosos, importaram um patrimônio de saberes precioso para o bom resultado da aventura ultramarina.⁸⁶ Foi deveras relevante a contribuição da ciência náutica e dos cartógrafos para a formação do imperialismo ibérico e para a ascensão de vários países, entre os quais a mais clamorosa, lembramos de passagem, foi aquela da Holanda no século XVII.⁸⁷

Os mapas – *ad usum navigantium* – e os instrumentos de navegação, ainda que guiassem naus e caravelas com margens de erro, melhoraram significativamente a orientação no oceano, materializando a conquista e a exploração de terras longínquas. Tanta importância fez com que as Coroas ibéricas dessem particular atenção e proteção à categoria profissional do cartógrafo, como também tutelassem estes tesouros do conhecimento geográfico através da política de sigilo, cuja eficácia, no entanto, mais de uma vez foi colocada em xeque por redes de espionagem internacionais.⁸⁸

A descoberta da América, e a competição por terras e riquezas, impulsionaram a atividade dos cartógrafos, e, ao mesmo tempo, intervieram como fator “perturbador” das

⁸⁵ Giovanni Vespucci, sobrinho do mais conhecido Amerigo, trabalhou em uma das primeiras versões do Padrão Real. Jorge Reinel, passou pela Casa sevilhana em 1519. Sabemos que em Sevilha fez mapas, mas não há certeza de que tenha trabalhado sobre o Padrão Real. Diogo Ribeiro integrou o grupo de cosmógrafos de Carlos V a partir de 1526 e foi responsável por uma versão do Padrão Real.

⁸⁶ O número de portugueses que trabalharam a serviço da marinharia espanhola não se limitou a estes casos, passando de 60, entre cosmógrafos, cartógrafos e pilotos. Cfr Adonias, Isa, op cit, p 102.

⁸⁷ As pinturas de Frans Hals e seu adepto Buytewech, de Jan de Bray, e principalmente de Vermeer, entre outros, retratam muito bem o papel dos mapas na sociedade holandesa não apenas como material decorativo, mas também como metáfora que celebra uma nação e o seu poderio comercial, o qual tinha uma base sólida no conhecimento científico do mundo.

⁸⁸ Uma das mais antigas cartas que revela a orla litorânea brasileira é o mapa Cantino, que deve este nome ao agente secreto Alberto Cantino o qual, em Lisboa, obteve o mapa através de subornos.

finalidades científicas da disciplina que, em sua busca por uma representação objetiva de um mundo em expansão, sofreu censuras, em nome de interesses geopolíticos. Assim, na fase convulsa das viagens marítimas, Dom Manuel limitava às ilhas de São Tomé e Príncipe o espaço representável pelos numerosos “mestres de cartas de marear e agulhas” que, em Portugal, exerciam a profissão livremente.⁸⁹ Quando não eram censurados, os cartógrafos de Espanha e Portugal manipulavam intencionalmente o computo da longitude do continente americano – cuja estimativa, como já ressaltamos em uma nota, era aproximativa – para favorecer o próprio país na contenda do espaço tordesilhano. As disputas diplomáticas geravam controvérsias cujo fundamento científico nem sempre era transparente; ciência e razão de Estado, conhecimento e poder se entrelaçavam com o resultado que muitos mapas tornavam manifesto o viés político da cartografia peninsular na época dos descobrimentos.⁹⁰

Numa Broc assevera como, neste momento histórico, novas funções investiram os mapas que, além dos intuitos geográficos que lhes são próprios, se caracterizaram também como instrumentos políticos, diplomáticos e militares.⁹¹ A produção cartográfica, em virtude do caráter de testemunho e de sua função reveladora – pela qual, parafraseando o Boris Godunov de Pushkin, abre uma brecha nas nuvens, possibilitando a visão de todos os domínios, com suas fronteiras, cidades e rios –, possuía um valor político intrínseco que ia ao encontro dos objetivos de afirmação territorial perseguidos pelos Estados europeus. Neste cenário, observa o historiador Brian Harley, o cartógrafo não era um homem independente, no momento em que seus produtos eram comissionados por reis e, acrescentamos nós, por mercantes.⁹² Com isto, no entanto, não devemos concluir com a cômoda máxima de que a cartografia, antes de ser uma disciplina a serviço da ciência, fosse um instrumento a serviço da Coroa ou de interesses mercantis. Embora não seja possível desenvolver o assunto, entendemos que o status do cartógrafo não se resumia a uma posição passiva, e interpretamos a “dependência” à qual se refere o autor norte-americano não como condição servil, mas como fato de o cartógrafo estar inserido na sociedade, com

⁸⁹ Cortesão, Armando, op cit, p 136.

⁹⁰ Jaime Cortesão é um autor que estudou os aspectos políticos dos mapas ibéricos relativos ao Brasil em *História do Brasil nos velhos mapas*.

⁹¹ Broc, Numa, op cit, p 45.

⁹² Harley, Brian, *The New Nature of maps. Essays in the History of cartography*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2001, p 59.

ela interagir, participar de um sistema comum de valores, e aderir à realização de certos interesses e projetos. Queremos aqui apenas sugerir que a produção cartográfica era atravessada por múltiplos níveis de significado, sendo aquele científico importante, porém não o único, e não facilmente isolável de outros aspectos. É apropriado o que escreve Broc:

“ la carte est un tout complexe dont il ne faut négliger aucun élément. A côté de ses aspects nautiques ou politiques, la carte a encore un intérêt documentaire, instructif, décoratif”.⁹³

De acordo com o geógrafo francês, os mapas, além das funções instrumentais, apresentavam também características que pertencem ao domínio da estética e de ulteriores âmbitos expressivos. De fato, se até agora acenamos aos aspectos geopolíticos, existem outras dimensões significativas pelas quais os mapas, de simples reproduções em escala do espaço geográfico, passam a assumir o papel mais fascinante de produtos culturais.

1.3 O espaço encenado

Uma reflexão metodológica estimulante, e análoga à de Broc, que aborda a cartografia de forma multidisciplinar, foi proposta recentemente por Harley. Segundo o autor, os mapas não são espelhos da natureza e sim textos a serem decodificados, exigindo do leitor um olhar treinado pela história, que enxerga o mapa a partir de um contexto, e pela iconografia, que detecta seu campo semântico.⁹⁴ Ao considerar as cartas geográficas como documentos temos que perguntar, entre outras coisas, em que âmbito foram produzidas, a quem eram destinadas e com qual finalidade. Neste sentido, a cartografia na época dos descobrimentos não deve somente ser considerada como apêndice do desenvolvimento da ciência náutica, mas tem que ser analisada levando em conta sua interação com outras esferas da sociedade:

⁹³ Broc, Numa, op cit, p 46.

⁹⁴ Harley, Brian, op cit. em particular o primeiro capítulo.

a política, a econômica, a cultural, entre outras. Desse modo deixaria de ser apenas objeto de estudo da história da ciência ou da geografia para entrar no campo da história social, econômica e mesmo da história das idéias.

Explorando um pouco mais a observação do renomado estudioso, entendemos que os mapas são documentos reveladores para o historiador porque produzem informações sobre o objeto representado e são portadores de um significado que ultrapassa o mero registro geográfico. A cartografia se apresenta como um corpus documental com uma dupla característica: aquela de descrever um espaço, ou melhor, algo em um espaço, e de fazê-lo usando um “vocabulário” específico, de modo que a percepção de determinadas realidades geográficas se dê através da mediação de uma “linguagem” própria a uma categoria profissional cujo repertório lingüístico, no período aqui considerado, e antecipando quanto diremos daqui a pouco, ainda não era livre de contaminações. Como textos, os mapas narram uma estória, mas, é preciso ressaltar, são textos ilustrados, eles “falam”, principalmente embora não exclusivamente, através de imagens, coisa que lhes confere uma qualidade expressiva que é central na compreensão das informações por eles veiculadas. A dimensão imagética dos mapas é interessante pois as figuras usadas são um *médium* para uma comunicação mais facilmente assimilável que aquela de um texto escrito. A eficácia se deve, justamente, ao fato de a imagem ser instantânea, à sua “eloqüência” que é espacial e especial por recorrer a uma série de recursos pictóricos como cores, proporções, linhas e figuras padronizadas, os quais remetem a um modo de “pensar por imagens”⁹⁵ que facilita a transmissão e a apreensão do lugar distante, do invisível, dando sentido ao estranho e tornando familiar o exótico.

A cartografia do século XVI se coloca no interstício de uma alteração paradigmática que, lentamente, está sendo cumprida, e está se manifestando na sociedade mais ampla,⁹⁶ e que levará de uma organização qualitativa do espaço, usando um termo de Agnolin,⁹⁷ a uma organização quantitativa. Enquanto cartografia híbrida, nela coexistem a linguagem

⁹⁵ Tucci, Ugo, “Atlas”, in Enciclopédia Einaudi, p 145.

⁹⁶ Esta mudança tem sido descrita como a passagem do mundo fechado para o universo infinito por Koyré, Alexandre, *Do mundo fechado ao universo infinito*, trad, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1970, ou como o triunfo de uma sociedade pantométrica por Crosby, Alfred, *A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*, trad, São Paulo, Unesp, 1999.

⁹⁷ Agnolin, Adone, op cit, p 76.

alegórica e a do cosmógrafo, a representação simbólica e a realista,⁹⁸ e convergem tradições tão distintas como aquela do portolano e da geografia ptolomaica que concorrem a definir a natureza geométrica do espaço; este, contudo, demorará a se emancipar de descrições que, se de um lado remetem à *mirabilia* medieval, de outro, ao usar um repertório iconográfico peculiar, respondem aos interrogativos da época. Longe de aparecer icástico e ordenado, o espaço cartográfico da renascença é como atravessado por vários domínios discursivos. O universo do cosmógrafo se junta com aquele do cronista na organização das cartas geográficas, as quais, como lembra Tucci, dependem “em grande parte de fontes literárias e de descrições não especializadas”.⁹⁹ A *Carta Marina* de Waldseemüller, à qual acenamos nas páginas iniciais, se serviu de fontes literárias heterogêneas como aquelas de Marco Polo, Odorico de Pordenone, Colombo e Vespucci. De fato, a descrição da paisagem feita com o “acento” do mercador, do missionário, do navegador deixou seus rastros, sendo estes, *grosso modo*,¹⁰⁰ os discursos que podemos detectar pela leitura das entrelinhas dos mapas dos séculos XVI e XVII.

No nosso entender, a dimensão comunicativa e instrutiva – retomando a expressão de Broc – é fortemente presente na cartografia da renascença que, ao lado dos relatos de viagem, das crônicas e das cartas, constituiu-se como discurso sobre o (e fonte de conhecimento do) Novo Mundo. O espaço americano foi descoberto e assimilado pelos europeus por meio destes gêneros literários e destes suportes visuais; no contexto da ficção, portanto. Retomando e adaptando a epígrafe de Umberto Eco, era este um espaço do artifício que inventava ou, mais apropriadamente, encenava alteridades geográficas e etnográficas. Não é casual que mais de um Atlas do século XVI e XVII apresentava no frontispício o título de *Theatrum*, onde o espetáculo do mundo era representado. *Theatrum Orbis Terrarum* foi o título significativo que Abraham Ortelius escolheu, numa voluntária ruptura com as *Geografias* ptolomaicas, para seu famoso Atlas de 1570.¹⁰¹ O cartógrafo e

⁹⁸ Tucci, Ugo, op cit, p 141.

⁹⁹ Ibidem, p 141.

¹⁰⁰ Greenblatt, por exemplo, questiona a existência de “uma prática européia de representação” e pergunta se o discurso do protestante não seria diferente daquele do católico. Greenblatt, Stephen, *Possessões maravilhosas*, trad, São Paulo, Edusp, 1996, p 24, itálico nosso.

¹⁰¹ O mesmo nome foi dado em meados de seiscentos a um Atlas de Blaeu. Existiam também versões nas línguas vernáculas: encontramos assim o Teatro del Cielo e del Mondo no Atlas italiano de Francesco Robacioli, El Teatro del Mundo naquele espanhol de Miguel Perez e Galluzzi e ainda, em francês, Lê Theatre de Melchior Tavernier.

colecionador flamengo, falando da sua atividade, dizia que esta era complementar àquela do historiador e que sua obra se propunha ser o “olho da história”.¹⁰² Em outras palavras, a geografia possibilitava, através de recursos visuais, a compreensão espacial dos feitos humanos que se manifestavam no palco do mundo: o teatro de Ortelius era aquele das ações humanas. A platéia principal à qual se destinava a “representação” era aquela das cortes e dos homens de negócios, ambos interessados na exploração comercial dos territórios ultramarinos. Com razão, Tucci escreve que a geografia até o século XVIII era geografia humana, em que os “fatores físicos importavam sobretudo se fossem determinantes para a vida do homem”.¹⁰³

Em seu estudo sobre a natureza amazônica, Ugarte demonstrou como as leituras feitas pelos cronistas tinham um enfoque utilitarista para com o patrimônio ambiental, o que revelava o comportamento predador dos conquistadores ibéricos.¹⁰⁴ Este enfoque é também visível em vários mapas da época. Satisfazendo as aspirações de seus espectadores, o *Terra Brasilis* de Lopo Homem aparece como um compêndio visual de geografia econômica. O espaço ali representado é o espaço da lavoura, que exalta as potencialidades econômicas da terra, no qual é encenada uma alteridade etnográfica domesticada pelo ritmo do trabalho, ao gosto da burguesia mercantilista. Extraordinariamente eficaz é nesta ilustração a sequência – “cinemática”, poderíamos dizer – dos coletores de pau-brasil. Analogamente, assim que as minas peruanas foram descobertas irromperam na cartografia quinhentista que se prestou, “pelo desvelo da fantasia inflacionária dos cartógrafos”, a amplificar a boa nova.¹⁰⁵ É a perspectiva do mercador a colorar o vazio geográfico, perspectiva que para Vitorino Magalhães Godinho veio a integrar aquela do navegador,¹⁰⁶ sendo que as duas, na nossa opinião, não esgotam os olhares sobre o Novo Mundo.

Pelos trabalhos de Laura de Mello e Souza, aprendemos como a colônia brasileira foi ao centro de discursos e visões que remetem a um universo mental religioso dentro do qual

¹⁰² Goffart, Walter, *Historical Atlases: the first Three Hundred Years, 1570-1870*, Chicago, University of Chicago Press, 2003, p 1.

¹⁰³ Tucci, Ugo, op cit, p 142.

¹⁰⁴ Ugarte, op cit, p 352-353

¹⁰⁵ Holanda, Sérgio Buarque de, *O extremo oeste*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p 104. Ver também do mesmo autor *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994, p 92-93.

¹⁰⁶ Godinho, Vitorino Magalhães, op cit, p 78.

dominou o embate entre Deus e o Diabo, o Paraíso e o Inferno.¹⁰⁷ Mais recentemente, investigando a genealogia do nome do Brasil, esta autora descreveu a contenda que ao longo de um século foi travada entre a nomenclatura comercial de Brasil e aquela mística de terra de Santa Cruz. De maneira interessante, Mello e Souza traz à luz o vocabulário que colorou a disputa:

“como não podia deixar de ser em época onde o plano espiritual e o temporal apresentavam-se de forma indistinta, e numa conjuntura histórica marcada pelas reformas e perseguições religiosas, era também religiosa a linguagem e a forma de abordar o mundo”.¹⁰⁸

Na interpretação de Frei Vicente de Salvador e de outros autores coevos era esta uma luta que acontecia no âmbito do universo religioso, opondo o pau avermelhado, simbolizando o diabo, à Cruz de Deus. Contudo, com a vantagem da distância temporal que é própria do historiador, percebemos na flutuação desta nomenclatura dois universos distintos: aquele do mercantilismo incipiente e aquele religioso. Embora o interesse da autora esteja voltado principalmente para o domínio da palavra,¹⁰⁹ é possível detectar aspectos religiosos também na iconografia.

Seria interessante aprofundar estas temáticas, mas quanto dito até agora é suficiente para reconhecer a fonte onde Caboto bebeu para o seu mapa-múndi. Ao registrar a conformação geográfica da Amazônia, Caboto estava também agregando um valor orientado pela sensibilidade de seu tempo, estava construindo e transmitindo uma imagem da Amazônia para determinados setores da sociedade. Um novo espaço geográfico se desvelava aos europeus e vinha carregado de qualidades peculiares. Há um tipo de informação, sugerido pelo mapa, em particular, que terá consequências para as futuras percepções políticas do espaço amazônico e que se encaixam no desenvolvimento de nosso discurso.

¹⁰⁷ Souza, Laura de Mello e, *O diabo e a terra de Santa Cruz, feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986. e ainda *Inferno atlântico, demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

¹⁰⁸ Souza, Laura de Mello e, “O nome do Brasil”, *Revista de História*, São Paulo, nº 145, 2002, p 68. Além de reconhecer o registro religioso da disputa, a autora tem o mérito de detectar diferenças de significado interessantes entre o referente religioso de um Gandavo, por exemplo, e de Fr Vicente Salvador.

¹⁰⁹ No ensaio, a autora começa levando em consideração algumas representações cartográficas da América Portuguesa para depois passar a analisar mais detalhadamente a documentação escrita.

O mapa-múndi (figura 3) surgiu em sua concepção originária como o exemplo então mais avançado de Padrão Real. Notável é a semelhança entre o mapa-múndi de Diogo Ribeiro, conhecido como Borgiano III e conservado na biblioteca do Vaticano, e este de Caboto que é uma clara evolução daquele. É um exemplo deslumbrante de carta híbrida,¹¹⁰ que funde a concepção ptolomaica, redescoberta um século antes pelo humanismo florentino *via* os doutos bizantinos,¹¹¹ e a tradição do portolano. Quanto à primeira, recupera o aspecto da projeção, que neste caso é oval, e a presença de meridianos e paralelos, enquanto da segunda traz uma rosa dos ventos a irradiar as linhas de rumo, e o papel da toponímia na composição das orlas continentais. O mapa oferece uma indicação bastante exata da latitude do rio Amazonas, o qual corre pouco abaixo da linha do equador.¹¹² O rio sai de um pequeno lago situado perto do oceano Pacífico com o qual se comunica através de um canal. O percurso do Amazonas em direção ao Atlântico é sinuoso, porém harmônico, e na medida em que se aproxima do oceano vai se dilatando, excedendo suas dimensões objetivas; uma distorção com conseqüências no plano cognitivo. As referências topográficas da região são duas províncias: o Peru, colocado ao sul, e Tito (provavelmente Quito), ao norte. Há também quatro cidades às margens do rio e cenas de lutas entre espanhóis e amazonas, uma alusão às peripécias vividas e filtradas pelo imaginário dos expedicionários. O mapa conta ainda com o esboço de alguns afluentes, aqueles que fascinaram Orellana e seus companheiros de viagem, como o rio Negro, batizado com este nome pela cor de suas águas, e o Madeira, que pela dimensão de sua barra era então chamado rio Grande.¹¹³ No mapa de Caboto, porém, estes afluentes são apenas perceptíveis. É o Amazonas que centraliza as atenções em

¹¹⁰ Broc sugere que se fale em um novo tipo de carta que ele chama “*carte des decouvreurs*”, Broc, Numa, op cit, p 60, itálico do autor.

¹¹¹ Gentile, Sebastiano, “Umanesimo e cartografia: Tolomeo nel secolo XV”, in Curto, Diogo Ramada, Cattaneo Angelo, Almeida, André Ferrand, (org), *La cartografia europea tra primo rinascimento e fine dell’illuminismo*, Atti del Convegno Internazionale *The Making of European Cartography*, Firenze, Leo Olschki Editore, 2003.

¹¹² Para uma descrição deste mapa cfr Adonias, Isa, *A cartografia da região amazônica*, vol 1, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, p 103-104; ver também Ruiz, Luciette, *Um novo rio, um novo mundo. A Amazônia na cartografia dos séculos XVI e XVII*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2002, p 58-61.

¹¹³ *Relacion que escribió Fr Gaspar de Carvajal*, in Papavero et al, op cit, p 31-33. O Madeira viria a ter este nome só depois que Pedro Teixeira, durante sua famosa expedição de 1637, encontrou numerosos troncos de árvores sendo levados pela correnteza deste rio.

razão do tamanho e da cor intensa que ajuda a evidenciá-lo.¹¹⁴ O impacto visual de sua enorme foz é notável: é ela que atrai o olhar e faz com que este possa seguir o curso do rio na direção oposta àquela feita por suas águas.

Mais do que ser uma representação científica, ou apenas o produto do saber geográfico, o mapa revela uma dimensão subjetiva nos anseios e intenções do navegador veneziano. Ele é, a nosso ver, um veículo para uma representação idealizada do espaço amazônico, sugerindo que a extensão fluvial poderia oferecer uma alternativa vantajosa para chegar ao oceano Pacífico, além de ser um percurso atraente para se alcançar as riquezas do Peru, cuja descoberta, feita alguns anos antes, reverberava nas cortes européias. Com efeito, sabemos que este navegador procurou, durante toda a sua vida, uma passagem para o Pacífico, e o espírito de conquista acompanhava-o como a muitos outros seus contemporâneos.

Quatro anos depois terminar o mapa, Caboto deixava a Espanha mudando-se para Inglaterra, país no qual servira anteriormente junto ao pai Giovanni. Aqui, uma nova edição do mapa-múndi, gravada por Clement Adams, era publicada em 1549, sendo objeto de grande admiração.¹¹⁵ É importante ressaltar que este, e os outros mapas que mencionaremos nas páginas a seguir, eram destinados à exposição e, em razão das grandes dimensões, a capturar e agradar o olhar.¹¹⁶ Joyce Lorimer argumenta que o mapa de 1549 servia a Caboto como meio para suscitar interesses entre a comunidade mercantil inglesa e recolher fundos que financiassem uma expedição ao Amazonas com a possibilidade de chegar ao Peru.¹¹⁷ O projeto, no entanto, não saiu do papel. Frustradas as esperanças, e em um contexto político de transição e indefinição,¹¹⁸ o velho navegador, com certo oportunismo, dirigia-se diretamente ao imperador Carlos V, na tentativa de reconquistar os favores deste soberano.

¹¹⁴ O rio prata, também representado em dimensões significativas, aparece de um azul mais claro que o coloca em um segundo plano. As cores nos mapas eram usadas com finalidades específicas, e uma dessas era retórica.

¹¹⁵ Richard Hakluyt faz referência ao fato de que o mapa-múndi decorava uma sala do palácio de Westminster, e numerosas cópias existiam nas mãos de comerciantes. Há outros testemunhos da época que mencionam a obra de Caboto, deixando pensar a uma certa notoriedade; fato, a nosso ver, significativo que pode justificar a sua influência sobre outros cartógrafos, Lorimer, Joyce, op cit, p 4.

¹¹⁶ Estes mapas tinham dimensões notáveis: o mapa-múndi de Caboto media mais de dois metros por um metro e vinte, e aquele de Desceliers dois metros e sessenta por um metro e trinta.

¹¹⁷ Lorimer Joyce, op cit, p 5. A relação íntima entre cartografia e comércio pode ser averiguada também na biografia de alguns cartógrafos que tiveram uma carreira de armadores, como é o caso conhecido de Jean Rotz.

¹¹⁸ Os fatos narrados ocorrem na sucessão ao trono entre Eduardo VI e Mary Tudor.

Com uma carta datada de 15 de novembro de 1553¹¹⁹ alertava-o sobre uma expedição anglo-francesa que com 4.000 soldados ameaçava tomar posse da foz do Amazonas e, a partir daí, subir o rio para conquistar o Peru. Justamente a expedição que, segundo Lorimer, o próprio Caboto tinha planejado!¹²⁰

As vicissitudes de Caboto, embora instigantes, vão além dos interesses de nossa pesquisa; contudo, a estória deste mapa nos introduz ao tema da maneira como foi pensado o espaço amazônico a partir da segunda metade do século XVI, uma vez que contribuiu, junto a outros mapas e relatos coevos, para uma sua representação específica. Se o mapa de Caboto não circulou na Europa, foi com certeza conhecido por alguns cartógrafos da época que, inspirando-se ao modelo original, propagaram indiretamente sua visão da região amazônica, caracterizada por aquele curso serpenteado.

Aqueles que melhor assimilaram a obra de Caboto foram Lopo e o filho, Diogo Homem, à luz do estilo cartográfico que lhes era próprio. O primeiro com um planisfério de 1554, e o segundo com um Atlas completado em 1558. A nota biográfica de Diogo Homem ajuda a entender como ele conheceu o mapa-múndi de Caboto. De fato, Diogo fora forçado a deixar Portugal, e ir para Inglaterra devido a um homicídio por ele cometido e do qual, em 1547, conseguiu o perdão real. Na Inglaterra, onde voltou a exercer a profissão de cartógrafo na década de cinquenta, Diogo, ao verificar as recentes atualizações do ecúmeno de Caboto, realizou seu famoso Atlas, do qual a prancha relativa à América do Sul (figura 4) guarda certas semelhanças com o mapa-múndi do cartógrafo italiano, justamente no que diz respeito ao desenho estilizado do rio Amazonas. Sucessivamente, outros cartógrafos portugueses repetiram o padrão de representação amazônico de Caboto veiculado por Lopo e Diogo Homem. Podemos lembrar rapidamente a carta atlântica de Sebastião Lopes, feita em 1558 e conservada no Museu Britânico, ou a carta atlântica de 1570 de Domingos Teixeira, guardada na Bodleian Library de Oxford. Na rica produção cartográfica de quinhentos, mencionamos ainda os mapas-múndi de 1546 e 1550 de Pierre Desceliers (figura 5 e 6), pertencente à escola cartográfica de Dieppe, cuja produção é famosa pela riqueza decorativa e pela

¹¹⁹ Esta carta se encontra transcrita e traduzida em Joyce Lorimer, op cit, p 127-128.

¹²⁰ Lorimer recorre a uma documentação variada para sustentar esta hipótese. A historiadora cita, entre outros, André Thevet que em *Les Singularitez de la France Antartique* menciona o projeto de Caboto de criar uma nova Inglaterra no Peru. p 5-9.

enorme dimensão de suas composições.¹²¹ Esta escola era ligada à atividade do porto normando, a partir do qual, desde o princípio do século XVI, marinheiros franceses tinham se aventurado pelo Atlântico, muitas vezes em direção ao Brasil.¹²² Embora desenhe com um estilo próprio o Amazonas, Desceliers continua perpetuando o tema de seu agigantamento e sugerindo o acesso ao coração da América. O rio aparece aqui como um braço de mar que adentra pelo continente e conduz diretamente à “*minière d’or*” peruana, como podemos ver pela legenda, lembrando nisso certas representações do rio Prata.

A reprodução do Amazonas na cartografia do período não se limita a estes mapas, assim como os temas a ele associados não são somente aqueles comerciais, por nós privilegiados. Escolhemos estes exemplos porque inauguraram uma visão do rio Amazonas como entrada privilegiada para o altiplano andino que, anos mais tarde, no discurso português, serviram de meio persuasivo para a ocupação daquela parte da América do sul.

Intermediários entre o visível e o invisível, o real e o imaginário, estes mapas, graças à eloquência particular da imagem, amplificaram as informações que chegavam pelas relações americanas. Certamente estas representações tiveram um poder comunicativo forte e uma capacidade persuasiva notável na leitura que os europeus fizeram da América equatorial.

1.4 O espaço amazônico e a retórica da conquista

O crítico literário Guilherme Giucci, em sintonia com Greenblatt, observa como

¹²¹ Entre outros lembramos as cartas de Jean Rotz, Vau de Clay, e Nicolas Desliens. Um planisfério deste último media quatro metros e cinquenta.

¹²² Como veremos adiante, os navegadores normandos tinham adquirido uma grande experiência do litoral brasileiro, da qual os portugueses que foram à conquista do Maranhão se beneficiaram.

“o maravilhoso se movimenta, fluidamente, entre a realidade e o mito, apropriando-se de ambos. Mais que se alinhar com uma ou com o outro, funde ambas as categorias: é uma forma de narrar e de absorver imagens”.¹²³

A conquista do desconhecido e sua integração no sistema de representações europeu foi também um trabalho do imaginário, em que o maravilhoso orientou a praxe, ou pelo menos o “primeiro encontro”.¹²⁴ O maravilhoso funcionou como um procedimento mnemônico que ajudou a assimilar as novas realidades,¹²⁵ e a imprensa forneceu a tecnologia que propagou este tipo de experiência. As crônicas e os mapas impressos que circulavam pelo Velho Continente descreveram a região amazônica trazendo elementos que misturavam dados empíricos à geografia imaginária do lago dourado, do país da canela, ou ao mito das Amazonas inscrito desde Caboto na onomástica do rio,¹²⁶ contribuindo para formar a consciência européia do Novo Mundo. São aqueles que Rafael Dias chama de mitos impulsionadores da conquista.¹²⁷ Estes mitos tiveram grande ressonância e consistiram num papel decisivo no recrutamento de levadas de exploradores e aventureiros, como, por exemplo, o inglês Walter Raleigh, os espanhóis Pedro de Ursua, Antonio de Berrio, e muitos outros, animados pela busca de riquezas fabulosas. A exuberância do maravilhoso americano despertou também interesse entre aqueles grupos mercantis determinados a investir capitais na aventura ultramarina, desencadeando numerosas expedições por estas latitudes.

Auxiliomar Ugarte, em trabalho já citado, explorou muito bem estes aspectos, mergulhando numa leitura minuciosa dos relatos ibéricos dos séculos XVI e XVII. O autor, em uma seção de seu estudo, nota como os europeus em busca de metais preciosos empregavam “o esquema de pensamento indiciário, não deixando de procurar sinais que confirmassem suas expectativas”,¹²⁸ e traz uma amostra consistente desde os testemunhos de Carvajal àqueles de

¹²³ Giucci, Guillermo, *Viajantes do maravilhoso. O novo mundo*, Trad. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p 14.

¹²⁴ Greenblatt, Stephen, op cit, p 38. Estas palavras referidas por Greenblatt foram escritas por Descartes.

¹²⁵ A fixá-las na memória diz Greenblatt, ib, p 37.

¹²⁶ No mapa de Caboto podemos ler a inscrição “Rio de las amazonas q descubrio Francisco de Orellana”. Para um estudo sobre a geografia fantástica do eldorado e seus reflexos na cartografia e no realismo mágico da literatura sul-americana ver Alès, Catherine e Pouyllau, Michel, “La Conquête de l’inutile. Lês géographies imaginaires de l’Eldorado”, *L’Homme*, 122-124, XXXII, 1992.

¹²⁷ Apud Auxiliomar Silva Ugarte, Op cit, p 3.

¹²⁸ Aqui Ugarte recorre a certas ferramentas teóricas que Carlo Ginsburg usa para explicitar um método historiográfico. Ib, p 232.

Acuña, *grosso modo* unânicos no julgamento favorável da realidade amazônica. Mesmo que o lago dourado nunca tenha sido encontrado, havia sinais por toda parte que indicavam a existência de inesgotáveis riquezas. Um cronista lúcido como José de Acosta, atenuava, *cum grano salis*, os boatos de coisas maravilhosas que estariam presentes na grande província entre o Peru e o Brasil. Falando do Amazonas dizia que

“por este han navegado diversas veces españoles pretendiendo descubrir tierras que según fama son de grandes riquezas, especialmente la que llaman el Dorado y el Paititi”.¹²⁹

Não obstante as ressalvas de Acosta, as crônicas e o epistolário dos aventureiros desempenharam, como fossem lentes, uma função importante na transmissão agigantada dos indícios e na adjetivação fabulosa da realidade, alimentando, do outro lado do atlântico, o sonho do eldorado, ou simplesmente mantendo vivo o interesse dos mais cautos. Ugarte, desenvolvendo quanto dito por Rafael Dias, observa como estes escritos “poderiam servir como chamariz à implantação do projeto colonial europeu”,¹³⁰ já que o caráter testemunhal das narrativas, conforme nos diz este autor, era garantia da credibilidade das informações.¹³¹ Lembrando o que escrevemos nas páginas anteriores, podemos estender as considerações de Ugarte e Dias para a cartografia enquanto meio de propaganda.

Algo que caracterizou a conquista da Amazônia foi a mobilização, tanto de capitais quanto de pessoas, através do mito. Pensar no Amazonas como acesso às pratas e ao ouro do Peru pertence mais a uma das tantas empresas fabulosas imaginadas do que a uma ocasião real, embora, diferentemente dos mitos, essa empresa existisse no plano das possibilidades. O que guardava em comum com o mito do eldorado era a expectativa do enriquecimento rápido.¹³² João Daniel indicou de forma muito eficaz qual era o *primum mobile* da conquista amazônica quando escreveu que

¹²⁹ Acosta, José de, *História Natural y Moral de las Índias*, [1590], México, Fondo de Cultura Económico, 1940,

¹³⁰ *Ib.*, p 37.

¹³¹ *Ib.*, p 116.

¹³² O tema do mito tem sido explorado em Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1996, e mais recentemente em Gondim, Neide, *A invenção da Amazônia*, São Paulo, Marco Zero, 1994. Ver também Ugarte, Auxiliomar, *op cit*, especialmente o capítulo 3.

“Sempre a cobiça do ouro, e o amor às riquezas foram no mundo o maior incitamento dos homens para as maiores empresas e mais árduas navegações, como no seu tempo o advertiu bem o Mantuano – *Quid non mortalia pectora cogit, aura sacra fames*. Esta mesma cobiça do ouro foi a causa do primeiro descobrimento, e navegação do Amazonas”.¹³³

Mesmo que o Padre jesuíta se referisse a um episódio específico – a viagem de Orellana – a mobilização pela “cobiça do ouro” foi recorrente em outras expedições pelo Amazonas. É com uma clara alusão ao enriquecimento rápido que o capitão Simão Estácio da Sylveira dirigia-se em 1624 aos “pobres deste reyno de Portugal”, com sua *Relação Sumária das cousas do Maranhão*, uma espécie de panfleto de “incitamento” da colonização amazônica em que o território recém conquistado pelos portugueses era objeto de uma narração entusiasta. No relato de Sylveira estas terras oferecem tudo quanto necessário para o bem estar, e em grande abundância, incluindo riquezas minerais. A “excellencia da terra” se deve ao “amenissimo Ceo e salubérissimo ar”,¹³⁴ assegura o autor. O clima é favorável para a fertilidade da terra e generoso com a vida dos homens. Em um país das feições míticas onde o tempo parece estar suspenso por que “sempre he verão”, a vida se prolonga: em um trecho onde ecoam as cartas de Vespucci, de Pero Vaz de Caminha, e de Pietro Martire d’Anghiera,¹³⁵ escreve nosso autor que “os naturales são muito fortes, e vivem muitos annos”. E conclui afirmando que:

“esta he a melhor terra do mundo, e constanos que do que correrão os portugueses, o melhor he o Brazil, e o Maranhão he Brazil melhor”.¹³⁶

Simão Estácio da Sylveira, em outro escrito de 1618, desta vez destinado ao rei Felipe III, antecipando o tom otimista do panfleto, oferecia seus serviços para a conquista daquela região em troca do arrendamento da exploração do pau-brasil. Em uma passagem escrevia que o rio Amazonas era uma

“grande porta as riquezas do Peru por onde deão a Espanha sem os grandes trabalhos e imensas despesas com que se acarretao ao mar do sud e de Lima”.¹³⁷

¹³³ Daniel, João, *Tesouro descoberto no Máximo rio Amazonas*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004, p 45.

¹³⁴ Sylveira, Simão Estácio da, “Relação sumária das cousas do Maranhão”, in Papavero (org), op cit, p 130.

¹³⁵ Este último na mesma carta citada ao início do capítulo escrevia que “gli indigeni godono soltanto di primavera e autunno, senza i rigori dell’inverno o i fastidi dell’estate. Quelli che abitano sui colli e sulle rive dei fiumi che scorrono, vivono felicemente”, Carta a Luis Hurtado Mendoza de 18/XII/1513 em Lunardi, Ernesto, Magioncalda, Elsa, Mazzacane, Rosanna, op cit, p 105.

¹³⁶ Sylveira, op cit p 134.

Pouco tempo depois, em uma petição dirigida ao rei, se candidatava para “abrir nuevo camino por uno de los rios del de Maranon, por donde con seguro y em quatro meses se veja a España desde el Piru”, alegando que a viagem seria reduzida de dez para quatro meses.¹³⁸

Sylveira, que fazia parte da primeira leva de açorianos a aportar em São Luis do Maranhão em abril de 1619,¹³⁹ buscava, através do poder persuasivo do testemunho ocular e da palavra escrita, viabilizar planos ambiciosos em que as pratas do Peru eram evocadas em troca do menos fastoso, mas não pouco lucrativo, comércio de pau-brasil. No entanto, sua excessiva confiança não foi suficiente para encontrar favores na corte de Madri; o recurso ao maravilhoso provavelmente esgotara sua eficácia ao principiar o século XVII, conforme sugere Giucci,¹⁴⁰ e Sylveira não deixou outro legado para a história da Amazônia a não ser estas publicações, hoje muito valorizadas por serem descrições pormenorizadas, entre as mais antigas da região.

Finalidade diferente teve o *derrota del rio de las Amazonas*, de julho de 1615, em que o capitão Manuel de Sousa d'Eça, em uma fase da jornada do Maranhão, anterior à chegada dos portugueses ao Amazonas, justificava a ocupação daqueles territórios em termos políticos e econômicos, quando sugeria que

“este rio va á dar al Piru, y se tiene que es todo navegable, que lo sea trecientas y tantas léguas, se save de personas que y alo navegaron, y podra el enemigo irlo conquistando y poblando, y llegar al Piru y molestarnos a todos... Deste dicho rio se poderá sacar la plata que viene del Piru, con mucho menos costa de lo que se haze al presente, por quanto el rio es navegable todo”.¹⁴¹

Se a finalidade era outra, no entanto, há continuidades com as considerações de Sylveira relativas à representação e ao valor do espaço amazônico. No relato de Sousa d'Eça, presidir aquele lugar fazia parte de uma dupla estratégia, militar e econômica, a primeira de

¹³⁷ Sylveira, Simão Estácio da, “Intentos da jornada do Pará”, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol 26, 1904 p 366.

¹³⁸ “Petição de Symão Estácio Sylveira”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 83, 1919, p 99.

¹³⁹ Sobre este personagem ver: Damasceno, D, “Simão Estácio, capitão de navio, procurador das coisas do Maranhão”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 94, Rio de Janeiro, 1974; Studart, Guilherme, *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*, vol 2, Fortaleza, Minerva, 1909.

¹⁴⁰ Giucci, Guillermo, op cit, p 15.

¹⁴¹ *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 26, Rio de Janeiro, 1904, p 278.

defesa do patrimônio, enquanto a segunda contemplava a possibilidade de usar o rio Amazonas como o canal mais rápido para transportar os gêneros comerciais do altiplano andino. Das duas, a segunda não chegou a ser efetivada, provavelmente, como sugerido por André Ferrand de Almeida, por que a abertura de uma nova via de escoamento dos metais andinos alimentaria o contrabando, como estava demonstrando a experiência daqueles anos no rio da Prata.¹⁴²

Como vimos nesses relatos, as noções geográficas do período, embora fossem ainda vagas, eram suficientes para saber que a foz do Amazonas conduzia ao Peru, provando que a memória das viagens de Orellana e de Pedro de Ursua permanecia viva; noções que revelam também uma percepção espacial atualizada pela produção cartográfica. No mais antigo documento que testemunha a exploração portuguesa do delta amazônico em 1616, André Pereira, ao falar das serras do interior, notava que

“estas são as serras que alli vem dar do Peru, como *muitas cartas de marear também o mostram*, e que há ouro nellas, e mais metais”.¹⁴³

Existia a consciência de a foz amazônica ser estratégica – porta e sentinela dizia Serafim Leite –¹⁴⁴ para a defesa territorial do continente diante das investidas colonizadoras de outros europeus. O seu controle era um acesso fechado àquelas riquezas que, no imaginário geográfico da época, estavam bem mais perto e mais acessíveis de quanto o fossem na realidade.¹⁴⁵ Esta motivação pesou na campanha de conquista da qual os portugueses, no período da União Ibérica, foram incumbidos pelo rei Felipe III de Espanha. Com esse intuito defensivo é que foi dirigida a conquista no princípio do século XVII.

¹⁴² Almeida, André Ferrand de, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, op cit, p 30. Sergio Buarque de Holanda em O Extremo Oeste se detém em mais de uma página sobre as restrições à navegação do Prata nos séculos XVI e XVII.

¹⁴³ Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto, in Nelson Papavero (org), O Novo Éden, p 112. Itálico nosso.

¹⁴⁴ Leite, Serafim *História da Companhia de Jesus*, vol III, São Paulo, p 205.

¹⁴⁵ Sérgio Buarque de Holanda se refere a uma série de mapas espanhóis da metade do século XVI em que se construía uma imagem do Peru ocupando quase inteiramente o território sul-americano, *Visão do Paraíso*, p 93.

1.5 A conquista

A colonização do delta amazônico pode ser considerada o epílogo da conquista do Maranhão, empresa que se inscreve na longa série de conflitos entre portugueses e franceses para o controle do litoral, dos quais a batalha de Guaxenduba, em novembro de 1614, e a definitiva capitulação no ano seguinte, foram uma ulterior prova de força favorável aos primeiros.

Levada a cabo em 1615, a jornada do Maranhão teve um prólogo que, de acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis, data de 1574,¹⁴⁶ quando as autoridades coloniais estudavam uma maneira de subtrair à influência francesa os índios do norte de Pernambuco. A primeira tentativa ocorreu em 1580, ano em que o pernambucano Frutuoso Barbosa se dirigiu às terras dos potiguaras, para fundar, com essa finalidade, a capitania do Rio Grande. Na leitura de Ferreira Reis, a conquista da costa leste-oeste, como ficou conhecida na historiografia,¹⁴⁷ foi o resultado da avançada paulatina dos portugueses a partir das capitanias de Bahia e Pernambuco. Nesta marcha, a disputa pelo controle dos índios locais foi imprescindível para o sucesso colonizador, e teve um peso importante por balançar a competição com os franceses que há muito tempo freqüentavam os habitantes daquelas costas.¹⁴⁸ É preciso sublinhar que embora o território fosse ocupado por populações nativas, sua incorporação aos domínios ibéricos não contemplava o conflito inter-étnico. O inimigo não era o índio, mas o outro europeu. O deslocamento de colonos para estas áreas deveria ser feito através do reconhecimento e consentimento dos principais das nações locais. Neste sentido, as alianças matrimoniais, junto à mestiçagem, jogaram um papel decisivo na mediação social entre o universo político lusitano e aquele nativo.

¹⁴⁶ Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. A fronteira colonial com a Guiana francesa*, Belém, Secult, 1993, p 22.

¹⁴⁷ Era esta uma expressão em uso entre os portugueses envolvidos na campanha militar.

¹⁴⁸ Carta de Dom Diogo de Menezes, ABN, p 308. Varnhagen informa que, neste período, a parte entre o rio Paraíba e o Maranhão era muito bem conhecida pelos franceses, como consta do mapa pormenorizado daquela costa de Jacques de Vau de Clay. Varnhagen, Francisco, *História geral do Brasil*, tomo 1, São Paulo, Melhoramentos, 3ª edição, p 470.

A aspereza do meio geográfico e as tentativas nem sempre bem sucedidas de cativar o apoio das populações indígenas¹⁴⁹ fizeram com que o progresso português por aqueles lados demorasse. No final do século XVI, porém, Jerônimo de Albuquerque estreitava acordos amigáveis com os potiguaras e, sucessivamente, Martim Soares Moreno conseguia o mesmo objetivo com os índios da região do Jaguaribe, fazendo desta área, próxima ao Maranhão, a fronteira mais setentrional do Brasil. Na segunda década do século XVII, o ritmo dos eventos sofreu uma mudança em razão de um maior envolvimento das autoridades espanholas. Nestes anos, chegava de Madri aquele apoio que, em 1604, o governador Diogo Botelho procurara, sem obter resposta.¹⁵⁰ A corte espanhola até então se recusava a endossar idéias expansionistas, pois corria a opinião de que outros fossem os fins da jornada: cativar e vender índios por interesses particulares, entre os quais os do próprio Botelho.¹⁵¹

Passados alguns anos, em uma carta de 19/1/1611, o rei Felipe III pedia ao novo governador do Brasil Dom Diogo de Menezes que o informasse e desse seu parecer sobre a conquista do Maranhão.¹⁵² Em 1612, as notícias da colonização francesa da região repercutiam na corte espanhola, e o governador Dom Diogo de Menezes, alertando as autoridades ibéricas do perigo, idealizava, em março,¹⁵³ a jornada do Maranhão, que seria realizada dois anos depois, sob o governo de seu sucessor Gaspar de Sousa. A jornada, portanto, pode ser atribuída, pelo menos em seu projeto, a Diogo de Menezes que conseguia persuadir a corte da importância da mesma, uma vez que

¹⁴⁹ A expedição de Frutuoso Barbosa à qual aludimos não vingou, assim como outras, entre as quais lembramos aquela de Pero Coelho de 1603 e a tentativa missionária dos Padres jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto de se fixar, em 1607, na serra de Ibiapaba, no Ceará, que teve, inclusive, um final dramático com a morte pelos índios tapuias do Padre Pinto.

¹⁵⁰ Meireles, Mário, *História do Maranhão*, D.A.S.P., São Luís, 1960, p 43.

¹⁵¹ Moreno, Diogo de Campos, *Jornada do Maranhão*, São Paulo, Siciliano, 2001, p 28-29. John Monteiro, usando uma fonte holandesa e outra jesuítica, acena à existência, durante o século XVII, de um tráfico de escravos indígenas entre o Maranhão e o nordeste. É esta uma hipótese que deveria ser comprovada, pois contraria a idéia, consolidada pela historiografia, das dificuldades de comunicação entre as duas áreas geográficas. Dificuldades que só seriam vencidas no final do século XVII, quando foi encontrado o caminho entre o Maranhão e o nordeste. Monteiro, John, *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p 78.

¹⁵² Meireles, Mário, op cit, p 43.

¹⁵³ carta de 1/3/1612, ABN, p 307-310.

“não só estava em perigo de cossários se valerem dela [da costa leste-oeste], mas de outros tiranos, que possuindo-a, podiam intentar grandes coisas contra o Peru, e todo novo mundo da América, ao melhor do qual ficavam de balravento”.¹⁵⁴

De fato, houve uma aceleração no prosseguimento da conquista depois de o espectro da ameaça estrangeira ser invocado.¹⁵⁵ Nestes anos delineava-se aos olhos da corte espanhola a dimensão da ameaça, que não se limitava apenas aos franceses no Maranhão. Em um parecer do Conselho de Portugal ao rei Felipe III, de abril de 1615, Manoel de Sousa d'Eça comunicava que “holandeses e ingleses começavam a tratar e comerciar no rio Amazonas” e continuava com tom de alarme dizendo que era:

“matéria muy grave e que pede que se lhe não dilate o remédio, por ser aquele Rio o limite e Raya que divide os estados do Brasil e do Peru e tudo navegável, e por elle se poder entrar no mais interior da quella província, seguindo-se disso os danos que claramente se deixao ver...”¹⁵⁶

Notícias semelhantes chegavam, pela rede de espionagem, da Holanda,¹⁵⁷ e em maio do mesmo ano, a Espanha tinha conhecimento bastante detalhado das atividades comerciais de um certo Thomas Rey que levantara um forte na boca do Amazonas.¹⁵⁸ Assim como a ocupação francesa do Maranhão, este exemplo mostrava um tipo de interação com os nativos e uma relação com o território que não eram mais limitados a visitas ocasionais de barcos mercantis, mas à montagem de unidades produtivas sedentárias. As preocupações ibéricas, portanto, não eram de todo infundadas.

Entre a aventura de Orellana e o início da colonização portuguesa, decorre mais de meio século durante o qual expedições malogradas se sucederam até que, no final do quinhentos, um novo surto colonizador se interessou pelo delta amazônico. Esta colonização testemunhou o deslocamento para aquelas latitudes de uma economia de *plantation* voltada para a produção e exportação de gêneros como açúcar e tabaco que, havia anos, os ingleses contrabandeavam no Orenoco. Embasados em um conhecimento

¹⁵⁴ Com estas palavras Diogo de Campos Moreno resumia com eficácia o pensamento de Meneses que pode ser encontrado na carta acima citada. Moreno, Campos Moreno, op cit, p 30.

¹⁵⁵ Sodré, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p 23.

¹⁵⁶ ABN, vol 26, p 292-294.

¹⁵⁷ Guedes, Max Justo, “Ações navais”. *História Naval brasileira*, p 592.

¹⁵⁸ Tyacke, Sarah, “English charting of the river Amazon c. 1595-1630” in William Storey (org), *Scientific Aspects of European Expansion (An expanding World, Vol 6)*, Variorum, 1996, p 75.

veiculado pelas sensacionais crônicas que narravam a opulência destas terras, europeus de origens diversas empreenderam atividades comerciais montando feitorias na proximidade da foz do Amazonas,¹⁵⁹ até então deixada livre por espanhóis e portugueses. Já no final do século XVI, comerciantes franceses, ingleses, irlandeses, holandeses, freqüentavam a faixa litorânea entrelaçando parcerias com as populações nativas, realizadas através de técnicas de escambo, conforme uma experiência decenal que em outras partes tinha dado bons frutos, e, no começo do século XVII, ingleses e holandeses se embrenhavam na floresta chegando até o rio Xingu. Algumas destas iniciativas de exploração geográfica e comercial são bastante conhecidas. A mais famosa é aquela de Walter Raleigh, motivada pela geografia fantástica do Eldorado. Raleigh esteve em 1595 no litoral da atual Guiana, explorou o delta do Orenoco e chegou até o Oiapoque. Na sua volta à Inglaterra, em 1596, escreveu e publicou o livro *The Discovery of the large, rich and beautiful Empire of Guiana* na tentativa de mobilizar recursos – poucos na verdade – que foram apenas suficientes para financiar duas expedições: a primeira, em 1596, sob o comando de Laurence Keymis, que deu sua contribuição à geografia fantástica com a informação de um enorme lago, chamado Parime,¹⁶⁰ no qual estava localizada a riquíssima cidade de Manoa. A segunda, de 1597, de Leonard Berry, que, explorando o rio Corentino, encontrou uma embarcação inglesa comandada por John Ley que estava voltando do rio Amazonas. Se as expedições de Raleigh e seus sócios estavam interessadas na busca do Eldorado, John Ley e outros ingleses pretendiam se fixar naquela região com motivações mais pragmáticas: cultivar tabaco e cana de açúcar. Podemos detectar aqui duas causas que orientaram as atenções para o delta amazônico: uma ligada àquela dimensão do maravilhoso da qual falamos anteriormente, e outra que se apresenta como resposta à demanda de certas mercadorias, que poderiam ser cultivadas nas terras amazônicas. Nem sempre as duas atitudes contrapunham-se. Nas recomendações que Robert Thornton recebeu de Robert Dudley, antes de embarcar para o Amazonas, ficamos sabendo que além das drogas deveria “cerchare di cavare da loro [os índios] dove sian le minerale... e dove siano smeraldi” e ainda era instruído

¹⁵⁹ Para um excelente estudo sobre a experiência colonial destes europeus no Amazonas remetemos à Lorimer, Joyce, op cit. Ver também Guedes, Max Justo, “Ações navais”, op cit.

¹⁶⁰ O lago Parime foi um dos elementos topográficos imaginados que mais resistiu na cartografia da região amazônica. Ele era ainda representado em pleno século XVIII.

sobre o local onde se encontraria “una città grandissima e Ricchissima domandata in lor língua Manoa”.¹⁶¹

Por estas razões, a presença de colonos europeus, provavelmente, não constituía um perigo imediato para o altiplano andino como os espanhóis supunham. No entanto, a formação de feitorias fortificadas ameaçava claramente a soberania ibérica do litoral, e, em um exercício de imaginação, podemos pensar que quem tivesse conseguido se estabelecer com sucesso no delta amazônico, com o tempo, teria levado adiante a tarefa de anexar o vasto interior.

Estas iniciativas pioneiras coincidem com o ingresso da potência inglesa e holandesa na disputa por um nicho na economia mercantil do final do século XVI, até então controlada pelos países ibéricos. A supremacia naval espanhola tinha sido arrasada com a derrota da invencível armada em 1588, um feito que prepararia a sucessão da Inglaterra e da Holanda no domínio dos mares. A Amazônia foi um dos alvos comerciais destes países, bastante atraente pela falta de concorrentes. Pieter Adriaansz, Thomas Roe, Philip Purcell, Robert Harcourt, William White, Roger North são alguns nomes ligados às tentativas de valorização econômica da terra amazônica, que iam além da mera exploração geográfica. Este último chegou a criar a *Amazon Company* em 1619, cuja vida foi breve pois os protestos dos espanhóis convenceram o rei James I a aboli-la. As razões dos espanhóis, na pessoa de seu representante Julian Sanchez de Ulloa, residiam no fato de que o Amazonas era um território espanhol, e que as 400 pessoas que North estava levando consigo podiam constituir uma ameaça militar.¹⁶²

A penetração inglesa pelo Amazonas é também documentada por algumas cartas geográficas que se conservaram até nossos dias e estão na Biblioteca Nacional de Paris ou na coleção particular do duque de Northumberland, cujos enteados foram envolvidos em mais de um projeto colonizador da região. Trata-se de mapas náuticos da foz do Amazonas e de alguns afluentes, feitos para orientar os pilotos na navegação, difícil por causa dos numerosos baixios. Como observa Sarah Tyacke, a principal informação deste tipo de mapas, raros em seu gênero, é hidrográfica, sinalizando todos aqueles fatores de interesse

¹⁶¹ “Instruções de Robert Dudley ao Capitão Robert Thornton”, apud Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro, e Camenietzki, Carlos Ziller, “Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda. Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608”, *Revista de História*, n° 142,143, São Paulo, 1998, p 195.

¹⁶² Lorimer, Joyce, op cit, p 64.

para a navegação como, por exemplo, bancos de areias, ancoradouros ou marcos topográficos úteis na localização.¹⁶³ São mapas basicamente técnicos, desprovidos de qualquer aparato decorativo, sem os fins persuasivos daqueles que vimos até agora, mas que têm um valor histórico fundamental para entender a dimensão territorial das explorações inglesas.

Não foram apenas as futuras potências européias a se envolverem na corrida amazônica. O pequeno grão-ducado de Florença também, de uma forma particular, mostrou-se interessado, em virtude do encontro fortuito entre as aspirações mercantilistas de Robert Dudley e um velho projeto dos Médici.¹⁶⁴ Inglês, irmão de Roger North e cunhado de Thomas Cavendish, com o qual navegara nos últimos anos do quinhentos, Dudley, por causa de problemas com a corte inglesa, fora forçado a deixar seu país natal em 1605 e encontrar asilo na corte dos Médici em Florença. Lá, convenceu o então Grão-duque Ferdinando a financiar uma expedição com marinheiros ingleses ao Amazonas. No outono de 1608, uma tartana e uma fragata comandadas por Robert Thornton, como vimos acima, levantaram vela em direção à região equatorial da América sem, porém, conseguir materializar a empresa nem dar-lhe continuidade. A expedição voltou a Florença com informações que Dudley coletou e que serviram para escrever uma enciclopédia da navegação conhecida como o *Arcano del Mare*.¹⁶⁵

A entrada no cenário amazônico de Portugal ocorreu neste contexto de competição comercial entre as potências européias. Os concorrentes mais hostis, provavelmente, eram os franceses cujas tentativas colonizadoras no Brasil, há tempo, atormentavam os portugueses.

De fato, a fixação originária de um núcleo português decorre de um áspero conflito com os franceses que por aqueles lados, no começo do século XVII, tentavam viabilizar a idéia de uma França Equinocial, depois das fracassadas tentativas da França Antártica. Os franceses eram velhos *habitués* do litoral maranhense, e com Jacques Riffault e Charles de

¹⁶³ Tyacke, Sarah, op cit, p 80.

¹⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda narrou em um artigo pouco conhecido os interesses dos Médici em ocupar as terras brasileiras, mais especificamente Sergipe. Holanda, Sergio Buarque de, “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão-Duque Fernando I”, *Revista de História*, 142-143, São Paulo, 2000.

¹⁶⁵ Para maiores detalhes ver Lorimer, op cit, p 29-36; Holanda, Sergio Buarque de, Ibidem; e no mesmo número desta revista: Zeron, Carlos Alberto e Camenietzki, Carlos Ziller, “Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda – Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608”.

Vaux tinham preparado, no final do século XVI, o terreno para um estabelecimento mais sólido. Assim, um contingente francês liderado por Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, zarpara rumo à costa do Maranhão onde, em 1612, teve vida uma breve mas importante experiência colonial com a fundação da cidade de São Luís. No entanto, como ocorrera na anterior colonização da baía de Guanabara, os franceses foram derrotados pelas forças ibéricas comandadas por Jerônimo de Albuquerque e, finalmente, por aquelas de Alexandre de Moura, que em 1615 chegava com reforços para pôr fim à conquista.

Jerônimo de Albuquerque, por ser “experimentado nas coisas do Sertão e dos índios, como por ser grande truxamante ou lingua entre eles”¹⁶⁶ era investido, inicialmente, do comando da expedição que contava ainda com o auxílio do sargento-mor Diogo de Campos Moreno.¹⁶⁷ A jornada do Maranhão foi narrada por este último em um documento de grande interesse para a história militar do Brasil,¹⁶⁸ em que, em mais de uma passagem, adverte-se uma distinção de identidades entre o autor e “os práticos no sertão do Brasil”,¹⁶⁹ principalmente Jerônimo de Albuquerque, interprete daquele tipo de sertanista guerreiro que garantirá o sucesso português na Amazônia.

Embora recorra ao uso da terceira pessoa e tenha um propósito documentário, Diogo de Campos Moreno não consegue se livrar de certos juízos de valores, especialmente no que toca à apreciação dos homens que lideraram a expedição, em que o sargento-mor sobressai pelo espírito racional, e o capitão pelo perfil audaz, mas também pela pouca sensatez. Apesar da parcialidade do manuscrito, ou justamente graças ao modo como é construída a narrativa, o leitor pode adquirir vários conhecimentos e distinguir claramente dois estilos de interpretação da campanha militar.

¹⁶⁶ Moreno, Diogo Campos, op cit, p 33.

¹⁶⁷ Para uma reconstrução da campanha ver, entre outros, Holanda, Sérgio Buarque de, “Conquista da costa leste-oeste”, in Holanda, Sérgio Buarque de (org), *História Geral da civilização brasileira*, tomo 1, vol 1, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, p 190-203; e o excelente trabalho de Guedes, Max Justo, “A jornada do Maranhão”, *História Naval brasileira*, p 562-586.

¹⁶⁸ Duas importantes referências sobre a nova história militar no Brasil são Mello, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Top Books, 1998, em que o autor explora um pouco a jornada do Maranhão. A outra é Puntoni, Pedro, “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)” in Castro, Celso, Izecksohn, Vitor, Kraay, Hendrik (org), *Nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004 que é o melhor trabalho de síntese sobre o tema.

¹⁶⁹ Moreno, Diogo de Campos, op cit, p 65.

O desenvolvimento da jornada foi marcado pelos diferentes temperamentos e idiossincrasias destes dois homens. O capitão, um mameluco fortemente identificado com a cultura dos índios tabajaras, insistiu para conduzir seus homens por terra, enquanto o sargento-mor deveria seguir por mar, navegando terra à vista. Albuquerque acreditava que na marcha até o Maranhão os índios das regiões pelas quais passava agregar-se-iam à expedição. A diplomacia do capitão e de outros mamelucos trabalhara antes e durante a campanha militar para conseguir este tipo de apoio que deveria vir, em particular, dos índios do Ceará e de Buapava. Porém, foram poucos os índios que seguiram na jornada, porque uma seca atingira naquela estação o Ceará debilitando seriamente o físico de seus habitantes.¹⁷⁰

Albuquerque e seus homens, arredios às viagens marítimas, manifestavam certo hábito à locomoção em terra firme. Eram eles homens do sertão, que faziam do mato um abrigo confortável e que, nas palavras incisivas de Albuquerque, “um puño de harina y um pedazo de culebra, cuando la hay, nos sustenta”.¹⁷¹ Homens arrojados no sertão, mas receosos do mar. Na narração do sargento-mor, “o capitão-mor vinha mui maltratado do mar, e os índios e suas mulheres, que, como gente descostumada destes transes navais, vinham lastimosos”.¹⁷² Estas palavras se referem a um trecho marítimo que foi percorrido conjuntamente pelos dois militares, do Rio Grande ao Ceará.

A expedição saíra de Pernambuco em momentos diferentes. Albuquerque, se adiantara pelo caminho terrestre, enquanto Diogo de Campos Moreno esperou a chegada de mantimentos do Rio de Janeiro que pudessem suprir as necessidades da tropa por pelo menos seis meses, uma vez que os poucos pilotos não podiam ser distraídos para este tipo de socorro. No dia 23 de agosto de 1614 a “armada milagrosa” embarcando “cem homens de mar-e-guerra”¹⁷³ deixava o porto do Recife, com “navios mancos, velhos e pequenos”,¹⁷⁴ com rumo ao Rio Grande, onde Jerônimo de Albuquerque esperava com 300 índios. No Rio Grande houve a entrega das armas aos soldados que foram repartidos em quatro companhias comandadas

¹⁷⁰ Esta foi a desculpa alegada pelo chefe Diabo Grande. *Ib.*, p 53.

¹⁷¹ Com estas palavras em espanhol Albuquerque dirigia-se a La Ravardiere em uma troca de cartas sucessivas à batalha. *Ibidem*, p 93.

¹⁷² *Ibidem*, p 48.

¹⁷³ *Ib.*, p 43.

¹⁷⁴ *Ib.*, p 38.

por Antonio Albuquerque, Gregório Fragoso de Albuquerque (filho e sobrinho de Jerônimo), Manuel de Sousa d'Eça e Martim Calado de Betancor.

A jornada do Maranhão foi o resultado combinado de duas maneiras de proceder e de entender a guerra e em certos momentos prevaleceu a tática do mameluco, enquanto em outros foi o sargento-mor a impor a sua. Segundo Albuquerque, em seu conjunto, o sucesso da jornada deveria repousar na política de alianças com os chefes nativos; seu coadjuvante, que havia combatido na guerra de Flandres, acreditava na condução prudente, na ação planejada, e desconfiava da lealdade dos índios e de sua palavra – o que chegou a ser objeto de uma aposta singular entre os dois: um par de meias de sedas.¹⁷⁵ A ofensiva final se caracterizou pela ação heterodoxa, pelo menos no ponto de vista do sargento-mor. Contudo, durante a campanha houve um arranjo entre a “cultura militar”¹⁷⁶ indígena e a européia, no que diz respeito à tecnologia empregada e às estratégias adotadas. Entre os momentos significativos, a seleção de um lugar adequado para a construção de um forte trouxe à luz a existência de princípios culturais opostos no comando da expedição. Em Guaxenduba, o engenheiro Francisco de Frias Mesquita, em sintonia com Diogo de Campos Moreno escolhera um determinado ponto ao qual Albuquerque se opôs, conforme o relato a seguir:

“Logo sobre a eleição do sítio, e forma da fortificação teve Jerônimo de Albuquerque alguns debates com o engenheiro Francisco de Frias, querendo que se fizesse entre o mato huma casa, *como fazem os índios no sertão*, que he uma cerca de mato cortado com a rama para fora com folha, e tudo com quem cerca o gado, dizendo que bastava aquilo, que *cá nestas partes* não se usão outras fortalezas”.¹⁷⁷

Neste trecho, o índio e as tradições da terra aparecem como elementos de distinção entre o horizonte cultural de Albuquerque e aquele de Francisco de Frias. A relação com o ambiente era mediada, nos dois protagonistas, por valores distantes: aqueles da arquitetura militar européia para Frias e aqueles do mundo indígena para Albuquerque. Na continuação do relato, presenciamos a intervenção do sargento-mor que com certa ironia escreve:

¹⁷⁵ A aposta interessava a vinda dos índios esperados por Albuquerque. Os índios não chegaram e Albuquerque perdeu as meias. Ib, p 62.

¹⁷⁶ É esta uma expressão usada por Evaldo Cabral de Mello. Op cit. p 349.

¹⁷⁷ Ibidem, p 62. Itálico nosso.

“além disto, que determinava de se passar dalli ao Muny, rio quatro léguas avante daquelle posto, junto donde desemboca o Tapucurú chamado Maranhão, de que tudo alli toma o nome; por que lhe dizião os índios, que lá havia melhores terras, e agoas para engenhos; porém nestas praticas chegou o Sargento-mor do Estado e tomando consigo ao capitão-mor, se foi a lhe mostrar o sítio, que alli melhor havia para se fazer a povoação com as qualidades à terra necessárias, já que as do mar lhe faltavão, e disse, quão fora do sentido estava, quem em tal tempo fallava de se meter a dentro dos perigos, que ainda não sabião, pois naquelle lugar se houvessem inimigos, como cuidava, que havia, nem alli havia de ser senhores de tomar hum caranguejo; pelo que deixasse ao Frias fazer seu officio, e que todos ajudassem sua traça, que assim convinha”.¹⁷⁸

Diogo de Campos Moreno tomou partido de Frias trazendo uma perspectiva suplementar: aquela do estrategista militar. Em ocasião anterior a esta, quando novamente conjecturava-se sobre a conveniência de fortificar a baía do Perejá, última etapa antes de chegar a Guaxenduba, enquanto Albuquerque achava uma perda de tempo, o autor da *Jornada* alegava a oportunidade, por ser aquele lugar “barra de barlavento”, portanto ponto indicado para o eventual ancoradouro de navios inimigos. Insistindo, em um trecho que transmite um momento de grande tensão, dizia Diogo de Campos Moreno que

“em modo algum, havia nunca de ser de parecer de largarem o Perejá sem ser mui bem primeiro tudo o demais reconhecido, assim como é de costume de soldados práticos e gente de guerra como todos os que ali estavam presumiam ser; e que olhasse que aquilo não era jornada de sertão, senão de S Magestade, e que já agora tinham obrigação de lha sustentarem, pois estava tomada posse em seu Real Nome”.¹⁷⁹

Neste caso, a fortificação não teve início, pois, a atenuar o dissídio entre os dois, uma missão de exploração voltava à base, referindo oportunamente sobre um local mais indicado para fazer sítio: tratava-se, justamente, de Guaxenduba. A urgência com que nosso militar solicitava seus homens a se fortificar manifesta também o “extremo empirismo predominante na mentalidade portuguesa”¹⁸⁰ e que encontramos, por exemplo, entre os navegadores deste país na época dos descobrimentos. Como estes costumavam sondar o mar, e tirar proveito de todos aqueles indícios significativos, assim o sargento-mor pretendia proceder com cautela, privilegiando o papel da logística, organizando os pormenores da operação e

¹⁷⁸ Ibidem, p 63.

¹⁷⁹ Ib, p 57-58.

¹⁸⁰ Mello, Evaldo Cabral de, op cit, p 324.

examinando o território. Com efeito, para ele não fazia sentido avançar sem “primeiro estar tudo mui bem reconhecido no Maranhão”.¹⁸¹

As divergências entre os dois comandantes, no entanto, não tiveram efeitos negativos sobre o resultado da campanha, que era conduzida vitoriosamente em novembro de 1614. Neste mês, a expedição chegava no local de Guaxenduba, próximo a São Luís, com um número de homens inferior àquele planejado. Devido a deserções e abandonos, os índios flecheiros mal passavam de duzentas unidades, às quais se acrescentavam umas centenas de portugueses e alguns castelhanos, entre eles “dezesseis arribados ali das Filipinas”.¹⁸² Com cerca de 500 homens de guerra, os lusitanos enfrentariam uma força quatro vezes superior numa batalha teoricamente perdida, mas que, por uma série de coincidências, viu o prognóstico ser subvertido.

Se a narrativa de Diogo de Campos Moreno é evidentemente parcial e negativa no julgamento de Albuquerque e dos índios, podemos inferir a importância destes na luta decisiva contra os franceses. O assalto que foi lançado mais se parecia com uma emboscada do que com um ataque convencional. Um tipo de ação que seria repetido anos depois em Pernambuco contra os holandeses, e no delta amazônico contra outros europeus. Como já mostrou Sérgio Buarque de Holanda, a agilidade dos índios e o saber se aproveitar das características ecológicas jogou a favor do resultado.¹⁸³ De fato, não obstante a superioridade numérica e tecnológica dos franceses, um fator ambiental subestimado por este comando quis que a maré deixasse a praia de Guaxenduba pantanosa e que nela os milicianos franceses afundassem com suas vestiduras inadequadas, sendo um alvo fácil da ofensiva repentina acometida pelas colunas de Diogo de Campos Moreno, auxiliado por Antônio de Albuquerque, e de Jerônimo de Albuquerque junto a Manoel de Souza d’Eça. A vazante também impedia a aproximação das caravelas francesas.¹⁸⁴ De uma destas caravelas, La Ravardiere pôde observar o desfecho de sua tropa.

O ataque traiçoeiro, efetuado enquanto os franceses estavam se fortificando e antes que vencesse o *ultimatum* entregue nas mãos de Diogo de Campos Moreno, foi criticado

¹⁸¹ *Ib*, p 57.

¹⁸² *In*, p 35.

¹⁸³ Holanda, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, A época colonial*, São Paulo, 1972, p 229.

¹⁸⁴ Berredo, Bernardo, *Anais Históricos do Maranhão*, [1748], Firenze, Barbera, 1905, p 116.

duramente por La Ravardiere porque quebrava “todas as leis praticadas em todas as guerras, assim cristãs como turquescas”.¹⁸⁵ O saldo de mortos deixados no campo era espantoso: nove luso-brasileiros, um castelhano, cento e quinze franceses, e um número impreciso de índios. Afora aqueles vitimados pelas armas, calculava-se o afogamento de outros cento e cinquenta franceses, e centenas de feridos.

Ao terminar a batalha de Guaxenduba seguiu-se uma longa trégua, em que, depois das iniciais trocas de acusações entre franceses e portugueses, o clima tenso veio a ser mitigado pelo cálculo racional e pelas regras de cortesia,¹⁸⁶ de modo que a emoção cedia o passo a comportamentos estruturados pelos códigos culturais de sociedades altamente ritualizadas, como eram aquelas européias de seiscentos. Em algumas páginas de grande valor histórico-cultural, Diogo de Campos Moreno narra sobre como foi recebido por La Ravardiere, das trocas de gentilezas, e registra as expressões cerimoniais que evidenciam o uso ponderado da palavra. Sabemos ainda que no gabinete do oficial francês se encontravam “globos, livros e planisférios, quadrantes e muitas armas, com que parecia estar naquele deserto gente de valor e de ciência”,¹⁸⁷ objetos que conferem autoridade e denotam o papel do saber no exercício do poder, mas que também remetem a uma socialização do espaço – do deserto, conforme o autor – ao gosto europeu, costume que Laura de Mello e Souza mostrou existir entre os homens de governo portugueses, nos locais mais inesperados das terras do Brasil.¹⁸⁸

Finalmente, passados quase cinco meses da batalha, Felipe III, em carta de março de 1615, lamentando a decisão de Albuquerque de suspender as hostilidades, ordenava a Gaspar de Souza que expulsasse definitivamente os franceses por ele considerados “corsários”.¹⁸⁹ Para este efeito, Alexandre de Moura era nomeado novo capitão da conquista.

Assegurada a fortaleza de São Luís, no começo de novembro de 1615, restava completar a jornada até o Pará, de acordo com as ordens que Alexandre de Moura trazia do governador Gaspar de Souza. Esta última expedição foi estudada com todo o cuidado e, pela documentação, percebemos que a maior preocupação dos portugueses não era tanto a

¹⁸⁵ Moreno, op cit, p 88.

¹⁸⁶ Ib, p 97.

¹⁸⁷ Ib, p 117.

¹⁸⁸ Souza, Laura de Mello e, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, op cit.

¹⁸⁹ Apud Guedes, Max Justo, op cit, p 572.

eventual presença do estrangeiro ou de índios hostis, quanto a traiçoeira geografia do local. Em um documento de Alexandre de Moura podemos ler que

“para segurar toda esta Costa vierão os Mestres e Pilotos dos navios da Armada e disserão, que não tinhã conhecimento nenhum della, nem sabião como se avia de navegar, e que era certo perderense as naos, e a gente pelos muitos baixos, que dizião avia nella o que visto pelo d. Capitão Mor mandou chamar os pilotos franceses”.¹⁹⁰

Os portugueses se consultaram com os pilotos franceses capturados que costumavam navegar até o Pará, os quais aconselharam a não “levar naos por fora, e que por dentro não podião ir senão navios pequenos, e que esses não avia de navegar, senão de dia”.¹⁹¹

Conhecer a natureza e o território, para se mover da maneira mais eficaz, voltamos a sublinhar, foi algo que recorreu na ocupação do Maranhão e do Pará, como prova a *Jornada do Maranhão* de Campos Moreno, em que há minuciosas descrições do clima, das condições do mar, das marés, dos ventos, e de todas as insídias de uma costa virgem para os pilotos portugueses. A leitura de outros documentos relativos à conquista do Maranhão nos remeteu a quanto escrevia um século antes Duarte Pacheco Pereira, e que mencionamos em outra parte do trabalho. O empirismo como escola de vida volta a aparecer em um trecho do auto de Alexandre de Moura, para o qual era “conveniente mandar algua gente a tomar o conhecimento daquellas paragens [a costa do Pará] para assim ficar *criando Pilotos*”.¹⁹²

Uma vez terminados os preparativos, Francisco Caldeira de Castelo Branco foi nomeado capitão-mor desta nova jornada e recebeu o regimento de Alexandre de Moura. Com 3 embarcações e 150 homens, no dia de natal de 1615,¹⁹³ prosseguiu ao norte, cumprindo a missão planejada pelo governador Gaspar de Souza, cujos objetivos se resumiam a três pontos: reconhecer o território, estabelecer contatos com os índios e, finalmente, fundar uma fortaleza na boca do grande rio Amazonas.¹⁹⁴ Desta expedição faziam parte Antonio Vicente Cochado, na qualidade de piloto, e André Pereira, que escreveu a relação da viagem. Embora a estação não fosse a mais favorável para uma

¹⁹⁰ Auto que mandou fazer o capitão-mor Alexandre de Moura sobre alguns capítulos de seu regimento a que devia dar cumprimento, apud Saragoça, Lucinda, op cit, p 224.

¹⁹¹ Ibidem, p 224.

¹⁹² Auto de Alexandre de Moura, p 224. Itálico nosso.

¹⁹³ André Pereira escreve na sua relação que “partimos para esta jornada dia de natal passado em que se deu principio a esta era de 1616”, Papavero, Nelson, op cit. P 111.

¹⁹⁴ Regimento dado a Francisco Caldeira Castelo Branco, em *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1904, 1924, vol 26, p 239-42.

viagem marítima, a frota não encontrou problemas particulares na navegação que era feita durante o dia. Ao principiar o novo ano, os portugueses entravam na foz do Amazonas depois de ter percorrido 150 léguas. Aqui se sucederam encontros amistosos com índios de diferentes nações que deram informações sobre a região e comunicaram a presença de holandeses no cabo do norte com os quais havia uma troca regular de mercadorias. Em uma data imprecisa – pois Pereira foi omissos quanto a isso – mas que os historiadores tendem a identificar no dia 12 de janeiro de 1616,¹⁹⁵ Castelo Branco alcançava o lugar por ele considerado como o mais propício para o estabelecimento definitivo. O fortim do presépio, núcleo originário da cidade de Belém, era assim fundado.

2

A domesticação do espaço

*Se para a justiça houver um letrado reto, para a política basta a Câmara,
e para a guerra, um sargento maior, e esse dos da terra, e não de Elvas,
nem de Flandres; porque este Estado, tendo tantas léguas de costa e de ilhas*

¹⁹⁵ Manuel Barata, em a “Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco”, um estudo publicado em 1904, tendo como base um importante documentário, estimava a chegada de Castelo Branco em janeiro, sem precisar o dia. Mesmo assim, este autor, pela primeira vez, corrigia a data da fundação de Belém que por longo tempo acreditou-se ser de dezembro de 1615, isto porque antigos cronistas e historiadores como Berredo, José de Moraes, Alexandre Rodrigues Ferreira, Ladislau Baena assim afirmaram. Uma carta régia publicada por Studart, no quarto volume de seus documentos para a história do Brasil, e sucessivamente por Taunay, nos Anais do Museu Paulista, permitiu identificar no dia 12 de janeiro a data mais provável para a fundação da cidade. Lemos neste documento que o rei era informado da expedição “que me dá conta haver chegado a elle a salvamento com os três navios com que partio em 18 dias”. Studart, vol IV, p 9. Um historiador atento como Capistrano de Abreu não se deixou escapar este documento, sendo portanto o primeiro a indicar uma data mais precisa possível, entre o dia 11 e o 12. Rodolfo Garcia em suas notas à obra de Varnhagen, deixa aberta a possibilidade que o dia da fundação possa ser o 10 de janeiro, dia de Santa Maria, patrona de Belém.

*e de rios abertos, não se há-de defender, nem pode, com fortalezas
nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente
com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores
que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal.*

(Padre Vieira, 1654)

2.1 A configuração de um espaço político português na Amazônia.

Após a ocupação de São Luís e a fundação de Belém, começou, a partir destes dois centros, a irradiação portuguesa em direção ao oeste amazônico. Na primeira metade do século XVII foram novamente conflitos com rivais estrangeiros, principalmente com ingleses e holandeses, a ditar as incursões luso-brasileiras ao interior. As batalhas que ocorreram ao longo dos rios Amazonas e Xingu, com o tempo, reduziram as pretensões colonizadoras destes europeus por aqueles lados, deixando Portugal em posição privilegiada para explorar o imenso vale. Capitalizando a tática vitoriosa de Guaxenduba, os homens empenhados nas batalhas voltaram a aplicar, com algumas variações, o modelo do ataque repentino. Aperfeiçoava-se um estilo de guerra conhecido na historiografia como “guerra volante” ou “guerra brasílica”, que se caracterizou pela adaptação dos soldados lusitanos à cultura militar indígena e à ecologia dos trópicos. Na interpretação de Evaldo Cabral de Mello, a guerra brasílica supriu, pelo “inconvenionalismo saudável”¹⁹⁶ dos portugueses – uma clara alusão a Gilberto Freyre –, a carência tecnológica. De fato, na documentação administrativa da época é comum encontrar queixas quanto à falta de munições ou ao estado da pólvora e das armas, deterioradas por causa da umidade¹⁹⁷ ou pela ação de

¹⁹⁶ Mello, Evaldo Cabral, op cit, p 318.

¹⁹⁷ “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à ilha do Maranhão e expulsão dos franceses”, ABN, 26, p 202. Em 1647, Sebastião de Lucena de Azevedo lamentava que o clima do país estragava as munições e a artilharia. AHU, Pará, “Carta do capitão-mor do Pará Sebastião de Lucena de Azevedo para o rei, dando conta do estado em que achou aquela capitania”, 1/1/1647.

cupins.¹⁹⁸ A escassez, a precariedade, o condicionalismo físico e as características dos conflitos obrigavam os portugueses a procurar melhorias para seus artefatos, a fazer uma seleção tecnológica, ou até a se interessar por alternativas alheias ao campo técnico europeu. De acordo com a primeira solução, em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1733, que replicava considerações feitas pelo governador José da Serra, lemos que as armas deviam ser de “madeira de cedro por ser a que a experiência mostra resistir ao bicho”.¹⁹⁹ Contudo, desde os primórdios da conquista, pareceu claro que nem todas as armas eram convenientes. Em 1619, Manuel de Sousa d’Eça dirigindo-se ao rei pedia

“duas dúzias de escopeta de pederneira q servem no assalto ou emboscada de noute q anda já o gentio tão pratico q dis que antes quer pelejar com nosco de noute q de dia, por rezão que de noute os não vemos, e elles vendo as nossas mechas acezas atirão a ellas e nos matão. E disse bem porque poucos são os soldados que saibão bem esconder sua mecha quando he necessário”.²⁰⁰

A escopeta ou espingarda de pederneira era ativada por um mecanismo de percussão que substituíria a mecha, mantendo assim o atirador fora de olhares indesejados. A espingarda era uma solução apropriada para a guerra de emboscada e também a mais adequada para o clima equatorial úmido. Segundo Cabral de Mello, foi esta a arma mais usada na colônia.²⁰¹

Interessante, no documento de Sousa d’Eça, a referência ao assalto e à emboscada noturna, ofensivas que marcariam as numerosas operações bélicas na Amazônia. Para que este tipo de sortida silenciosa fosse eficaz era necessário um passo ulterior no sentido de incorporar tecnologias nativas, especialmente no que diz respeito ao uso das embarcações. Diferentemente de Guaxenduba, na Amazônia, o *theatrum belli* foi o labirinto de rios e igarapés do qual podemos ter visão no mapa de Vicente Cochado (figura 8). Aqui, a canoa

¹⁹⁸ AHU, Pará “Carta do provedor da fazenda real do Pará, João Ferreira Diniz de Vasconcelos, para o Rei, dando conta do estado em que se achão as munições”, 30/9/1727.

¹⁹⁹ AHU Maranhão, “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei Dom João V, sobre o relato do governador do Maranhão, José da Serra, acerca do estado militar da capitania”, 13/3/1733. Ver também AHU Pará, “Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão José da Serra, para o Rei, sobre o estado em que encontrou os fortes”, 3/10/1732.

²⁰⁰ “Sobre as cousas do Grão-Pará”, ABN, p 346.

²⁰¹ Mello, Evaldo Cabral de, op cit, p 346. Na Consulta do Conselho Ultramarino acima citada se aconselhava uma remessa de 3.000 espingardas para o Maranhão e Grão Pará. Em uma lista de armas e munições de 1737, relativas a este Estado, a espingarda com baioneta constituía a única voz entre as armas em dotação à infantaria, seu numero no entanto era de poucas centenas. AHU Pará, “Carta do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão João de Abreu de Castelo Branco, para o Rei, informando sobre a situação militar”, 29/9/1737.

revelava-se o meio de transporte mais discreto, ágil e ligeiro, e Jacome Noronha mencionou sua utilidade em um plano de defesa do delta.²⁰² Obviamente

a canoa não dispensou o uso de outras embarcações. A hidrografia complexa do Amazonas abria um leque de alternativas e, em matéria, existiam opiniões diferentes. Para Manuel de Sousa d'Eça as canoas eram um meio de transporte pouco confiável nas baías amplas do delta, onde “acontece muitas vezes indo as canoas no meio dellas começar a brisa ventar, e levantase o mar de maneira que se perdem as canoas e gente”. Por outro lado, o maior perigo para os barcos era constituído pelos baixios. A força do hábito favorecia o uso de embarcações que pertenciam ao patrimônio náutico dos portugueses e favorecia também a perpetuação de antigas técnicas de construção. Após a fundação de Belém, o piloto Vicente Cochado manifestava este apego à tradição e incluía, nos pedidos necessários para a continuação da conquista, “alcatrão, breu e estopa, algua pregadura de toda sorte para as embarcações que lá andão” e ainda

“dois mestres carpinteiros da Ribeira hu para o Pará, e outro para o Maranhão para fazerem embarcações. He necessário dois oficiais calafates, hu para cada conquista, porque havia muita falta delles, e se perdião as embarcações a mingua e hu torneiro que há falta delle no Pará”.

Cochado terminava dizendo, com certa clarividência, que as pessoas enviadas àquela conquista “saibão que cousa he guerra do mar”.²⁰³

Em pouco tempo, vários tipos de canoas, entre as quais a Ibá, e o bargantim, conhecido como “canoa de viagem”,²⁰⁴ tornar-se-iam os meios de transporte fluviais mais utilizados, inclusive pelos altos escalões da administração portuguesa.²⁰⁵ Saindo do contexto do delta e adentrando a malha hidrográfica amazônica, a Ibá era a embarcação mais adequada para vencer as numerosas cachoeiras.

²⁰² ABN, vol 26, p 439.

²⁰³ “Memorial do piloto mor Antonio Vicente” em Studart, Guilherme, *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*, vol 2, Fortaleza, Minerva, 1904, p 181.

²⁰⁴ Daniel, João, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, vol 2, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004, p 48.

²⁰⁵ Foi em um bargantim que Francisco Xavier de Mendonça Furtado cumpriu sua famosa viagem ao rio Negro em 1754.

Foi com dezenas de canoas e milhares de índios flecheiros que Pedro Teixeira, Luís Aranha de Vasconcelos, Pedro da Costa Favela, Bento Maciel Parente, Jacome Noronha, entre outros, conduziram com sucesso seus ataques às feitorias fortificadas de holandeses, ingleses e irlandeses. Chama a atenção o fato que todas as batalhas decisivas foram ganhas pelas forças luso-brasileiras. Ao mesmo tempo em que Portugal perdia pedaços de seu império na Ásia, na África, e mesmo no Brasil, a favor da Holanda, conseguia vitórias importantes neste canto da América equatorial.²⁰⁶ Na Amazônia, era premiada a tática do ataque, o uso de técnicas pouco convencionais mas eficazes, e, finalmente, a cooperação das populações nativas.

Existia a consciência da importância do índio, o qual desempenhava função crucial sob dois aspectos: primeiramente, o tático-militar, uma vez que proporcionava um auxílio que não era apenas limitado à atuação bélica mas que se estendia aos conhecimentos do campo de batalha; em segundo lugar, o da subsistência, como informa o memorial de Luís Figueira, onde se lê que estes ajudavam os portugueses “dandolhe e administrandolhe todos os mantimentos de farinhas, carne e peixe”.²⁰⁷ Aquela desconfiança para com o índio, que observamos existir em Diogo de Campos Moreno, amortecia na Amazônia – pelo menos em relação a assuntos de defesa militar – e havia unanimidade entre os homens da conquista quanto à imprescindibilidade do braço armado nativo. Nas palavras do governador do Brasil Dom Luís de Sousa, os índios eram o “nervo principal da guerra”.²⁰⁸

O respeito indígena precisava ser garantido com obras de persuasão, em que os línguas foram mediadores fundamentais, e com o tradicional sistema de dádivas. Entre estas, podemos incluir a promoção social dos principais indígenas e a concessão de honras e mercês, como mostram os pedidos do Hábito de Cristo feitos por alguns principais Tupinambás do Maranhão e Grão-Pará.²⁰⁹ De forma interessante, sendo o Hábito pedido e não oferecido, temos exemplos que testemunham a incorporação por parte destes

²⁰⁶ Para um panorama geral sobre as guerras luso-holandesas cfr Boxer, Charles, *O império marítimo português, 1415-1825*, trad. Lisboa, Edições 70, 1992.

²⁰⁷ Figueira, Luís, “Memorial sobre as terras e gente do Maranhão & Grão-Pará & Rio das Amazonas”, in Leite, Serafim, *Luís Figueira. A sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, Agencia Geral das Colônias, 1940, p 208.

²⁰⁸ Regimento para o capitão Bento Maciel Parente, in Saragoça, Lucinda, *Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia*, Lisboa, Kosmo, 2000, p 248.

²⁰⁹ Estes pedidos se encontram na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Para uma discussão remetemos a Diniz, Almir, *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*, Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp, 2005, especialmente o capítulo V.

Tupinambás de estruturas portuguesas, simbólicas e hierárquicas, de poder. Os pedidos eram geralmente atendidos pois se tratava de um reconhecimento outorgado por parte da Coroa e uma forma de recompensa pelos serviços prestados nas conquistas.²¹⁰ Almir Diniz observa que “a política de enobrecimento das lideranças indígenas ligava-se ao firme propósito de conseguir aliados na guerra contra seus inimigos europeus”.²¹¹

Percebemos como também os portugueses enxergassem dentro das sociedades indígenas uma hierarquia de poderes e, de acordo com esta hierarquia, operassem distinções de status. Os índios não eram todos iguais. Em uma carta de 1654 ao Padre Provincial do Brasil, Padre Vieira narra de uma jornada ao sertão em que

“iam nestas dezesseis canoas um capitão com oito oficiais reformados, portugueses, duzentos índios de remo e arco, quarenta cavaleiros, e de gente de serviço até sessenta, que fazem por todos mais de trezentas pessoas. E porque não faça dúvida o nome de cavaleiros, é de saber que entre os índios destas partes é costume de se armarem alguns cavaleiros, e isto com grandes cerimônias a seu uso. Destes se chamam também cavaleiros os que, por nascimento ou por ofícios, são como a gente nobre, e estes nem remam, nem servem os portugueses, e só os acompanham na guerra, e deles se escolhem os que hão-de mandaraos demais”.²¹²

Pela leitura de outro trecho, podemos inferir como estes índios principais desempenhassem um papel diplomático essencial na configuração de redes de alianças políticas, sendo uma ponte entre o mundo indígena e aquele português: era costume entre os portugueses enviar os principais aliados “a persuadir outros do sertão a praticá-los, como cá dizem, para que quisessem descer e viver entre nós”.²¹³

Parecia claro ao comando luso-brasileiro que, uma vez impedida a comunicação entre as populações autóctones e os outros europeus, estes últimos tornar-se-iam vulneráveis. A tática de separar os adversários foi adotada por Pedro Teixeira na ofensiva lançada contra o forte de Torrego em setembro de 1629, em que o capitão-mor do Pará, optou pelo cerco com a finalidade de cortar a provisão de viveres aos holandeses do forte. Na narração de Luís Figueira, Teixeira tratou de

²¹⁰ Ib, p 220.

²¹¹ Ibidem, p 218. Para uma análise sobre a formação de uma elite indígena na colônia ver Almeida, Maria Regina Celestino de, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

²¹² Vieira, Antonio, *Cartas do Brasil*, São Paulo, Hedra, 2003, p 158.

²¹³ Ibidem, p 151.

“empedir ao inimigo o comercio, e trato com o gentio, assugetandolhe e empedindolhe todo o socorro, que delle pudesse esperar... porque sem gentio não se poderão os inimigos conservar muito tempo; e no mais ficesse o q as ocasiões lhe permitissem”.²¹⁴

Para apressar o assédio, Teixeira decidiu atirar flechas inflamadas sobre as choupanas de palmas secas que se encontravam dentro da fortificação. O ataque, porém, não teve o efeito esperado pois ao errar o alvo “acertara hum índio de dar fogo a hua casa que estava de fora, que sérvio de aviso aos inimigos para logo desfazerem as casas de palma”.²¹⁵ Mesmo assim, estremados, depois de dezenove dias de cerco, os holandeses se rendiam. Esta tática foi repetida poucos anos depois no ataque ao forte de Cumau efetuado por Feliciano Coelho de Carvalho. De novo, procurava-se separar os europeus – ingleses neste caso – de seus aliados indígenas. Interrompendo o sistema de abastecimento, Coelho de Carvalho conseguia enfraquecer física e psicologicamente o adversário, que acabou capitulando depois de dois meses de isolamento.²¹⁶

Em outras ocasiões, a modalidade do conflito foi diferente e eclodiram batalhas navais cruentas. Normalmente aconteciam de noite, como no caso do assalto ao forte Nassau, e se prolongavam até o dia seguinte, em condições climáticas difíceis devido às fortes chuvas. Durante uma sortida, narra Figueira que os portugueses, ao abordarem com suas embarcações os adversários, jogaram água nos mosquetes do inimigo, neutralizando deste modo o seu uso.²¹⁷

A julgar por esses exemplos, notamos como a tecnologia européia perdia sua eficácia devido a ações simples, e como a fortificação não assegurava, sozinha, a defesa. A muralha mais eficaz era aquela indígena. Alguns fortes, de acordo com o memorial de Figueira, eram de madeira, material que limitava a capacidade de defesa e até expunha ao perigo seus moradores.

Assim, um após o outro, os entrepostos europeus eram conquistados no biênio sangrento de 1623 e 1624 e em 1629-1632, anos em que os ingleses tentavam novamente a

²¹⁴ Figueira Luís, “Relação dos vários acontecimentos ocorridos no Maranhão e Grão Pará e da necessidade de mais missionários”, apud Saragoça, Lucinda, op cit. p 299.

²¹⁵ Ib, p 300.

²¹⁶ Reis, Artur Cezar Ferreira, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. A fronteira com a Guiana Francesa*, volume 1, Belém, Secult, 1993, p 44.

²¹⁷ Figueira Luís, “Memorial”, op cit, p 208.

colonização. Os fortes eram queimados ou arrasados, mas um em particular foi mantido e sucessivamente reformado: era o forte de Mariocay, conquistado aos holandeses em 1623, e batizado com o nome de Santo Antônio de Gurupá. O lugar era reputado por Bento Maciel Parente duplamente estratégico pois, estando próximo à confluência do rio Xingu com o Amazonas na altura em que este é bifurcado pela ilha de Gurupá, permitia o controle da junção entre o Amazonas e o Cabo Norte – zona fronteira de maior importância – e ainda o acesso às ramificações meridionais que levavam a Belém.

Mesmo após a fase bélica, Portugal manteve uma política militarmente orientada para a região amazônica, tendo em vista possíveis ameaças, tanto de holandeses – presentes na região do Essequibo, e que em 1639 atacaram o forte de Santo Antonio de Gurupá – como de franceses – que por muito tempo disputaram o Cabo Norte com os portugueses – e, depois do fim da União Ibérica, de espanhóis, no extremo oeste e no noroeste. Esta preocupação surgia de uma percepção do espaço amazônico como sendo um imenso sertão, acessível por seus grandes rios. Era portanto necessário domesticar o espaço, conhecê-lo, delimitá-lo e ocupá-lo nos pontos considerados nodais, para realizar a dominação desejada.

Surgida em 1618,²¹⁸ em época filipina, para tamponar as entradas de rivais europeus, a colônia herdou, com a restauração bragantina, esta característica de Estado fronteira, trazendo em si um problema territorial cuja solução foi encontrada anos mais tarde, em 1750, com o Tratado de Madri. Por ser área de fronteira, a questão territorial foi, ao longo do período colonial, central nas preocupações portuguesas vindo a ser um eixo importante que orientou a política colonial para a região, estimulando iniciativas e ações.

A consolidação territorial se deu durante a União Ibérica, quando Felipe IV em carta de 1621²¹⁹ se dirigia aos portugueses do Maranhão encorajando-os no prosseguimento da conquista: estes anexaram vastas áreas além do meridiano de Tordesilhas,²²⁰ seja em função de confrontos com outros europeus, seja em função da concessão de capitânias pelo próprio monarca aos protagonistas da conquista. Ainda nos primeiros anos, quando se dotava a

²¹⁸ A separação do Maranhão do Brasil é de 1618. No entanto, só em 1623 seria nomeado o primeiro Governador na pessoa de Francisco Coelho Carvalho, assim como os outros funcionários destinados para os cargos administrativos. O Governador chegou a tomar posse em São Luís apenas em 1626.

²¹⁹ Reis, Arthur Cezar Ferreira, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, vol 1, Belém, Secult, 1993, p 39.

²²⁰ O meridiano, de acordo com a interpretação mais favorável para os portugueses, passava na proximidade da cidade de Belém.

nova colônia de uma organização política e administrativa, Bento Maciel Parente sugeria, em memorial dirigido ao rei e reproduzido em Varnhagen,²²¹ a divisão dos novos territórios em capitanias, conforme a experiência anterior nas terras do Brasil. Mesmo antes de começar a jornada do Maranhão e Pará, Dom Diogo de Meneses, em 1612, no mesmo documento com que idealizava a campanha de conquista, propunha a formação de capitanias hereditárias em razão da vastidão do território. Esta foi a solução adotada pelo monarca espanhol e sucessivamente pelos reis portugueses que, ao longo do século XVII, doaram, como forma de mercê, vastas extensões de terra aos mais fieis e valorosos homens da administração portuguesa, com o intuito de estimular o povoamento e a colonização da região. O próprio Bento Maciel Parente foi um exemplo de administrador e soldado investido dos mais altos reconhecimentos, chegando a receber do rei espanhol, em 1637, a capitania do Cabo do Norte – *grosso modo* correspondente ao atual Estado do Amapá – que se encontrava além do meridiano de Tordesilhas. Em 1645, agora com um rei português no trono, era confirmada a capitania de Maciel Parente, revelando, como observa Artur César Ferreira Reis, “o propósito da conquista oficial”,²²² e a intenção de Portugal de ficar com terras cujo valor jurídico era duvidoso, mas que politicamente eram legitimadas pelas ações de guerra em que os luso-brasileiros haviam se destacado.

Além da capitania de Maciel Parente havia outras seis hereditárias e sete da Coroa. Desta última lembramos que as capitanias do Maranhão e do Pará eram as principais. A primeira contava com as capitanias secundárias de Ceará, Itapeturu, Icatu e Mearim e a segunda com aquela de Gurupá. As outras capitanias hereditárias foram concedidas em tempos diferentes. O primeiro a ser beneficiado foi o ex-governador do Brasil Gaspar de Sousa em 1622. A concessão, porém, se concretizou em 1634 quando o filho, Álvaro de Souza, foi nomeado donatário da capitania de Caeté. Esta capitania tinha sido concedida alguns anos antes por Francisco Coelho de Carvalho ao filho Feliciano, sem o aval do rei, o qual transferiu a posse deste último para Álvaro de Sousa. Em compensação, Feliciano recebia, em 1633, a capitania de Cametá, no Pará, recebendo, em 1637, a confirmação do rei. Outras capitanias foram criadas como aquela de Tapuitapera, ou Cumá, no Maranhão, e doada em 1624 a Francisco Coelho de Carvalho, passando anos depois ao irmão Antonio

²²¹ Apud Varnhagen, op cit, vol 2, p 267-271.

²²² Reis, Artur César Ferreira, *A Amazônia que os portugueses revelaram*, op cit. p 40.

Coelho de Carvalho. A capitania de Vigia, também no Maranhão, foi doada a Jorge Gomes Alemó e extinta na década de 80 do século XVII. A capitania de Joannes, no Pará, foi criada mais tarde em 1665 e doada a Antonio de Sousa Macedo. Finalmente mencionamos a capitania do Xingu, a última da América portuguesa, criada em 1681 e doada a Gaspar de Abreu e Freitas, da qual pouco se sabe.²²³

Para além das capitanias reais e daquelas dos donatários, estendia-se o vasto e desconhecido território de floresta que aos poucos ia sendo explorado e conquistado em nome de Portugal.

O espaço dos domínios portugueses, construído através de uma abstrata linha geométrica, como foi o meridiano de Tordesilhas, sofreu na dinâmica colonial uma alteração que deu novas formas às fronteiras, não mais definidas pelo raciocínio frio da linha reta, mas pela conturbada ação do homem. A caça ao índio, a coleta das drogas do sertão, a procura de metais preciosos, o patrulhamento dos rios e a catequização do “gentio” deslocaram para o sertão gerações de aventureiros, soldados e missionários, tendo como conseqüências políticas a re-configuração da geografia colonial e uma nova representação do território.

Se o tratado de Madri decidiu a favor de Portugal o destino de grande parte da Amazônia, no período que vai de 1640 até 1750 a questão estava aberta a outras soluções. Em razão da soberania duvidosa, a atuação portuguesa no interior demandou até então a formulação de estratégias que contaram com o auxílio de militares e missionários franciscanos, jesuítas e, na última década de seiscentos, de carmelitas, cuja atividade missionária se desenvolveu na região do rio Negro e do Solimões.

A expansão portuguesa para a região pode ser entendida por meio de fatores geopolíticos e econômicos. Ambos influíram nos vetores de colonização que interessavam a Amazônia. De um lado, a defesa dos domínios metropolitanos efetivou-se com o envio de tropas militares e com a construção de fortalezas no encontro do rio Amazonas com seus principais afluentes. De outro lado, a demanda por mão-de-obra indígena por parte da população urbana alimentou uma procura contínua pelo índio, empurrando a frente escravista sempre mais longe, em direção ao oeste.

²²³ Sobre estas capitanias ver Meireles, Mario, op cit, p 67-69 e Saragoça, Lucinda, op cit, que no apêndice documental reproduz estas doações.

É nesse contexto, de defesa das fronteiras e de precariedade econômica, que se inscreveu, e de certa forma foi influenciada, a atividade das várias ordens missionárias. Nas próximas páginas nos deteremos no estudo do papel das fortalezas no controle do território para tratar sucessivamente da participação das missões na colonização do Negro e do Solimões.

2.2 As fortificações e a fronteira

A ocupação da costa leste-oeste e do delta amazônico foram caracterizadas por aspectos militares e políticos que podem ser detectados tanto na gênese de São Luís e Belém, cidades-fortalezas,²²⁴ quanto na sucessiva colonização do interior, voltada para a organização defensiva do território através de uma rede de fortificações. O aspecto militar revelou-se, ainda, nas personalidades dos primeiros povoadores da região, principalmente aqueles de Belém,²²⁵ que contava com um número considerável de soldados em proporção aos moradores civis.²²⁶ Tratava-se de homens de conquista com um histórico de lutas nas guerras do Brasil, como foi o caso de Pedro Teixeira, Manuel de Sousa D'Eça, ambos atuantes na jornada do Maranhão, ou Bento Maciel Parente. Em uma informação que este último enviara ao rei Felipe IV em 1637, podemos ler que São Luís somava então 310 habitantes dos quais 60 eram soldados, enquanto em Belém os habitantes eram apenas 80 e os soldados 50. Havia ainda 30 soldados e nenhum morador no forte de Gurupá; 30 soldados e 4 ou 5 moradores naquele do Ceará.²²⁷ Uma população escassa, constituída em

²²⁴ Para uma discussão ver Duarte, Cristóvão Fernandes, “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino”, *Oceanos*, nº 41, 2000, p 152-160.

²²⁵ Em 1619 era enviada uma leva de açorianos que deveriam ser divididos entre as duas cidades. No entanto, os açorianos ficaram em São Luís.

²²⁶ A presença relativamente grande de militares na colônia foi constante. Em 1710, na capitania do Pará, havia 322 soldados repartidos em 5 companhias. AHU, Pará, “carta de Cristóvão da Costa Freire para o rei”, 18/2/1710.

²²⁷ Informação de Bento Maciel Parente de 4/2/1637, ABN vol 26, op cit, p 359. Ver também, nestes Anais, a relação do Estado do Maranhão de 4/8/1636 no qual se informa o numero de soldados servindo nos quatro fortes do Estado, p 355.

sua maioria por açorianos, que se agregava à sombra dos fortes, elementos embrionários no desenvolvimento das cidades do norte.

Já relatamos o empenho do engenheiro militar Francisco de Frias Mesquita no auxílio tático do comando que efetuou a jornada do Maranhão. Pelos trabalhos de Beatriz Bueno e Renata Malcher Araújo,²²⁸ sabemos que a categoria profissional a que pertencia Frias constituía uma “elite técnica” de certo prestígio em Portugal, que exerceu um papel importante nas realizações urbanas do império. A Francisco de Frias se deve a conclusão das obras da fortaleza da Lajem do Recife²²⁹ e a reforma do forte francês de São Luís, na cidade homônima, que era rebatizado com o nome de Felipe. O engenheiro, que na colônia maranhense ocupou o cargo de provedor-mor da fazenda e foi ouvidor geral, cuidou também de aspectos urbanísticos, determinando o novo arruamento de São Luís e planejando seu desenvolvimento espacial. Embora não tenha seguido para o Pará junto com a expedição de Castelo Branco é provável que tenha dado indicações para a edificação do forte do presépio. A escolha do sítio e o traçado primitivo de Belém, conforme sugere Renata Malcher Araújo,²³⁰ testemunham uma intervenção que não foi casual; pelo contrário, ela foi ditada por um desenho²³¹ que respondeu a precisas diretrizes urbanísticas.

A cidade germinou na margem direita do rio Guamá, em um terraço delimitado pelo alagado do Piry que servia de defesa natural, e tinha no forte do presépio e no convento dos carmelitas dois núcleos de agregação populacional. O convento fora erigido na década de 20 em uma área chamada Campina que com o tempo acabou por concentrar o desenvolvimento urbano. Durante o século XVII, Belém aumentou pouco seu contingente demográfico,²³² mas, devido à localização feliz, adquiriu importância sempre crescente. O padre Felipe Betendorf que conheceu a cidade na segunda metade do seiscentos, escreveu que esta “era ainda em o ano de 1660 coisa mui limitada, porém depois disso cresceu tanto em moradores e

²²⁸ Bueno, Beatriz, “Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares”, *Oceanos*, nº 41, Lisboa, 2000. Araújo, Renata Malcher, *As cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAU, 2000.

²²⁹ Moreno, op cit. P 39.

²³⁰ Araújo, Renata Malcher, op cit, p 81.

²³¹ Beatriz Bueno observa como desenho era empregado na época em lugar de projeto, termo que viria a ser usado só no século XVII. No entanto não é certo quando projeto substituiu desenho. Bueno, Beatriz, Op cit, p 46.

²³² Ao findar o século Belém contava com 500 habitantes. Ferreira, João de Sousa, “Noticiário Maranhense”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 81, p 302.

casas belas, que agora se pode gloriar do título de cidade”.²³³ Em 1676 era construído um prédio para o governador que normalmente residia em São Luís, sede oficial do governo do Estado. A partir do final do século XVII, os governadores começaram a fixar residência no Pará, e Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho foi o primeiro deles.

Apesar do traçado à moda européia, a cidade parecia mais com um “aldeamento regular”,²³⁴ sendo as casas, em sua maioria, feitas de madeira ou taipa de pilão. No decorrer do século XVIII, porém, a situação mudaria. Em 1743, La Condamine assim descrevia Belém:

“Ao chegar ao Pará, saindo das florestas do Amazonas, pensamos nos ver transportados para a Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem-alinhadas, casas alegres, a maior parte construída há 30 anos, em pedra e em alvenaria, além de igrejas magníficas”.²³⁵

Poucos anos depois, durante o governo de Mendonça Furtado, o arquiteto bolonhês Antonio Landi planejou edifícios públicos novos, dando à cidade um aspecto único no panorama urbanístico da América portuguesa, caracterizando Belém por um estilo neoclássico que outros arquitetos italianos da época espalhavam pelo mundo.²³⁶

Situada na foz amazônica, Belém era o ponto de partida ideal para o interior, e o porto brasileiro mais próximo a Lisboa, para onde eram destinadas as drogas do sertão e outros produtos da floresta. Cidade-fortaleza, mas também cidade-território na definição de Araújo, entendendo com isto sua capacidade de integração do espaço amazônico. Dois conceitos aparentemente conflitantes, como a mesma autora reconhece, uma vez que um remete ao fechamento do complexo urbano e a uma relação com o ambiente em que os acidentes naturais – o pântano, o rio, o terraço – servem de proteção, enquanto o outro projeta a cidade para o ambiente externo. Um conflito que deixa de existir no momento em que a cidade-território e a cidade-fortaleza participam daquele binômio econômico-militar característico de outras regiões do império português e que revela “um sofisticado planejamento

²³³ Betendorf, Felipe, “Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXII, Rio de Janeiro, 1909, p 23.

²³⁴ Meira Filho, Augusto, *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*, vol 1, Belém, 1976, p 128.

²³⁵ La Condamine, Charles-Marie de, *Viagem pelo Amazonas*, São Paulo, Edusp, 1992, p 107

²³⁶ O mais celebrado foi com certeza Giacomo Quarenghi que projetou prédios importantes em São Petersburgo.

estratégico do espaço a serviço dos propósitos mercantil-imperialistas ibéricos”.²³⁷ A cidade-território contempla ainda o método de colonização “com a distribuição de grandes lotes aos colonos e o funcionamento do sistema administrativo que estende a jurisdição dos funcionários a largas áreas”.²³⁸

Duarte e Araujo, cada um à sua maneira, apontam para uma leitura da colonização da Amazônia em que a fortificação foi elemento fundamental na apropriação e transformação simbólica de um espaço (natural) em território (político). A presença física da fortaleza, para além de sua função de defesa ou fiscalização, ressignificava o espaço amazônico proporcionando a representação de um poder que projetava sua sombra nesta região. Segundo escreve Renata Malcher Araújo

“Portugal investiu na conquista do território amazônico estabelecendo antes a representação do domínio que o domínio em si. A preocupação das definições dos limites fronteiriços e a contenção dos avanços dos colonizadores vizinhos foi primordial, assim como o controlo das entradas fluviais, precavendo também os invasores vindos de mais longe”.²³⁹

A mão do engenheiro militar moldou a geografia política da Amazônia. Este ordenamento, como testemunha a epígrafe de Vieira, pode ser questionado quanto à capacidade de gestão e controle territorial, no entanto, teve uma função importante na representação e na encenação do poder português na Amazônia, como também conferiu legitimidade ao exercício da autoridade política. Cabe aqui citar Ângela Domingues, para a qual

“juridicamente, a autoridade da coroa portuguesa sobre solo amazônico só encontraria contestação legítima quando a colonização luso-brasileira colidisse com a colonização de outro país europeu. Para tornar sólida e fundamentada a sua autoridade, o príncipe cristão devia proceder à ocupação física do espaço e manifestar o desejo de integrá-lo, de forma permanente, na sua área de soberania”.²⁴⁰

²³⁷ Duarte, Cristóvão Fernandes, op cit, p 160.

²³⁸ Araújo, Renata Malcher, Op cit, p 89.

²³⁹ Araújo, Renata Malcher, *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP, 1998, p 90.

²⁴⁰ Domingues, Ângela, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, p 78.

Esta vontade, conclui a autora, “revela-se no estabelecimento de aldeias, vilas e fortificações”.²⁴¹ Domingues estudou a Amazônia pombalina, que foi caracterizada por um frenesi povoador e por uma política do espaço interessantíssima. No período pré-pombalino, a fortificação e a aldeia missionária foram as unidades responsáveis pela “integração” política da Amazônia.

Não faltaram críticos da política de fortificações. Além de Vieira, Alexandre de Moura, opinava que no Pará “tudo são braço de mar em que pode entrar e sair por onde quiser e asi são de pouco efeito as fortalezas”.²⁴²

Moura questionava o papel estratégico das fortalezas. Pela leitura da documentação, podemos questionar sua consistência militar. De fato, o estado em que versavam os fortes era, na maioria das vezes, precário: aqui, soldados desafetos à disciplina e mal equipados dificilmente poderiam se defender. Como exemplo tomemos Santo Antônio de Gurupá, um dos fortes mais importantes e “chave da Amazônia” nas palavras de Sousa Ferreira,²⁴³ que contava com trinta soldados na época de Maciel Parente, e que sessenta anos depois veria este numero reduzido pela metade. Betendorf registrou a decadência de Gurupá ao escrever que: “tinha antigamente este sitio suas casas ao redor da fortaleza com seus moradores, além dos soldados do presídio; porém hoje não tem mais que estes”.²⁴⁴ Enquanto Betendorf redigia suas memórias, Pedro de Azevedo Carneiro era incumbido pelo rei Pedro II para realizar uma vistoria das fortalezas amazônicas. Em relação a Gurupá, o engenheiro só podia documentar o declínio de seu contingente militar e civil, sugerir reformas e “hua boa povoação como já foy”.²⁴⁵

O relatório de Azevedo Carneiro era produzido no momento em que Portugal pretendia consolidar as fronteiras ocidentais da Amazônia. A rede de fortificações era contemplada neste projeto e, em 1699, o rei estabelecia uma escola de engenharia no Maranhão que ensinasse “forteficação” e formasse engenheiros *in loco*.²⁴⁶ No mesmo ano, Pedro II, querendo conhecer de modo “certo da defença com que se acha essa conquista”, ordenava

²⁴¹ Ib, p 78.

²⁴² “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à ilha do Maranhão e expulsão dos franceses”, ABN, 26, p 201.

²⁴³ Apud, Muniz, Palma, *Relatório sobre a fortaleza de Gurupá*, Belém, Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1927, p 16.

²⁴⁴ Betendorf, op cit, p 30.

²⁴⁵ Informe de Pedro de Azevedo Carneiro de 30/12/1695, reproduzido em Reis, Artur Cezar Ferreira, “As fortificações da Amazônia no período colonial”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 344, 1984, p 224.

²⁴⁶ LGM, Tomo 1, p 183.

ao governador Antonio de Albuquerque Coelho Carvalho de enviar todas as plantas das fortalezas daquele Estado.²⁴⁷ Estas medidas não deviam ter efeito já que em 1747, um novo inquérito promovido pelo Governador João de Abreu Castelo Branco chegava a conclusões parecidas com as de Azevedo Carneiro feitas cinquenta anos antes. O engenheiro Carlos Varjão Rolim, e o mestre de campo José Miguel Ayres foram encarregados pelo novo inquérito, e percorrendo o interior da Amazônia coletaram dados que constataavam o estado de abandono das fortificações. Aquela de Gurupá, visitada por Ayres era “totalmente arruinada”, e, se o capitão-mor João Batista de Oliveira não tivesse cuidado dela, “se acharia totalmente demolida”.²⁴⁸ O prognostico de Ayres se materializaria com o tempo. Em 1819, quando Spix e Martius passaram pelo local, a fortaleza de Santo Antônio já não existia mais.²⁴⁹

O comando do forte de Santo Antônio era confiado a pessoas nomeadas diretamente pelo Rei do qual recebiam o titulo de capitão-mor do Gurupá. Pelo comando passaram, entre outros, João Pereira de Cáceres, em 1637, e Manoel Guedes Aranha, no período de 1690 a 1694.

O forte de Santo Antonio foi, por muito tempo, *limen* entre o sertão ocidental, e o território habitado efetivamente controlado pelos portugueses. Entre os fortes da Amazônia detinha um status especial, e por várias décadas único, pois sua função principal consistia na fiscalização do comercio entre o sertão e Belém. O “Regimento de que hão de usar os capitães da Capitania do Gurupá” de 1688 determinava que todas as canoas que, partindo de Belém, fossem ao “cacao e ao cravo” precisavam mostrar a licença necessária ao capitão-mor da fortaleza.²⁵⁰ As mesmas canoas, na viagem de volta eram obrigadas a registrar a mercadoria. No entanto, era fácil burlar a vigilância, e o próprio rio Amazonas ajudava os traficantes, pois neste trecho é tão largo – de três a sete léguas afirmava João Daniel –²⁵¹ que a outra margem nem era visível.

²⁴⁷ LGM, Tomo 1, p 190.

²⁴⁸ Reis, Artur Cezar Ferreira, “O estado das fortificações da Amazônia na quinta decada do seculo XVIII”, *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico*, 13, Rio de Janeiro, p 243

²⁴⁹ Spix, Johann Baptist Von e Martius, Carl Friedrich Von, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, [1823], vol 3, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, p 82.

²⁵⁰ LGM, Tomo 1, p 89-91.

²⁵¹ Daniel, João, op cit, p 90.

No século XVIII, outros fortes presentes nas bandas do Amazonas se tornaram pontos de fiscalização e parada obrigatória para as canoas do sertão. Tratava-se de uma medida que, evidentemente, visava conter o comércio ilícito e outros abusos, dos quais há numerosas queixas documentadas.

A casa forte de São José do rio Negro, a última e a mais distante de Belém, fora desenhada, e provavelmente começada, por Francisco da Motta Falcão em 1669,²⁵² mas só foi reformada e completada na década de noventa do século XVII por Manoel da Motta Siqueira que, em 1684, tinha sido incumbido da construção de quatro fortalezas ao longo do Amazonas.²⁵³ Em 1693, ano em que o capitão-mor Hilário de Sousa Azevedo se dirigira ao interior com uma tropa de resgate, a fortaleza estava sendo construída²⁵⁴ e imaginamos que a presença de Azevedo tenha apressado as obras, uma vez que em 1695 ela estava terminada. No julgamento de Azevedo Carneiro, que a visitara naquele ano, a fortaleza sozinha tinha uma capacidade defensiva limitada, por isso aconselhava que fosse construída outra, na banda oposta do rio. A sua construção visava defender o Amazonas de eventuais incursões dos holandeses que poderiam entrar pelo rio Negro, mas nunca chegou a ser ameaçada. Naqueles anos circulavam no rio Negro mercadorias de origem holandesa e havia o temor entre as autoridades portuguesas que os holandeses de Suriname pudessem chegar a qualquer momento. Como escrevia Frei Pimentel em 1705, o que impedia a estes europeus de chegarem ao Negro não era o medo da fortaleza, mas o “respeito da distância”.²⁵⁵

Azevedo Carneiro lamentava ainda a falta de guarnecimento no presídio

“por ter um tenente homem inerte donde deve estar um bom soldado por capitam tenente com 18 soldados, e sargento, e hoje não tem mais guarnição que 6 soldados, e nenhuma artilharia”.²⁵⁶

²⁵² Por uma carta de Gomes Freire de Andrade sabemos que em 1688 Francisco da Motta não havia terminado as fortalezas do Amazonas. AHU, Pará, “Carta do ex-capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Gomes Freire de Andrade para o rei”, 7/10/1688.

²⁵³ Reis, Artur Cezar Ferreira, “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1942, p 130.

²⁵⁴ LGM, Tomo 1, p 147.

²⁵⁵ “Relação do Frei Pimentel sobre as missões do rio Negro e Solimões”, *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará*, Belém, vol XIII, 1983, p 407.

²⁵⁶ Reis, Artur Cezar Ferreira, “O estado das fortificações”, op cit, p 226.

Quando da visita de Miguel Ayres em 1747, a fortaleza contava com dois oficiais, um sargento, quatro soldados, e ainda “gente forra agregada”, entre as quais o Principal Mandú Assu Brás e outras doze pessoas. Pelo parecer do mestre de campo, sabemos que era “a única de pedra que tem o rio Amazonas”²⁵⁷, mas era também a única a não ter um sacerdote residente, e a distancia em que se encontravam as aldeias dos carmelitas deixava os moradores sem missa e sem sacramentos.

Estes relatórios redigidos por engenheiros militares colocavam a nu a fraqueza do sistema defensivo português servindo de contraponto aos ideais otimistas que fomentavam a construção das fortificações. Estas materializavam aquela representação dos domínios da qual fala Araújo que proporcionava às autoridades portuguesas a dimensão do território e justificava a sua posse.

2.3 As ordens religiosas e a política indigenista

A idéia dos rios amazônicos como porta de acesso para o continente sul-americano se verifica de fato, já que o vale é percorrido por grandes cursos de águas cuja navegação sempre foi relativamente fácil.²⁵⁸ Os rios favoreciam a mobilidade e não havia nenhuma serra que funcionasse como barreira física. Se de um lado isto era uma vantagem, de outro, apresentava a região amazônica como uma fronteira aberta e frágil, facilmente penetrável por inimigos estrangeiros. Controlar o Maranhão e o Pará queria dizer salvaguardar as posses ibéricas na América do Sul. Jacome Raimundo de Noronha, em um documento de 1637, sintetizava com grande lucidez a visão territorial que naquela época se tinha da colônia quando escrevia:

²⁵⁷ Reis, Artur Cezar Ferreira, “O estado das fortificações...”, op cit, p 244.

²⁵⁸ Se comparado com o Nilo, o rio Amazonas apresentava uma navegação mais tranqüila. No entanto, quando lemos os diários e os roteiros de quantos percorreram aquele rio percebemos como o Amazonas e seus afluentes apresentavam insídias e não admitiam nenhum diletantismo.

“e para que Sua Majestade entenda de quanta importância lhe he ter estas conquistas defendidas de seus inimigos, direi o que entendo, conforme a experiência, que destas partes tenho. Primeiramente, sendo o que Deos não permita, que o inimigo senhoreie o Maranhão, e Pará, não fica sendo só a perda destas duas capitanias mas entendo que se arrisque a perderse toda a América, porque ficão no coração della e senhores dos mais admiráveis, e importantes rios, e navegações... e pellos rios assima podem penetrar até o Peru”.²⁵⁹

Por estas razões entendemos que o vale amazônico exigiu, com sua geografia peculiar, um cuidado especial. Neste sentido, a expedição de Pedro Teixeira de 1637, organizada por Jacome Raimundo de Noronha, respondia às preocupações políticas que vimos existir neste homem de governo. A expedição ocorreu no momento em que se aproximava o fim da União Ibérica, e os historiadores tendem a associá-la àquele “autonomismo jamais olvidado pelas autoridades portuguesas nos territórios de além-mar”,²⁶⁰ com as palavras de Ugarte.

Pela primeira vez, o rio Amazonas era percorrido no sentido contrário. Ele tinha sido navegado na direção oeste-leste três vezes. Inicialmente, por Orellana, seguido por Pedro de Ursua em 1570, e, finalmente, de maneira acidental, por Diego de Brieva e André de Toledo. Foi justamente a chegada destes dois franciscanos na cidade do Pará, em 1637, a alarmar Noronha que planejou a jornada de Teixeira.

Pedro Teixeira era português, natural de Castanheda, mas tinha adquirido os hábitos das terras do Brasil. Teixeira sabia se deslocar pela Amazônia com prudência e inteligência, e era o homem indicado para o comando da expedição. A viagem rumo a Quito começou em outubro de 1637 e durou um ano. O ex capitão-mor levou consigo quase 700 índios remeiros e flecheiros, além de vários portugueses, entre os quais Pedro da Costa Favela e o cabo Bento da Costa.

Jaime Cortesão ressaltou o aspecto político da viagem de Teixeira,²⁶¹ e, mais recentemente, Ângela Domingues voltou a tratar o tema político a partir de uma leitura comparada dos relatos produzidos pelas expedições, em que distingue as finalidades da

²⁵⁹ “Relação de Jacome Raimundo Noronha sobre as cousas pertencentes à conservação e aumento do Estado do Maranhão”, in Studart, Guilherme, *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*, vol 4, Fortaleza, Minerva, 1921, p 50.

²⁶⁰ Ugarte, op cit, p 76.

²⁶¹ Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, vol 1, op cit.

viagem de Teixeira daquelas quinhentistas.²⁶² O relato de viagem de Teixeira nomeia todos os acidentes geográficos de interesse para a futura colonização e sugere a ocupação territorial, indicando os locais adequados para a edificação de fortalezas ou para a fundação de núcleos populacionais. De fato apossando-se de territórios até o rio Japurá, em nome de Portugal, Teixeira aumentou, nos anos seguintes, as pretensões da casa de Bragança ao título daquelas terras.

Para além da leitura política, a viagem de Teixeira foi de grande importância na formação de uma leva de sertanistas que nos anos seguintes voltariam para o longínquo interior, dando prosseguimento à anexação territorial da bacia fluvial. A expedição de Teixeira representou uma experiência que foi capitalizada e que nas palavras de David Sweet “was the birth of the folk culture of upper Amazon navigation within which generations of Paraenses would live their lives”.²⁶³

Em outras páginas, mostramos quais eram as bases territoriais da colônia do Maranhão. Mas como deveria ocorrer o controle de uma região tão vasta? Qual seria a base que garantiria a formação territorial e a consolidação da posse? Jacome Raimundo de Noronha no mesmo documento apenas citado entendia que

“toda a defesa e forças da conquista do Maranhão, e Pará, consiste no gentio, e índios moradores naquelles grandes rios, e lagos porque estando em amizade, e confederação com os portugueses não haverá poder dos inimigos olandezes, nem outras nações estrangeiras, que os possam conquistar”.²⁶⁴

O controle territorial passava pelo controle das sociedades indígenas. A mesma opinião era partilhada por autoridades tão dispares como aquelas de Luís Figueira ou do Padre Vieira – este último sempre crítico do funcionamento da administração colonial do Maranhão e Pará – que em seus escritos enfatizavam a importância estratégica das populações locais. Em um ponto havia concordância e era o papel do índio vital para a formação da colônia.

²⁶² Domingues, Ângela, “O reconhecimento do rio grande: as primeiras viagens de espanhóis e portugueses pelo país das Amazonas” in *Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil: memórias e imaginários*, Lisboa, 1999.

²⁶³ Sweet, David, op cit p 194.

²⁶⁴ “Relação de Jacome Raimundo de Noronha” doc cit, in Studart, vol IV, op cit, p 46.

A “cooptação” dos índios deveria ocorrer através do jogo psicológico da persuasão, de acordo com a opinião expressa anos antes por Diogo de Menezes, segundo o qual “a gente que se há de conquistar se há de levar mais por invenção que por força, pois o que se conquista são suas vontades”.²⁶⁵

Noronha entendia que os padres missionários eram os mais aptos para esse fim. Este governador continuava dizendo que “a cousa mais necessária que há naquellas partes para ter o gentio dellas sojeito é visitalos e emparalos dos religiosos”.²⁶⁶ Outro protagonista das conquistas portuguesas, Alexandre de Moura, concordava com Noronha dizendo que a maior fortaleza “de todas he os grandes matos e o estar bem com os naturais para o que importa irem religiosos, a que elles tem muito respeito”.²⁶⁷

De fato, no processo de colonização da Amazônia foi imprescindível o papel dos índios, seja no desenvolvimento da economia local, seja na articulação de políticas territoriais que tinham na legitimação e conservação dos domínios do rei de Portugal seu objetivo. Para este fim, persuasão e negociação foram estratégias alternativas aos conflitos e à coerção que marcaram de maneira mais gritante e dramática a história das relações interétnicas. O missionário foi o agente colonial que com maior eficácia e perseverança interpretou esta lógica do contato, lógica esta que respondia ao desejo último da colonização.

Como já foi observado por alguns estudiosos, a partir do século XV, existiu no império português a instituição do padroado régio, pelo qual o Estado encarregava-se da propagação da fé em termos materiais, financiando as missões, a construção de igrejas, e pagando uma cômputa aos missionários que eram equiparados a funcionários régios.²⁶⁸ Era estabelecido também um canal de comunicação direto entre as ordens religiosas e o Estado. O compromisso do missionário era portanto dúplice, com Deus e com o Rei.²⁶⁹ Cristina

²⁶⁵ “Carta de Dom Diogo de Menezes”, Studart, vol II, op cit, p 68.

²⁶⁶ Noronha, doc cit, p 49.

²⁶⁷ “Relatório de Alexandre Mouta”, op cit, p 201.

²⁶⁸ Boxer, *A igreja e a expansão ibérica*, Rio de Janeiro, Edições 70, 1989, p 99. Para uma discussão ver também Diniz, Almir, *Índios Cristãos. A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*, Campinas, Tese de Doutorado, 2005, p 85-89.

²⁶⁹ Ugarte lembra como a conquista era efetuada em “serviço a Deus e a Sua Majestade”, op cit, p 2.

Pompa observa justamente que, neste contexto, era clara uma “interdependência entre missão e projeto colonial”.²⁷⁰

Na história da colonização amazônica, os religiosos das ordens regulares estavam presentes desde as primeiras expedições de exploração e tentativas de fixação. Do lado espanhol podemos lembrar o dominicano Frei Carvajal que acompanhou Orellana e foi responsável pela narrativa da viagem. Os primeiros missionários a descer o altiplano andino foram os Jesuítas que desde 1586 tinham se estabelecido em Quito. Em 1599, Padre Rafael Ferrer chegava ao rio Napo lançando as bases para as missões da província de Maynas, ao leste da cidade de Quito. A partir daí desenvolveu-se a catequese entre os grupos indígenas além dos Andes. O esforço solitário de Padre Samuel Fritz nos últimos anos de seiscentos alcançou as partes mais orientais do Solimões, entre os Omaguas e os Yurimaguas, causando atrito com os portugueses, como veremos adiante.

Do lado português, nos primeiros anos da conquista, sentiu-se a necessidade de prover de missionários a nova colônia pela utilidade que estes viriam a ter. Sousa d'Eça fazia um pedido lamentando a falta de missionários, “sendo necessários por ser muita a quantidade do gentio”, e os quatro capuchos até então disponíveis, acrescentava este capitão, “não podem acudir a menor parte do que he necessário”.²⁷¹ Os capuchos a que se refere Sousa d'Eça eram os Franciscanos da Província de Santo Antônio, os primeiros a chegar no Pará em 1618, ano em que fundaram, em Belém, o convento do Una, tendo o frade André Merciana como custódio.

A escassez de missionários, assim como de colonos, foi uma constante da colonização desta região. Passados vinte anos do pedido de Sousa d'Eça, a missionação estagnava ainda. De acordo com Kiemen, entre 1623 e 1652 faltam documentos que mostrem a chegada de novas levas entre os missionários franciscanos.²⁷² Na relação de Jacome Raimundo de Noronha de 1637, mencionava-se a falta de missionários e, ao mesmo tempo, advertia-se a urgência de “mandar os ditos religiosos deste reino para acodirem a tam prolongada

²⁷⁰ Pompa, Cristina, *Religião como tradução. Missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*, Bauru, Edusc, 2003, p 296. Observações parecidas em Almeida, Maria Regina Celestino de, *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p 80-82.

²⁷¹ “Carta do capitão Manuel de Souza d'Eça para o rei”, 20/2/1618, AHU, Pará.

²⁷² Kiemen, Mathias, *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*, Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1954, p 40.

conquista”.²⁷³ Anos antes, Bento Maciel Parente, de maneira parecida, solicitara religiosos para “catechizar tão grande número de almas, com cuja presença a autoridade se conserve o que está conquistado e descoberto, e se conquiste o muito que ainda falta por aqueles grandes rios”.²⁷⁴

Estes pedidos ocorrem em uma fase de consolidação da colonização portuguesa no norte. Vimos como até os anos 30 e 40 os portugueses estiveram ocupados em batalhas contra ingleses e holandeses. A situação aos olhos destes conquistadores era de indefinição e de constante ameaça, fato que chegou a preocupar ainda mais Belém quando, em 1641, os holandeses ocuparam a cidade de São Luís do Maranhão. Como observam Chambuleyron e Cardoso, o cenário era “de uma Amazônia mais ameaçada do que nunca pelo poderio das outras nações estrangeiras”.²⁷⁵ O missionário era um mediador importante entre o mundo indígena e aquele colonial, dado que tinha capacidade para agregar índios que podiam servir como milícias de reservas em ações bélicas. Quando Luís Aranha Vasconcelos se dirigiu com os seus homens ao ataque dos holandeses no Xingu, no caminho, parou em uma aldeia franciscana onde conseguiu o apoio de 40 canoas com índios flecheiros.²⁷⁶

A atividade missionária deveria ser funcional ao desenvolvimento do mundo colonial. Sua realização, no entanto, não foi pacífica e, no começo, originou uma competição entre a ordem jesuítica e aquela franciscana, com as figuras carismáticas de Padre Luís Figueira e de Frei Cristóvão de Lisboa. Este último chegou a São Luís em 1624, investido do cargo de visitador do Santo Ofício. A Frei Cristóvão se deve a primeira iniciativa de organizar a tarefa missionária e de conduzir nas terras do Maranhão e do Pará uma política indigenista da qual a sua Ordem seria encarregada. Os franciscanos solicitavam a administração temporal e espiritual dos índios, e, em março de 1624,²⁷⁷ uma lei régia era promulgada atendendo estes pedidos. A nova normativa era aprovada em São Luís, enquanto em Belém havia o ostracismo da população local que, por meio da Câmara e do capitão-mor e homem forte, Bento Maciel Parente, recusava-se a reconhecer a autoridade temporal dos frades.²⁷⁸ Começava assim uma longa disputa entre moradores e

²⁷³ Doc cit, p 46.

²⁷⁴ Apud Varnhagen, op cit, vol II, p 255.

²⁷⁵ Cardoso, Alirio Carvalho, e Chambouleyron, Rafael, “Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”, in Del Priore, Mary e Gomes, Flávio Santos, (org), *Os senhores dos rios*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2003, p 46.

²⁷⁶ Apud Guedes, Max Justo, “Ações navais”, op cit, p 604.

²⁷⁷ Kiemen, op cit, p 31.

²⁷⁸ *Ib*, p 33-34.

ordens religiosas para o controle das aldeias indígenas. Este episódio traz à luz também uma falta de sintonia, que se repetiu ao longo do período colonial, entre as câmaras de São Luís e Belém.

As missões franciscanas não prosperaram nesta fase inicial, e a ordem jesuítica, por meio de Luís Figueira, tentou tirar vantagem desta fraqueza para impor seu projeto missionário. Beneficiando-se de relações e proteções, ou de “tramas e enredos”,²⁷⁹ como dizia Frei Cristóvão, os jesuítas encontraram consensos sobre sua condução da atividade missionária naquela região, e o alvará de 1638 confiava à Companhia o governo eclesiástico da colônia.²⁸⁰ Porém, o naufrágio no qual, em 1643, Figueira e os seus companheiros – a primeira leva de missionários da Companhia – encontraram a morte, e ao qual apenas o Padre Nicolau Teixeira sobreviveu, impossibilitou a realização do projeto jesuítico que deveria esperar o Padre Vieira para vingar.

Autores como João Lucio de Azevedo e Charles Boxer enfatizam a figura de Padre Vieira que influenciou a questão indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará na segunda metade do século XVII.²⁸¹ A partir de sua chegada, os jesuítas conseguiriam finalmente pôr os pés em Belém, cidade em que, nas décadas anteriores, foram proibidos de estabelecer-se. Com o pretexto de abrir uma escola para a educação dos filhos dos colonos, em pouco tempo, os padres da Companhia assumiram o esforço da campanha missionária.

Os anos 50 do século XVII foram aqueles em que uma política indigenista era novamente tentada sob a égide do Padre Vieira que ainda em Lisboa preparava, com o apoio do rei João IV, os detalhes para a implementação de seu projeto. Assim, entre setembro e outubro de 1652, os jesuítas ganhavam, por decisão do rei, várias aldeias, sendo uma delas em Gurupá, lugar estratégico de maior importância no acesso aos sertões da Amazônia. Ainda em outubro, João IV concedia aos jesuítas a liberdade de fundar missões e organizar as entradas ao interior.²⁸² Vieira podia agora embarcar para o Pará com uma sólida armadura de leis a seu favor.

²⁷⁹ “Carta de Fr Cristóvão de Lisboa de 2/10/1626”, ABN, p 401.

²⁸⁰ Kiemen, op cit. p 52.

²⁸¹ Azevedo, João Lucio, *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. Boxer, Charles, *A idade de ouro no Brasil*, trad. São Paulo, Brasiliense, 1963.

²⁸² Kiemen, op cit, p 81.

Na história da Amazônia portuguesa, a Coroa teve sempre a consciência da utilidade do índio na formulação da política colonial. As maneiras como os índios deveriam ser incorporados à colônia, no entanto, mudaram no decorrer do tempo, de modo que as políticas indigenistas sucederam-se entre continuidades e rupturas.²⁸³ O estudo da legislação indigenista produzida ao longo do período colonial é de interesse, em primeiro lugar, por servir de espelho crítico para a compreensão das maneiras localmente estabelecidas pelos portugueses de atuar nas capitanias da colônia, como também das representações que sustentaram esta praxe. Neste sentido, as flutuações contínuas das leis que regularizavam a relação com os povos indígenas, estabelecendo ora a sua liberdade, ora a sua escravização, precisam ser entendidas no contexto em que foram produzidas, de maneira que resultem como respostas idiossincráticas a problemas levantados pelos agentes coloniais em uma incessante negociação com a metrópole.²⁸⁴ Um dos pontos de atrito era justamente a questão das populações nativas, muralhas humanas para a Coroa, mão-de-obra essencial para os colonos. Faltando o africano, o colono recorria ao trabalho do índio, manifestando atitudes que traziam à luz, de um lado a fragilidade e as contradições do projeto colonial, de outro, a capacidade dos agentes coloniais de encontrar soluções alternativas. A este propósito escreve Nadia Farage que

“o peso político-estratégico atribuído aos índios se contrapunha à escravização sem peias demandada pelos colonos. Desta perspectiva, a oscilação das leis falaria de um impasse político que vivia o Estado, premido entre o projeto assimilacionista e a utilização de mão-de-obra indígena, cujo interesse econômico certamente não negava”.²⁸⁵

Em segundo lugar, a legislação indigenista é um ponto de partida útil para pensar a tipologia do contato interétnico e avaliar a tradução da estrutura normativa no cotidiano destas relações. Com efeito, a tipologia do contato não foi apenas emanção das diretrizes

²⁸³ A historiografia estabeleceu um marco divisório entre o período pombalino e pré-pombalino, entre Diretório e a época das missões. Para uma discussão ver Domingues, Ângela, *Quando os índios eram vassalos*. Op cit. Ver também Almeida, Rita Heloisa de, *O Diretório dos índios*, Brasília, Unb, 1997. Contudo, a época das missões, longe de constituir um período homogêneo, se caracterizou por disputas pelo controle dos índios dos quais as mudanças na legislação é uma evidência.

²⁸⁴ As representações da câmara de Belém e de São Luís desde o século XVII, as cartas de alguns governadores entre os quais lembramos Cristóvão de Costa Freire e Berredo, e finalmente o famoso caso de Paulo da Silva Nunes nos anos 20 do século XVIII, são exemplos de instâncias locais a favor do uso de mão-de-obra indígena e escrava.

²⁸⁵ Farage, Nádia, *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/Anpocs, 1991, p 42.

metropolitanas, mas também o resultado de processos locais em que múltiplos agentes coloniais conseguiam certas margens de liberdade.

Em dez anos, de 1653 a 1663, sucederam-se três leis que testemunham a queda de braço entre jesuítas e colonos. A primeira, de 17/10/1653, tentou conciliar os desejos das duas partes, tendo um viés mais favorável aos colonos do que aos jesuítas. Um papel importante na formulação da lei foi desempenhado pelo Conselho Ultramarino na pessoa de seu presidente, o Conde de Odemira, filho de Jacome Raimundo de Noronha.²⁸⁶ O principal ponto em discussão era o cativo dos índios que encontrava justificção no contexto da guerra justa. O rei entendia que a normativa vigente até então, que proibia o cativo, era inviável e causava “grande perturbação nos moradores”.²⁸⁷ Esta nova lei introduzia possibilidades para se declarar guerra justa aos índios. Resumindo, os fatores eram quatro: quando o gentio impedia a pregação do sagrado evangelho; no caso de ataque a colonos portugueses; no caso em que os gentios súditos do rei faltassem em suas obrigações; e nos casos acertados de antropofagia. A lei determinava também que os casos deveriam ser examinados e julgados pelo desembargador e pelo ouvidor, e limitava o âmbito de decisão dos jesuítas. Por isso o Padre Vieira embarcava de volta a Lisboa para convencer João IV em uma mudança que resultaria na lei de 9/4/1655.²⁸⁸ Vieira articulava sua posição lucidamente em vinte capítulos. O interessante é que este padre justificava a questão, que a primeira vista poderia parecer apenas de caráter “administrativo”, em termos políticos: ao pedir que uma ordem religiosa tivesse jurisdição sobre os índios assegurava ao monarca a “conservação e o aumento do Estado, que todo consiste em ter índios que o sirvam, os quais até agora o não serviam, ainda que os tivesse”.²⁸⁹

A principal diferença entre a lei de 1655 e de 1653 se deu em relação à guerra ofensiva. Esta só poderia ser declarada pelo rei, que assim excluía o governador da decisão. Porém, ficava a critério das autoridades locais a possibilidade de responder a um ato ofensivo dos indígenas, ato que gerava uma guerra defensiva. Outra inovação

²⁸⁶ Kiemen, op cit, p 85.

²⁸⁷ Livro Grosso do Maranhão, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 66, Rio de Janeiro, 1948, p 20. Doravante LGM.

²⁸⁸ Ibidem, p 25.

²⁸⁹ Vieira, Antonio, op cit, p 452. De maneira inteligente, sem nomear a Companhia de Jesus, Vieira deixava muito claro que só os jesuítas poderiam se encarregar desta função que requeria religiosos que fossem bons línguas e bons teólogos – como eram os jesuítas – e que pertencessem a uma Ordem “mui qualificada... e de letras mui bem fundadas”.

em relação à lei anterior era relativa a um dos modos que legitimava o cativo, aquele do resgate dos cativos de corda, isto é, aqueles índios capturados durante guerras intertribais e destinados à morte. Numa tentativa de impedir conflitos induzidos pelos portugueses para obterem índios escravos, a lei determinava que só poderiam ser escravizados os índios capturados em uma guerra intertribal tradicional, cuja avaliação cabia ao jesuíta. A lei de 1655 foi uma peça fundamental para a política indigenista daquela colônia, na qual o padre Vieira teve um papel inspirador.

Com efeito, as opiniões do Padre Vieira sobre assuntos relativos a esta colônia tinham uma certa influencia nas decisões de João IV. Conforme uma carta de abril de 1654, sabemos que o rei pedia ao nosso jesuíta um parecer sobre “a conveniência de haver neste Estado ou dois capitães-mores ou um só governador”. Vieira se dizia a favor da segunda solução pois “menos mal será um ladrão do que dois; e que mais dificultosos serão de achar dois homens de bem que um”.²⁹⁰ O rei acolheu a opinião de Vieira e em 11/8/1654²⁹¹ restabelecia o Estado do Maranhão e Grão-Pará, nomeando André Vidal de Negreiros como governador, após um intervalo de dois anos em que o Maranhão e Grão-Pará fora dividido em duas capitanias. Vidal de Negreiros assumiria apenas em 1655, e seu governo, apesar de breve, foi vigoroso e favorável aos jesuítas. O governador chegava a São Luís com um regimento que, completando a lei de 1655, veio a orientar, nos anos a seguir, a política portuguesa para a região.

No final dos anos cinquenta os jesuítas chegaram a controlar 54 aldeias no Estado. O clima entre esta ordem e os colonos, depois da lei de 1655, continuou tenso até que em 1661 a situação desmoronou para os padres da Companhia. O caso foi criado por umas cartas de Vieira cujo conteúdo veio a publico. Os comentários críticos para com os moradores do Estado causaram tumultos em São Luís e em Belém, e, aproveitando da situação, os moradores pediram ao governador a abdicação dos jesuítas da administração temporal dos índios. Estas instâncias eram acolhidas, mesmo com um governador como Pedro de Melo, simpatizante da Companhia de Jesus, e, no ano seguinte, Vieira e os jesuítas eram expulsos e enviados de volta a Portugal.

Por uma série de causas, as duas décadas a seguir veriam a queda de prestígio na

²⁹⁰ Vieira, Antonio, *Cartas do Brasil*, São Paulo, Hedra, 2003, p 438.

²⁹¹ Kiemen, op cit, p 95.

corte portuguesa de Vieira e da Ordem jesuítica, coisa que teria reflexos importantes na colônia maranhense. Os colonos, em 1663, conseguiam uma lei que legitimava novamente a guerra ofensiva e lhes restituía a administração temporal dos índios.²⁹² Esta lei, novamente, como as outras, encontrava opiniões distintas. Assim a câmara de Belém reagia favoravelmente, enquanto aquela de São Luís, sob o controle do governador, pedia sua suspensão até que uma nova lei não tornasse claro alguns pontos fundamentais.²⁹³ Um dos motivos de insatisfação era relacionado ao fato de a câmara ser investida de poderes que anteriormente tinham sido apanágio do governador. Era a câmara agora que, por meio de um repartidor por ela nomeado, se pronunciava sobre a matéria delicada do trabalho indígena. Era ainda a câmara que promovia as entradas ao sertão para resgatar índios e que escolhia o religioso que deveria acompanhar a expedição.²⁹⁴

Esta lei vigorou até 1680, quando, em um novo contexto favorável aos jesuítas e ao Padre Vieira, a normativa indigenista foi reformulada. Embora Vieira não tivesse voltado mais ao Maranhão, ele teve um papel ativo na lei de liberdade dos índios de 1/4/1680.²⁹⁵ Esta normativa restituía aos jesuítas o monopólio espiritual e temporal sobre os índios e ia ao encontro das necessidades dos moradores, sugerindo a introdução de escravos africanos através de uma companhia de comércio. O descontento trazido pela proposta resultou em um famoso motim comandado por Manuel Beckman em São Luís e terminado com a captura e morte deste revoltoso. É interessante notar que Belém não se interessou pela revolta e a câmara local preferiu não apoiar Beckman que tinha enviado emissários na cidade paraense à procura de ajuda.

Sufocado o motim, o problema sobre o acesso à mão-de-obra escrava ficava sem solução. Em um importante parecer, o governador Gomes Freire de Andrade, que dava opinião “de soldado e não de teólogo”, se dizia favorável às expedições de resgate sob a supervisão de um padre jesuíta e valorizava o trabalho indígena com estas palavras:

“os escravos naturaes fazem hua incomparavel differença no préstimo aos que vem de Guiné e Angola, e a esse respeito estima hum morador mais o serviço de hum índio que o de dous negros;

²⁹² LGM, p 29.

²⁹³ Kiemen, op cit, p 120.

²⁹⁴ LGM, p 30.

²⁹⁵ LGM, p 57.

porque estes como filhos do mato são practicos nelle, e como creados nos rios e guarapes só sabem remar as canoas e fazelas, são distrissimos na cassa e pescaria”.²⁹⁶

Em 21/12/1686 era promulgado o novo regimento das missões, que confirmava, em linhas gerais, aquele de 1680, e em 28/4/1688 um alvará acolhia as idéias de Andrade estabelecendo expedições de resgate anuais.²⁹⁷

O regimento vigorou até o diretório pombalino com algumas modificações. Uma destas foi significativa, pois chamou para o campo missionário as outras ordens religiosas, em uma decisão motivada pela conjuntura política e pela impossibilidade de os jesuítas sozinhos cuidarem de tão vasto território.

Em 1688 uma primeira divisão territorial ocorreu no cabo norte, região fronteira com os domínios franceses. Os franciscanos de Santo Antônio eram chamados para missionar naquela parte que até então fora entregue aos jesuítas.²⁹⁸ Poucos anos depois, os missionários carmelitas, assim como os franciscanos nas regiões de fronteira, cumpririam um serviço estratégico para a Coroa, sendo preciosos aliados e aqueles que realizaram o controle do território ocidental da forma mais eficaz e discreta. Não é por acaso que a entrada dos carmelitas no palco missionário ocorreu justamente no meio de uma disputa fronteira com os espanhóis.

Nos sertões da Amazônia, terras contestadas pela Espanha e Portugal, as missões desempenharam a função de verdadeiras fortalezas à guarda das fronteiras. Foi também em torno da missão que teve vida a tentativa de um processo de re-socialização dos nativos que, além de trazê-los para o grêmio da igreja, tornava-os vassalos do rei no jogo político da formação do território colonial. No contexto da missão colocava-se em prática o projeto de formação e defesa do território que pode ser resumido em um famoso parecer do Conselho Ultramarino pelo qual os índios aldeados eram as “muralhas dos sertões”.²⁹⁹

²⁹⁶ “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D Pedro II, sobre o resgate dos índios cativos do Maranhão”, 2/12/1686, AHU, Maranhão.

²⁹⁷ O texto do Regimento se encontra no primeiro tomo do Livro Grosso do Maranhão.

²⁹⁸ Kiemen, op cit, p 166-167.

²⁹⁹ Este parecer do Conselho Ultramarino é citado em Nabuco, Joaquim, *O direito do Brasil*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949. Mais recentemente Nádia Farage recorreu a este documento com o qual deu o título ao seu importante livro. Conforme a autora, trata-se de um parecer que sintetiza perfeitamente a política indigenista da Coroa portuguesa. Farage, Nádia, op cit, p 42.

2.4 As missões carmelitanas e a política territorial

Os carmelitas acompanharam desde o começo a montagem das estruturas coloniais, tendo concessões na cidade de São Luís e em Belém. Em dezembro de 1615, Frei Cosme da Anunciação e Frei André da Natividade receberam do capitão-mor Alexandre de Moura uma pequena ilha nos arredores de São Luís onde foi fundado o primeiro convento carmelitano da região norte. Em 1624 era fundado outro convento em Belém que, no começo do século XVIII, ia ultrapassar em importância o de São Luís. Até 1650 os carmelitas contavam com outros dois conventos, um em Gurupá e outro em Tapuitapera. Em 1639 o Carmo do Maranhão era elevado a vigararia, ou vice-província, sendo Frei André da Natividade seu primeiro Vigário Provincial. Na América portuguesa a Ordem contava, desde 1580, com a vigararia do Brasil, com sede em Olinda.

À diferença da ordem jesuítica, os carmelitas, inicialmente, não foram contemplados para a atividade missionária, pois, no entender do Procurador das Missões, “os religiosos do Carmo terão muita religião e virtude, mas não têm por instituto serem missionários”.³⁰⁰ A eles foram preferidos os jesuítas e os franciscanos.

A última década do século XVII sinalizou uma mudança com a introdução de uma nova repartição das missões que chamou os carmelitas para a tarefa catequizadora. Era este um período em que, como escreve Capistrano de Abreu, “se discutia no Pará e em Lisboa a idéia de aumentar o domínio português por aqueles lados”,³⁰¹ isto é, no oeste amazônico. A repartição das missões veio ao encontro desta instância expansionista.

O campo missionário, como dizia Vieira, era “tão largo que podíamos todos trabalhar na seara, sem nunca se encontrarem os arados”.³⁰² De fato, a possibilidade de outras ordens trabalhar no terreno da catequização foi discutida ao longo do século XVII. Em 1669, os franciscanos

³⁰⁰ Apud, Wermers, Manuel Maria, “O estabelecimento das missões carmelitanas no rio Negro e nos Solimões (1695-1711)”, in *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965, p 9.

³⁰¹ Abreu, Capistrano de, *Capítulos de História colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p 119.

³⁰² Vieira, Antônio, *Cartas do Brasil*, op cit, p 153.

sugeriam que o campo missionário fosse dividido entre as várias ordens.³⁰³ Em 1671 iniciava-se uma consulta entre representantes das ordens religiosas e os mais altos funcionários com experiência de governo no Maranhão, cujo objetivo era averiguar a melhor forma de atuação missionária no interior.³⁰⁴ Os franciscanos e os mercedários reafirmavam a necessidade de dividir o campo missionário entre as ordens, enquanto os jesuítas, contrariando quanto dito por Vieira anos antes, não eram desta opinião. De fato, se Vieira abria a porta para outras ordens em virtude das dimensões territoriais e do grande número de gentios, ao mesmo tempo, duvidava da capacidade missionária de outros religiosos que não fossem jesuítas. No entender de Vieira o limite principal era o conhecimento da língua. Na carta de 1654 acima citada dizia que “entre todos os padres de Santo Antônio não havia um que soubesse a língua da terra” e concluía “que, depois que aprendessem a língua, então poderiam fazer muitas entradas, e empregar seu zelo nesses sertões”.³⁰⁵ Os carmelitas também clamavam por uma participação na catequização do gentio, sem, contudo, serem favoráveis a uma repartição geográfica das ordens. Finalmente, o procurador da cidade de São Luís opinava que uma divisão do espaço amazônico fosse necessária.³⁰⁶ De fato, com a expansão dos domínios portugueses, parecia inevitável o envolvimento das outras ordens.

Uma interessante Relação das aldeias domesticadas do Pará, de 1692, mostra o estado de abandono em que estavam as missões.³⁰⁷ A maioria delas não tinha missionário, como consta da lista. O documento em questão oferece também uma proposta que serviu de inspiração para a repartição das missões, decidida no ano seguinte. De acordo com a proposta, o espaço a ser missionado era dividido a partir da confluência do rio Amazonas e seus principais afluentes. A Companhia de Jesus ficava com o rio Xingu, Coriatos, Jamundazes, Abacaxis, Autonas, Cochiguarazes, Matari, Goiapizes, Cambebas, enquanto outros missionários deveriam tomar conta do Tapajós, Gurupatuba, Tomás, Tupinambaranas, Madeira, Colhaparazes, Negro, Solimões, Encabelhados. Este documento pode ser considerado uma antecipação da Carta Régia de 19/3/1693 que, ao determinar a nova repartição das missões, encarregou aos franciscanos de Santo Antônio as missões do

³⁰³ Kiemen, op cit, p 125.

³⁰⁴ Ibidem, p 126.

³⁰⁵ Vieira, Antônio, op cit, p 153.

³⁰⁶ Ibidem, p 126-132.

³⁰⁷ “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D Pedro II sobre informações acerca do governo da cidade de Belém, do Gurupá e seus sertões” 28/1/1693, AHU, Pará.

cabo do norte, enquanto os jesuítas passaram a administrar a margem direita do Amazonas.³⁰⁸ A divisão em distritos de competência sugere um cuidado na associação dos missionários a uma determinada área. Chama a atenção a exclusão dos jesuítas das áreas fronteiriças, possivelmente para evitar problemas com seus pares espanhóis. Tanto Sweet quanto Wermers sugerem uma interpretação neste sentido. Este último se apóia em uma Carta Régia de 2/9/1684 em que se pedia ao Provincial da Companhia de Jesus o uso de missionários portugueses e não estrangeiros. Quando porém, frisa Wermers,

“em virtude da repartição de 1693, os jesuítas conservaram apenas as missões do sul do rio das Amazonas, o rei observou que ali os Padres estrangeiros eram muito úteis”.³⁰⁹

A nomeação em 1694 de Frei Manuel da Esperança para Vigário Provincial do Carmo do Maranhão marcou a decisão do rei de confiar aos carmelitas as missões ocidentais. Em uma carta do mesmo ano ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o rei escrevia que em Frei Manuel

“concorrem todos os requisitos necessários, para se confiar dele a eleição dos seus súditos, que quizerem ser missionários, e assim sou servido de lhe encarregar muito especialmente... procure com o mayor exame e cuidado de empregar os seus, que julgar mais capazes deste exercício nas ditas missões dos ditos rio Negro e da Madeira”.³¹⁰

Em geral, a repartição atendeu a um projeto político que fica mais claro quando levamos em conta outras medidas tomadas para o oeste amazônico. Junto à repartição, Pedro II enviava ao governador um Regulamento para capitães-ouvidores dos rios do Amazonas no qual insistia sobre a importância da atividade missionária, e afirmava que “tudo que o capitão fará para estender a obra do Senhor será considerado como um grande serviço ao Rei”.³¹¹ Dois anos depois, em 1695, como já vimos, o rei mandava elaborar um plano de fortificações para o interior do Grão-Pará que, se teve efeitos práticos questionáveis, pelo menos determinou um aprimoramento da geografia amazônica e de suas principais rotas de

³⁰⁸ LGM, p 142-144.

³⁰⁹ Wermers, op cit, p 30.

³¹⁰ Ib, p 20.

³¹¹ Apud Hoornaert, Eduardo, “As missões carmelitanas na Amazônia (1693-1755)”, in Hoornaert, Eduardo (org), *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*, São Paulo, Edições Paulinas, 1982, p 162.

comunicação.³¹² Finalmente, em 1697, o governador Coelho e Carvalho dirigia-se à região do Solimões com um grande contingente de militares e funcionários civis, em uma viagem que, observa Sweet, até aquele momento nenhum governador tinha empreendido e que somente Mendonça Furtado, mais de cinquenta anos depois, repetirá.³¹³ A consolidação das fronteiras é o fio condutor destas iniciativas, e os carmelitas aparecem como um instrumento da nova política territorial. Frei Manuel da Esperança acompanhava o governador com a tarefa de dar início à atividade missionária no sertão do Solimões e do Negro.

Naqueles anos, o padre jesuíta Samuel Fritz missionava na província de Maynas, estendendo sua jurisdição ao Solimões, na altura do Japurá, onde no encontro com os Omaguas se concretizou o sonho catequético do padre boêmio.³¹⁴ Fritz possuía um carisma singular que favoreceu sua aceitação entre os Omaguas, uma etnia que na década de oitenta do século XVII começava a enfrentar os ataques das tropas de resgate portuguesas. Segundo Sweet, o jesuíta fora enviado naquela região justamente para conter a avançada portuguesa que com o tempo poderia ameaçar as missões de Maynas. Os Omaguas ocupavam um território muito vasto, que se estendia pelo Solimões desde o Napo até o Negro, uma área que se tornaria no final do século XVII a fronteira móvel entre os domínios de Espanha e Portugal. Por esta razão, a missão de Fritz assumia um significado político relevante. O mesmo temor que existia em Fritz, era partilhado pelos portugueses. De fato, a viagem de Coelho e Carvalho, e o estabelecimento das missões carmelitanas, visavam parar o que, aos olhos portugueses, aparecia como uma forma de expansionismo espanhol. A tensa relação entre portugueses e o Padre Fritz perdurou vários anos e é interessante para entender o papel da missão e do índio na expansão ibérica e na definição das fronteiras. Em 20 de julho de 1697 o governador comunicava ao rei que

“estando no certão do rio das Amazonas... pouco distante das nações dos Coxiguarãs, e Cambebas, mandando chamar os seus principais, para os ouvir, e advertir da obrigação de Vassalos de S

³¹² Reis, Arthur Cezar Ferreira, “As fortificações da Amazônia no período colonial”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 344, 1984.

³¹³ Sweet, David, *A Rich Realm of Nature destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750*, University of Wisconsin, 1974, p 375.

³¹⁴ Sobre a atividade missionária de Fritz remetemos para o trabalho de Handa, Francisco, *Colonização, missão, representação: a Amazônia no diário de Samuel Fritz (1689-1723)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 1996. Ver também o capítulo 7 da tese de Sweet.

Magestade me noticiarão vinha algumas vezes o Padre Samuel da Companhia de Jeju, missionário da Jurisdição de Quito, a persuadillos que se retirassem para a sua vizinhança, pello mesmo rio asima, por pertencerem a Coroa de Castela aquellas terras”.³¹⁵

Para contrastar o Padre Samuel, o governador Coelho e Carvalho decidiu, então, enviar Frei Manuel.

“e propondo eu essas razois ao Provincial do Carmo Frei Manuel da Esperança, que minha companhia havia ida a vezitar as suas Missões do rio Negro; pedindolhe me desse dahy um dos seus Religiosos Missionários para logo o mandar meter de posse da missão daquellas Aldeas, em companhia dos mesmos Principais... os despedi logo com hum cabo, e soldados para sua guarda, com ordem que se fizesse o pocivel, por chegarem a paragem em que antigamente se tinha posto o marco, que devia da as jurisdições”.³¹⁶

O marco ao qual se refere Coelho e Carvalho é aquele deixado por Pedro Teixeira na expedição de 1637 e que os portugueses usaram para suas reivindicações territoriais. Frei Manuel alcançou a aldeia de São Ignácio dos Aisuaires com o carmelita Frei Sebastião da Purificação e o cabo José Antunes da Fonseca. Aqui teve o encontro com Padre Fritz que foi admoestado a deixar aquela região.

Ao voltar da jornada de sete meses ao sertão, o governador, de acordo com Frei Manuel da Esperança, entendeu a urgência de dotar de missionários o Solimões. Do mesmo parecer era o rei que ordenava que “por aquela parte se adiantasse a Missão o mais que lhe fosse possível”. O novo vigário provincial José de Lima enviou ao sertão Frei Guilherme e Frei Francisco Anastazio com esta finalidade, mas quando este ultimo foi morto pelos cambebas, Padre Fritz

“desceu à primeira Aldeia do Solimões que confinava da sua parte, de que era principal um índio chamado Manutá a quem disse que os portugueses haviam de ir vingar a morte daquele religioso que seus parentes haviam morto, e que tudo haviam de por a ferro e fogo, e que se ele e seus vassalos se queriam segurar deste castigo fosse para onde ele estava: como de fato assim o fizeram subindo 300 léguas pelo rio acima”.³¹⁷

³¹⁵ Moreira Neto, Carlos Araújo, “Os carmelitas”, in Hoornaert, Eduardo (org), *História da igreja na Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1992, p 103.

³¹⁶ *Ib*, p 103.

³¹⁷ “Relação do Frei Vitoriano Pimentel sobre as missões do rio Negro e Solimões”, in *Anais do Arquivo e da Biblioteca Pública do Pará*, vol XII, p 404.

A esta altura, as incursões do jesuíta em um território reivindicado pelos portugueses – incursões que tinham começado já em 1688 – eram um incômodo para as autoridades de Lisboa.

O novo Vigário Provincial do Carmo, Frei Vitoriano Pimentel, recebia em 1702 a Ordem Régia de prover de mais missionários o sertão do Solimões, quando lhe chegou um manifesto de Padre Fritz que contestava a posse carmelita daqueles distritos, acrescentando que “os portugueses são intrusos possuidores daqueles sertões”.³¹⁸ O padre Fritz defendia a legitimidade da posse espanhola recorrendo a cálculos embasados no Tratado de Tordesilhas:

“Constava 1º que da ilha de Santo Antão até o Cabo de Santo Agostinho há três graus de longitude, como querem os mesmos portugueses; e do Cabo de Santo Agostinho até o rio das Amazonas 14 graus e dois terços que importam 87 léguas, que hão de contar deste rio para o poente, por correr sempre com igualdade equinocial com pouca declinação já ao norte, já ao sul; e sendo isto assim, dizia ele, como é possível que as Missões que os religiosos do Carmo têm no Solimões que distam do Pará mais de 750 léguas, estejam dentro dos limites de Portugal; se Portugal não tem mais que 87 léguas de comprimento pelo rio acima, isto é: ressaltava ele, admitindo tudo quanto os Autores Portugueses querem, porque os Castelhanos, e ainda alguns portugueses dizem que o meridiano da demarcação de Portugal passa pela cidade de Belém do Grão-Pará”.³¹⁹

Frei Vitoriano decidiu-se então a ir ao encontro do boêmio para intimidá-lo e, se fosse o caso, prendê-lo. Em 20 de outubro recebeu o aval da Junta das Missões e três dias depois partiu em direção ao Solimões. No dia 21 de fevereiro de 1703, Frei Pimentel entrou na aldeia de Santa Maria Maior onde foi recebido por Samuel Fritz, cortês mas assustado, nas palavras de Pimentel. O carmelita mostrou certa habilidade no confronto retórico com o Padre Fritz e justificou as posses portuguesas de uma maneira interessante: primeiro, contestando os cálculos do boêmio, e, segundo, colocando a expedição de Pedro Teixeira como um acontecimento que legitimava juridicamente as reivindicações portuguesas. Relata Pimentel que

“Aqui então lhe mostrei quão frívolos eram os fundamentos com que pretendia ampliar os domínios de Castela; porque assim no número dos graus, como nos rumos das demarcações tinham os Sumos Pontífices em suas Bullas favorecidos muito mais do que ele dizia no seu manifesto aos

³¹⁸ Ib p 404.

³¹⁹ Ib, p 405.

Sereníssimos Reis de Portugal; mostrei-lhe também como nós os Portugueses tomamos posse daqueles Sertões no ano de 1639 metendo o marco que divide as duas coroas junto ao Ancavilhado, que é muito mais acima donde o Padre agora missiona”.³²⁰

A invocação de Padre Fritz do Tratado de Tordesilhas mostrava escasso senso político ao querer fixar o meridiano que definia a fronteira luso-espanhola perto de Belém. A disputa entre Fritz e Pimentel mostra a dificuldade de chegar a um acordo sobre uma questão pela qual o Tratado de Tordesilhas se mostrava anacrônico. Dificuldade que surge de dois critérios diferentes usados para definir a fronteira. O encontro entre Fritz e Pimentel é interessante porque, na disputa retórica, revela a concepção da fronteira em dois missionários na veste de agentes das coroas ibéricas.

Além do confronto retórico, podemos detectar o aspecto político no celebre mapa que Fritz começou a desenhar em 1689 e que publicou em 1707 em Quito com o título *El Gran Rio Marañon, o Amazonas com la Mision de la Companhia de Jesus geograficamente delienado por el Padre Samuel Fritz misionero continuo en esse Rio* (ver figura 10). No entender de André Ferrand de Almeida o mapa releva, por trás de seus intentos científicos, uma construção ideológica que atendia a um objetivo geopolítico: a conquista do espaço em nome da Coroa de Espanha e da Companhia de Jesus.³²¹ Duas razões levam o autor a optar por esta hipótese. A primeira diz respeito à maneira como é representado o espaço amazônico: faltam delimitações dos confins entre Espanha e Portugal, ou pelo menos das áreas de influência destes dois países, fato que não deveria estranhar no momento em que Fritz recusava a legitimidade da ocupação portuguesa do Amazonas. Curiosamente, o mapa, que não representa um território político, tem uma clara conotação política. Isto nos leva à segunda razão que é dada por uma série de escritos do jesuíta complementares ao mapa,³²² em que contestava a posse portuguesa e pedia que fossem definidas com urgência as demarcações entre os territórios de Espanha e Portugal.

³²⁰ Ib, p 412.

³²¹ Almeida, André Ferrand de, “Samuel Fritz revisited: the Maps of the Amazon and their Circulation in Europe”, Curto, Diogo Ramada, Cattaneo, Ângelo, Almeida, André Ferrand de, (org), *La cartografia europea tra primo rinascimento e fine dell'Illuminismo*, Atti del Convegno Internazionale “The Making of European Cartography”, Firenze, Leo Olschki Editore, 2003, p 153.

³²² Trata-se principalmente de cartas às quais sempre alegava o mapa, e de um memorial apresentado junto com o mapa ao vice-rei Moncloa em Lima. Moncloa que se dizia admirado pela beleza do mapa, mas demonstrava escasso interesse para a região amazônica e pelo projeto de Fritz.

Nos anos seguintes a diplomacia ibérica chegou a uma solução com o Tratado de Madri que, a partir de 1750, reorganizou o espaço americano na base do princípio do *uti possidetis*.

Frei Pimentel intimou ainda o jesuíta a não alastrar sua atividade missionária, caso contrário ia ser preso e remetido para Portugal. E acrescentou que “o fim que um missionário devia ter no seu Ministério era reduzir almas para Deus, e não pregar os graus e terços das demarcações”.³²³ É esta uma nota que não deixa de ser irônica, principalmente quando se observa o comprometimento da ordem carmelitana com a questão das fronteiras, e do mesmo Pimentel que, antes de falar com Fritz, pensou bem em garantir a Portugal os índios que encontrava. Relata este carmelita que:

“Fui pelo rio acima praticando todas as aldeias desta Nação, que fazem número de 30³²⁴, e em todas achei machados, facas, velórios, traçados e vestidos dos portugueses, que de mão em mão passavam aqueles distritos, e não vi nada que fosse de Castelhanos... Aproveitando eu destes instrumentos que via portugueses nas suas mãos tão necessários para o seu modo de viver lhe perguntava que cousas tinham que tivesse sido dos Castelhanos, e como me respondiam que nada os concluía dizendo-lhes que dali veriam quem eram seus compadres e amigos; em cujos limites estavam, e em que terras viviam, e com quem se haviam de achar para os ajudar a viver; e com estes argumentos e demarcações tão materiais os fazia confessar que eram pertencentes aos Portugueses e não aos Hespanhóis, cuja confirmação era ir repartindo por estas aldeias machados, foices, facas, anzóis, alfinetes, agulhas, fitas, espelhos, relicários, anéis e pedaços de bacias de arame para as suas arrecadas, e com estas dádivas e boas praticas os deixei também dispostos para receberem Missionários que acho nisto mais dificuldade que a de os não haver, que eles nenhuma repugnância tem para os aceitar”.³²⁵

Esta prática de brindar com presentes os nativos foi repetida ao longo do caminho. Frei Pimentel costumava oferecer um vestido ao Principal e, em alguns casos, mostrava maior generosidade como quando, na missão de Santo Ângelo, “despedi todos com mão larga porque achei que tinham dado muita atenção às práticas do Padre Samuel”.³²⁶ Na missão de Santa Tereza teve novamente que cativar a simpatia dos índios porque

³²³ Ib, p 412.

³²⁴ A nação a qual se refere é a dos Cambebas e o rio é o Solimões.

³²⁵ Ib, p 410-411.

³²⁶ Ib, p 408.

“aqui é donde as práticas do dito Padre tinham feito maior dano, e assim me foi necessário vestir não só o principal senão também a um grande balizado seu, e aos mais presentes com a mesma largueza por reconhecer neles ainda maior inclinação às persuasões do Missionário Castelhana”.³²⁷

Estes documentos indicam em que medida a ordem carmelitana foi um instrumento importante e persuasivo na solução de conflitos de fronteira. Mas até que ponto o missionário que se encontrava em regiões longínquas foi fiel intérprete das diretivas régias e de seus superiores endossando o papel de agente da Coroa? Como se processou a vida missionária no sertão?

3

Práticas do espaço

Os índios se puseram todos nas aldeias mais vizinhas à cidade, para melhor serviço da república, a qual ficou este ano aumentada com mais de dois mil índios escravos e livres: mas nem por isso ficaram, nem ficarão, jamais satisfeitos seus moradores; porque, sendo os rios desta terra os maiores do mundo, a sede é maior que os rios.

(Padre Vieira, 1659)

³²⁷ Ib, p 408.

3.1 Empresários dos sertões.

No período pré-pombalino, os principais agentes destinados a estabelecer um contato pacífico com as populações indígenas foram os missionários das ordens religiosas. O contexto em que isso ocorreu foi o aldeamento, e o meio para realizá-lo foi o descimento, isto é a transferência, com métodos brandos e persuasivos, de grupos indígenas para aldeias tuteladas por missionários. Estes últimos, de acordo com o regimento das missões de 1686 concentravam em sua pessoa o poder espiritual e temporal. Na tipologia do contato, o aldeamento representou a instituição onde as relações interétnicas eram estabelecidas dentro de um espaço de liberdade, ou, dito de outra forma, em um contexto jurídico em que o índio era livre. O descimento era uma modalidade alternativa ao resgate, e o índio aldeado ficava em um plano jurídico diferente do índio escravo. Isto, *de jure*, pois *de facto*, o aldeamento não se enquadrava em um esquema simples assim. Os índios livres eram repartidos entre missionários, Estado e moradores para os mais variados trabalhos, pelos quais, muitas vezes, nem eram pagos.³²⁸ Os mesmos missionários usavam e abusavam dos índios. Frente a esta exploração, os numerosos casos de resistência, rebeliões, fugas, foram meios para contestar um mecanismo que reificava o índio, e para reafirmar a condição de liberdade que a sociedade colonial negava.

Nas aldeias carmelitanas do rio Negro e Solimões a situação era levemente diferente, pois a grande distância impedia que os índios aldeados fossem repartidos entre os moradores.³²⁹

³²⁸ Sobre a inserção econômica do índio na missão ver MacLachlan, Colin, “The indian labor structure in the portuguese Amazon (1700-1800)” in Alden, Dauril (org), *Colonial roots of modern Brazil*, Berkeley, University of California Press, 1973.

³²⁹ AHU Pará, “Carta do provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo fr Manuel Rosa Viterbo para o rei” 25/8/1724.

O aldeamento constituiu uma unidade de significados complexos, reunindo em si importantes funções sociais, culturais, econômicas, políticas. A partir deste espaço, os índios participaram de um processo de transformação cultural pressuposto pelo encontro catequético e pela socialização a normas de comportamento cristãs, em que os missionários se valiam de um processo de desestruturação social e cultural que afetara os grupos indígenas contatados. A resposta indígena se insere em uma estratégia que Anne Christine Taylor qualifica ‘de crise’,³³⁰ em que à experiência da perda seguiu a reorganização de formas de convívio originais e reparadoras como foram aquelas da aldeia. A aldeia era, portanto, o espaço fundador de uma organização social inédita, moldada nos desejos dos missionários – uma heterotopia de compensação, nos termos de Foucault.³³¹ A própria estrutura da aldeia propunha um modelo de residência que refletia o estilo de vida cristão, e a profusão de símbolos religiosos era a manifestação tangível de um espaço renovado.

Alguns documentos guardados no Arquivo da Ordem do Carmo em Roma atestam o zelo missionário de vários carmelitas. Entre estes, um dos mais conhecidos é Frei José da Magdalena que por dezoito anos percorreu o sertão do rio negro, descendo índios e fundando aldeias. Ele era chamado como

“agasalhador de todos, com a boa passagem que a todos faz e abrigo que nella [aldeia] experimentao os homens que andao na carreira a caminho do rio Negro em cujo districto assiste em hua das maiores e mais populosas missões daquelle certao”.³³²

A missão a que se refere o documento é aquela de Marivá, em que Magdalena, depois de ter assistido por anos em lugares diferentes, erigira uma nova igreja e uma residência “que são as melhores que se achao em todo o districto do sertão pois em todo elle se não vê igreja coberta de telha se não a sua”.³³³

Outros documentos deste arquivo mostram detalhadamente o dia a dia das aldeias carmelitanas. Como exemplo, aquela de São Paulo dos Cambebas, no rio Solimões,

³³⁰ Taylor, Anne Christine, “História pós-colombiana da alta Amazônia”, in Cunha, Manuela Carneiro da, *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p 222. A estratégia de crise

³³¹ Foucault, Michel, “Outros espaços”, in *Ditos e Escritos III*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, p 421.

³³² ADOC, Antonio de Araújo, Atestado, 2/10/1741, Cx Maranhão.

³³³ Ibidem.

distante 800 léguas de Belém, em que assistia desde 1735 Frei Domingos de Santa Teresa, era elogiada como aquela de Frei Magdalena e considerada “a mais opulenta que à dita Ordem do Carmo pertence por se compor da melhor igreja”. A igreja contava com a pia baptismal, um retábulo e imagens da Virgem de Monte Carmelo, de São Paulo e Santa Efigênia. Havia também dois sinos que marcavam os momentos rituais. Aqui,

“os índios, os quais, também com o bom exemplo e doutrina do ditto Padre estão tão instruído nela que todos os dias duas vezes vão à Igreja onde cantão vários hynos e Orações que em latim lhe tem ensinado”.³³⁴

Não temos informação relativa ao numero de índios para esta aldeia, mas um certificado de Frei Thomas Jordão de 1732 revela que a aldeia de Santo Elias onde se achava Frei Mathias de Bonaventura contava com mais de 1.400 índios e naquela de Santo Ângelo do Airão se encontravam “reduzidas 279 almas”.³³⁵

Estas imagens de sucesso catequético, no entanto, podem não ter sido comuns no interior da Amazônia, e, mesmo assim, é preciso se perguntar, no caso citado, como foi conseguida tanta opulência. Provavelmente por meio de atividades comerciais que, em certos missionários, chegaram a prevalecer sobre a tarefa evangelizadora. Os adornos e as imagens da igreja de São Paulo dos Cambebas não foram doados, mas trazidos de Portugal à custa de Frei Domingos de Santa Teresa. Com efeito, repetindo um padrão existente na colônia do Brasil, as missões do norte, frente à insuficiência da esmola da Fazenda Real, buscaram o auto-financiamento, tornando-se empresas econômicas que exploravam o trabalho indígena. O aldeamento foi também um espaço de formação e centro de abastecimento de mão-de-obra, como também unidade econômica voltada para a coleta das drogas do sertão.

Em poucos anos, as missões carmelitanas no extremo oeste se multiplicaram, chegando, em 1748, ao numero de 26.³³⁶ As informações que hoje temos sobre estas missões e seus missionários são escassas e fragmentárias. No arquivo da Ordem em Roma, encontramos outros atestados parecidos com aquele sobre Frei Magdalena, que celebram a

³³⁴ ADOC, Guilherme de São José, atestado, Cx Maranhão.

³³⁵ ADOC, Fr Thomas Jordão, certificado, 7/8/1733, Cx Maranhão.

³³⁶ Prat, André, *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (séculos XVII e XVIII)*, Recife, 1941, p 34.

conduta dos carmelitas no Negro e no Solimões. O interessante é que a apologia destes missionários, em alguns casos, é feita jogando sombra sobre as missões, como no atestado de André de Piedade, do qual o governador Castelo Branco escreveu em 1746 que:

“me consta o zelo com que em serviço de Deus, de Sua Magestade e da sua religião fez as visitas das missões fazendo despejar os brancos que com mau exemplo dos índios vivião nas aldeias excandalosamente e que das mesmas canoas dos missionários fez excluir os cabos que trazião consigo pessaz feitas contra as Leys”.³³⁷

A missão aparece, neste exemplo, como uma espécie de feitoria comercial onde, contrariando o regimento das missões, viviam brancos que desciam irregularmente “pessaz”, isto é, índios, que eram destinados a satisfazer a demanda em Belém. O envolvimento de missionários carmelitas no tráfico de escravos, e sua conduta pouco exemplar não era novidade, já que, em 1702, o rei escrevia ao ouvidor geral do Pará lamentando certos abusos³³⁸ e resgates de escravos. A carta do rei não deve ter tido efeito, pois em 1722 uma devassa sobre os cativeiros dos índios no Maranhão³³⁹ listava vários carmelitas como autores ou cúmplices destes tráficos. Poucos anos depois, Frei Inácio da Conceição enviava aos irmãos da Ordem uma série de instruções sobre o modo correto de proceder na missão. Curiosamente este manual de conduta não era formulado no princípio da missionação, mas em 1730, mais de trinta anos depois o estabelecimento das primeiras missões. O manual soa como um *meu culpa* e tem um caráter de reparação. Logo no início lemos:

“as justas e repetidas queixas que contra o procedimento dos nossos missionários tem havido, sam os temporaes interesses que tratam por meyo de seculares, em negócios ilícitos ao Estado, que profeção e totalmente alheios do emprego de Pastores e Ministros Evangelicos”.³⁴⁰

Estes carmelitas achavam-se tão imersos em seus negócios do sertão que os índios

³³⁷ ADOC, Castelo Branco, Atestado, 21/1/1746, Cx Maranhão.

³³⁸ LGM, op cit, p 215, 216.

³³⁹ “Auto de devassa de Francisco da Gama Pinto”, 19/6/1722, AHU, Maranhão.

³⁴⁰ ADOC, Frei Inácio da Conceição, Cx Maranhão. Este documento, devido a sua importância se encontra publicado em Prat, op cit, p 98.

“novamente descidos do matto para as aldeias, passam annos e annos, e morrem sem receberem o Baptismo, tudo por incúria e negligencia dos missionários que... despidos de todo zello da salvação das almas, só tratam dos lucros, que adquirem com o trabalho corporal dos mesmos índios”.³⁴¹

A área de missionação da Ordem era, como vimos, aquela correspondente ao Solimões e ao Negro. Era esta uma região em que perambulavam sertanistas mamelucos, desertores ou foragidos da justiça, e que encontravam no rio Negro uma região de refúgio e oportunidades. Escreve Arthur Reis que no vale do rio Negro “a presença da autoridade civil encarregada da disciplina não se processou imediatamente”, cabendo ao carmelita “a tarefa inicial”.³⁴² O sertanista, neste contexto, teria liberdade para agir à margem da lei, organizando, com o apoio de certos missionários, formas de existência que tinham na “preia do gentio”³⁴³ seu principal objetivo. A existência de um tráfico de escravos paralelo àquele regular das tropas de resgates encontrava o tácito apoio de certos missionários e de representantes da autoridade civil, vários deles interessados nos apresamentos clandestinos³⁴⁴ e era alimentado pela contínua demanda de escravos por parte da população das vilas do Grão-Pará. Neste sentido, não seja talvez exagerada a afirmação de Farage, segundo a qual “toda a colônia se encontrava envolvida com a escravização ilegal”.³⁴⁵

Sabemos da cumplicidade existente entre alguns carmelitas e sertanistas nesta atividade como foi o caso de Frei Jerônimo Coelho que junto a Francisco Ferreira descia o gentio do rio Negro e do rio Branco.³⁴⁶ O envolvimento com estes homens devia ser bastante corriqueiro já que nas instruções de Frei Inácio da Conceição podemos ler que

“nenhum missionário procure por si, ou por interposta pessoa compras e vendas de índios, SUB PENA de incorrerem na excomunhão imposta pelas Actas Geraes, e debaixo das mesmas penas mandamos a todos os Missionários, que nenhum índio da Aldeia, que sirva de guia e língua aos seculares, que sem faculdade de junta das Missões pretenderem entrar nos Sertões a contratar peças porque semelhantes negócios são expressamente prohibidos pelas leis de S Magestade, e também porque se não costumam fazer sem grandes violências de mortes, de amarrações e assaltos”.³⁴⁷

³⁴¹ Ib, p 98-99.

³⁴² Reis, Arthur Cezar Ferreira, “Paulistas na Amazônia e outros ensaios”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1942, p 278.

³⁴³ Ib p 278.

³⁴⁴ Os governadores Francisco Coelho de Carvalho, Christovão da Costa Freire e Bernardo Perreira de Berredo são três casos bastante conhecidos. Para uma discussão ver Farage, op cit, p 30 e 61.

³⁴⁵ Ib, p 30.

³⁴⁶ Ib, p 55-61.

³⁴⁷ Prat, op cit, p 101.

O rio Negro pode ser considerado como zona de refúgio por sua distância, e como região de oportunidades por estar inserido em uma importante rota de comunicação entre o Solimões, o Orenoco e o Branco. Suas riquezas consistiam nas drogas como o cacau e o anil, e no grande número de populações indígenas que aí viviam ou transitavam, e que eram cobiçadas pelos portugueses. Em 1695, Antônio de Miranda e Noronha referia como, ao sair da cidade do Pará em direção ao Negro, encontrou os sertões “continuados dos brancos”³⁴⁸ que iam traficar as drogas e cativar os índios. Enquanto lugar longínquo, o oeste amazônico foi esconderijo para aventureiros que buscavam áreas onde, como observa Robert Moraes, “a geografia atuasse como elemento de defesa”.³⁴⁹ Os dilatados sertões permitiam o recurso à mobilidade de um lugar a outro como tática de refúgio, conforme se depreende de repetidas cartas régias que ordenavam a captura destes homens. No entanto, satisfazer as ordens que provinham de Portugal não era fácil, como demonstra a frustração que emana de um parecer do Conselho Ultramarino de 1753:

“os sertões do rio Negro são tão vastos que sempre foram asilo de criminosos e refúgio de malfeitores em toda a vigilância que tinha tido em não consentir este estado, o cuidado de seus antecessores em castigá-los não tem sido bastante em extinguir os muitos que por lá se achavam e por mais actividade que os capitães daquela fortaleza punhao em cumprir as ordens nunca estas podião ter o devido efeito”.³⁵⁰

No momento em que o sertão é entendido como um lugar que esvazia o sistema normativo, as categorias sociais, que no contexto da colônia se encaixam em uma determinada hierarquia, sofrem, longe dos núcleos urbanos, um redimensionamento que afeta o status e a identidade dos sujeitos sociais. É oportuna, para o nosso caso, uma observação de Homi Bhabha para o qual é necessário “passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”.³⁵¹ Neste sentido, o sertão se apresenta como um espaço de rearticulação social e identitária. A estas

³⁴⁸ Nabuco, Joaquim, *O direito do Brasil*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, p 57.

³⁴⁹ Robert Moraes, A. C. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo, Hucitec, 1999, p 377.

³⁵⁰ “Parecer do Conselho Ultramarino sobre o procedimento a ter com Francisco Portilho de Melo”, 13-04-1753, AHU, Conselho Ultramarino, códice 209, fl 257.

³⁵¹ Bhabha, Homi, *O local da cultura*, Belo Horizonte, UFMG, 2001, p 20.

redefinições não escaparam vários missionários que, de catequizadores da alma indígena, se tornaram “empresários dos sertões”,³⁵² interpretando sua presença no oeste amazônico de uma maneira que desviava do intento originário. A transformação nas trajetórias de vida acarretada pelas possibilidades oferecidas por este ambiente determinou mudanças radicais na identidade destes homens, mais próximos aos sertanistas do que ao missionário virtuoso que deveriam encarnar. De acordo com esta observação, um item interessante que encontramos nas instruções de Frei Conceição é o segundo de sua lista onde ordena que

“nenhum missionário ande sem habito, passeando pelas Aldeyas com gabinares ou casacões de cores prohibidos aos Religiosos; e para evitar tam publico escândalo, ordenamos que nenhum Missionário dispa o Habito em presença de seculares, e qdo a necessidade os obrigue a usar cazacões os poderão trazer por cima do habito, com tanto que sejam pretos ou pardos”.³⁵³

Podemos inferir que certos missionários não usavam o hábito que, como justamente observa David Sweet, é um símbolo da identidade do carmelita, uma referência visual e de distinção social fundamental.³⁵⁴

Um mecanismo de adaptação – que se manifestou até na maneira de vestir – favoreceu, portanto, o desvio de certos carmelitas de seu ofício. Inseridos em um contexto como aquele do sertão, distante da cidade e de suas normas, mas também a ela complementar, por supri-la de bens e escravos, estes homens se comprometeram com um sistema que, afastando-os da vocação missionária, os aproximava do funcionamento da sociedade paraense. A região do Negro e do Solimões foi uma região de fronteira por excelência. Geograficamente distante centenas de léguas da cidade de Belém, e a esta culturalmente contraposta e confinada na noção de sertão, o oeste amazônico se aproximou à cidade no plano dos interesses de natureza comercial que com ela estabeleceu, transformando a dicotomia cultural em um *continuum* econômico.

3.2 Relações interétnicas: a troca desigual

³⁵² Farage, op cit, p 56.

³⁵³ Prat, op cit, p 99.

³⁵⁴ Sweet, David, op cit. P 647.

As missões carmelitanas do rio Negro concentraram uma população indígena etnicamente diferenciada que pertencia a um grupo lingüístico homogêneo: tratava-se das etnias Baré, Warekena, Baniwa, Manaos, todas falantes a língua Arawak, uma família originária do rio Negro e do Orenoco e atualmente presente em várias áreas do Brasil. Entre as populações Arawak, atenção particular merecem os Manaos que, ao longo do século XVIII, foram sujeitos ativos na definição de estratégias que lhes permitissem encontrar um papel no novo cenário das relações com os europeus.

A documentação existente sobre os Manaos mostra como este grupo étnico estava integrado, pelo menos desde o século XVI, com os indígenas do alto Solimões e com as populações do delta do Orinoco em uma extensa rede de escambo pan-amazônica que tinha um apêndice no Caribe.

De acordo com recentes pesquisas arqueológicas sabemos que o comércio amazônico tem uma longa data. Antes da chegada dos europeus, a região era povoada por numerosas populações, cujo padrão social era diferente daquele dos atuais grupos de caçadores e coletores. Há evidências arqueológicas de cultivos de roças e de grandes assentamentos à beira dos principais rios, sugerindo a existência de sociedades com estruturas sociais complexas. Os primeiros testemunhos de cronistas que navegaram pelo Amazonas fortalecem a tese de uma várzea densamente povoada com senhorios que estendiam seu poder por muitas léguas como foi o caso dos Omaguas, narrado entre outros por Acuña.

Anna Roosevelt e Eduardo Goes Neves são dois arqueólogos favoráveis à hipótese de chefaturas amazônicas como projeção de sociedades agrícolas com excedentes de produção.³⁵⁵ No entanto, esta hipótese tem sido criticada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, para o qual as cosmologias dos povos amazônicos não comprovam tais afirmações e, ao contrário, indicam a importância da caça entre estes povos,³⁵⁶ um regime

³⁵⁵ Roosevelt, Anna, "Arqueologia amazônica", in Cunha, Manuela Carneiro da, (org), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Neves, Eduardo Góes, "Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil", in Silva, Aracy Lopes da, Grupioni, Luis Donizete, (org), *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

³⁵⁶ Este autor acrescenta ainda a centralidade do mundo animal na aproximação indígena para com a natureza e "a difusão de uma predação ontológica como regime de constituição das identidades coletivas" que mal se

econômico que favorece padrões sociais mais flexíveis. Não podemos deter-nos mais neste assunto, contudo, o que nos interessa aqui é que uma forma de comércio intertribal existia, independentemente de a agricultura ter tido expressão relevante, como sugerem os arqueólogos, ou ter desempenhado papel secundário, como quer Viveiros de Castro. A Amazônia, na observação do especialista em etno-história Antônio Porro,³⁵⁷ era uma região diferente do litoral brasileiro em que o comércio dos índios Tupi era escasso. Ao contrário, na Amazônia, a mobilidade dos grupos indígenas foi caracterizada pela participação a sistemas de troca diferenciados nos quais, segundo Lathrap, os Arawak tiveram papel expressivo, sendo responsáveis pela introdução de artigos comerciais entre as populações andinas.³⁵⁸

A grande rede comercial amazônica era formada por micro-sistemas de troca regionais, sustentados por relações sociais que diferiam de caso a caso. Assim, no alto Amazonas, aos pés dos Andes, onde viviam os Jivaros, segundo Anne Christine Taylor as redes de troca eram baseadas

"em sistemas de companheirismo econômico-ritual diádicos intra ou interétnicos mais do que em grupos de especialistas em viagens de longa distância".³⁵⁹

Ao contrário, no médio Amazonas e mais ao leste, em correspondência do rio Negro, o escambo deixava de ser restrito à mera troca de bens em uma economia da dádiva, para assumir, segundo Porro, a feição de um comércio regular e de longo alcance.³⁶⁰

Pela relação do capitão Altamirano sobre a expedição de Ursua e Aguirre ao Amazonas, em 1559, consultada por Antônio Porro, sabemos que no médio Amazonas existiam caminhos trilhados por viajantes que iam comerciar cerâmicas e peixes em troca de lâminas de ouro.³⁶¹ Este autor cita ainda Mauricio de Heriarte, que acompanhando Pedro Teixeira em sua famosa expedição de 1637 ao longo do Amazonas descreveu práticas de

combina com a ideologia associada à agricultura. Viveiros de Castro, Eduardo, *A inconstância da alma selvagem*, São Paulo, Cosac & Naify, 2002, p 342-343

³⁵⁷ Porro, Antônio, *O povo das águas*, Petropolis, Vozes/Edusp (co-edição), 1996, p 126

³⁵⁸ Hill, Jonathan e Santos-Granero, Fernando, (org), *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazônia*, Chicago, University of Illinois Press, 2002, p 3.

³⁵⁹ Taylor, Anne Christine, "História pós-colombiana da alta Amazônia" in Carneiro da Cunha, Manuela, (org) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p 217

³⁶⁰ Porro, Antônio, op cit, p 125

³⁶¹ Ib, p 127.

escambo entre as populações do grande rio. Assim, nas proximidades do encontro do Solimões com o Negro, havia tribos especializadas no comércio de sal.³⁶² Exemplos deste tipo se encontram em abundância no livro de Porro, em que o autor, ao passar em resenha as crônicas, diários, relatos, e outro tipo de documentação produzida por cronistas, viajantes e funcionários coloniais oferece um interessante quadro das trocas comerciais entre as populações da Amazônia na época colonial.

A natureza do comércio incluía bens manufaturados ou produtos naturais como machados de pedra, sal, peixe, urucum, jade, ouro. Alguns objetos eram trocados e valorizados apenas em algumas áreas e não em outras e o próprio sistema comercial além de variar no espaço, como já foi dito, também sofreu modificações no tempo em decorrência da chegada dos europeus.

O circuito de troca atravessava a região amazônica por meio de seu sistema de comunicação mais natural: o fluvial. No espaço estabelecido pelas trocas, existiam duas rotas fluviais importantes: a do Negro-Japura e a do rio Branco. Os Manaos como mostraremos agora desempenhavam papel proeminente em ambas.

Os Manaos, eram chamados pelos holandeses de Maganouts e em um dos primeiros registros decorrente do encontro com Samuel Fritz, Manaves. O padre jesuíta em sua viagem ao longo do Amazonas, no ano de 1689, se estabeleceu por alguns dias em uma aldeia Jurimagua. Segundo o seu relato:

"Enquanto estava em minha choça, lutando com os achaques, veio comerciar com os Jurimaguas, em umas dez canoas, uma tropa de Manaves, índios gentios.... São esses índios Manaves muito valentes e temidos dos gentios vizinhos e fizeram frente há anos a uma tropa portuguesa".³⁶³

Para Rodolfo Garcia, que organizou a edição do diário de Fritz, a tropa portuguesa poderia ser aquela de Pedro da Costa Favela que em 1669 percorreu o Negro.

Fritz oferece ainda informações interessantes acerca da proveniência dos Manaos:

³⁶² *Ib*, p 128

³⁶³ Fritz, Samuel, *Diário em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1918, p 379

"Suas terras estão para as bandas do Norte sobre um riacho chamado Jurubets onde se chega pelo rio Jupurá. Saem de ordinário no tempo da enchente, porque então os dois rios se comunicam, de modo que podem, em canoas, penetrar do Jurubets no Jupurá".³⁶⁴

No Roteiro de José Monteiro de Noronha de 1768 podemos ler que

"O Yurubaxi he o mesmo a que Mr de Condamine e outros geógrafos chamão Yurubech e Yarubech, A sua barra he de pequena largura; porém mais adiante forma grandes lagos pelos quaes se comunica com o Yupurá. Há no Yurubaxi Pixirí e algum gentio da nação Macu. Em outro tempo foi povoado de Manaos".³⁶⁵

Monteiro de Noronha fixa os limites geográficos dos Manaos no rio Negro, entre o rio Uarirá, pouco abaixo do Padauri, e o Chiuará e Yurubaxi,³⁶⁶ que na época das enchentes, como informa Fritz, era um canal de comunicação com o Jupurá. Noronha informa também que os Manaos viviam em aldeias populosas nas duas margens do rio Negro. O historiador George Edmundson, em um antigo trabalho, estendeu os limites de Noronha em consideração das áreas em que os Manaos comerciavam, até compreender a barra do rio Branco na parte mais meridional e os rios Maho, Jupurá e Ucayari.³⁶⁷ No nosso entender a região definida por Noronha é mais correta pois as áreas de comércio em que atuavam os Manaos não eram fixas, mas mudaram com o tempo, devido principalmente ao impacto da frente colonizadora.

Mas que tipo de gêneros os Manaos comerciavam? Acompanhemos mais um pouco o relato de Fritz:

"O comércio que têm esses Manaves com os Aisuares, Ibanomas, e Jurimaguas consta de umas laminas de ouro, vermelhão, raladores de yuca, redes de cachibanco, com outros gêneros de cestinhos e macanas que lavram curiosamente. O ouro não o tiram eles, mas vão resgatá-lo, navegando o rio Iquiari; e este é o rio, entre taes gentios, muito afamado de ouro".³⁶⁸

³⁶⁴ Ib, p 379

³⁶⁵ Noronha, José Monteiro de, *Roterio da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rio Amazonas e Negro*, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1856, p 72

³⁶⁶ Ib, p 70-72

³⁶⁷ Edmundson, George, "Early relations of the Manos with the Dutch, 1606-1732", *The English Historical Review*, XXI, 1906, p 234

³⁶⁸ Fritz, Samuel, op cit, p 380.

O ouro é com certeza, entre estes produtos, aquele que mais despertou a atenção dos europeus. No relato de Acuña, de meio século anterior ao de Fritz, encontramos uma noção bastante precisa da geografia do ouro. Com efeito, este autor escreve que através do Jupurá se alcançava o rio Iquiari, isto é o rio Negro, conhecido também como rio do ouro, no qual os Manaos - chamados de Managus por Acuña - adquiriam o precioso metal dos Yumaguaris.³⁶⁹

Décio Guzman em sua dissertação sobre a historiografia dos Manaos³⁷⁰ enfrenta o tema que associava este povo ao ouro e à lendária cidade de Manoa próxima ao lago Parime. Pela narrativa dos viajantes do Amazonas os Manaos eram situados de maneira fantasmagórica desde o Uaupés até as Guianas, onde se localizava este lago, representado em muitos mapas até meados de setecentos, quando La Condamine afirmará sua existência apenas no imaginário dos aventureiros ou, para usar a expressão deste francês, em sua "avidez".³⁷¹

Os Manaos a partir de seu território no rio Negro empreendiam viagens com fins de troca até o Jupurá, conforme vimos em Fritz. Há uma documentação relativa ao século XVIII pela qual sabemos que, sob o mando de grandes chefes, os Manaos visavam também a região do rio Branco. Escreve Noronha que:

“Pelo Rio Branco se communicavão em outro tempo os índios do Rio Negro com os Holandezes de Suriname, vencendo com jornada de meio dia o espaço de terra que há entre o Tacutú e a parte superior do Rupuniani, que desagua no Esquivo, e este no mar do Norte entre os Rios Suriname, Orinoco”.³⁷²

Noronha não diz quais eram estes índios, no entanto podemos pensar que esta rota não fosse desconhecida aos Manaos que, de acordo com as pesquisas de Nádia Farage e Simone Dreyfuss, estavam se expandindo para aquela região. Escreve esta última que

³⁶⁹ Porro, Antônio, op cit. p 130.

³⁷⁰ Guzman, Décio, *Histórias de Brancos: memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (secs XVIII-XX)*, Campinas 1997.

³⁷¹ *Ib*, p 92.

³⁷² Noronha, José Monteiro de, op cit, p 67

"Desde o início do século XVIII, os Manao também se tinham lançado em tentativas de estender sua zona de influência ao norte e a leste, a fim de terem um acesso direto ao escambo holandês. Tiveram êxito, em 1714, travando relações 'estreitas' com, provavelmente, mercadores que lhes compravam, no rio Branco, os escravos que capturavam no Negro".³⁷³

George Edmundson tentou recuar de um século o comércio entre Manaos e holandeses. O historiador inglês, no entanto, recorre a conclusões precipitadas como quando justifica a presença holandesa na região do Negro pelo fato de os Warekenas, habitantes do Uaupés, apresentarem nomes judaicos, muito comuns entre os holandeses. O historiador comete também um erro ao querer filiar lingüisticamente os Warekenas aos Caribes, tradicionais aliados dos holandeses, quando os Warekenas são de língua Arawak.

Dreyfuss mostrou que os Manaos estavam comerciando diretamente com os holandeses. A natureza do contato devia ser no entanto esporádica, com comerciantes ambulantes dos sertões.

A chegada de holandeses na região, alimentada pela procura das drogas do sertão e de índios a serem escravizados, encontrou no circuito de trocas intertribal uma maneira de concretizar suas atividades comerciais. A intrusão européia evidentemente alterou a natureza dos bens trocados e modificou o sistema de poder e alianças nativas existentes, sem, contudo, eliminá-lo. Pelo contrário, foi a existência desta rede que permitiu aos povos indígenas inserir o europeu dentro de seu quadro de representações. A oferta de mercadorias européias desencadeou lutas intertribais pela conquista do status de parceiro comercial dos europeus e, na conquista de um nicho na rede mercantil, os povos indígenas encontraram maneiras de dar respostas às mudanças ocorridas. Ao serem envolvidos como intermediários no tráfico de outros índios, foram, portanto, donos de uma representação idiossincrática quanto ao processo do qual participavam.

Outros documentos de origem holandesa, datados de 1724, e consultados por Décio Guzman e Nádia Farage sugerem que os Manaos pretendiam entrar no circuito do tráfico de escravos demandados pelos holandeses, eliminando os tradicionais parceiros destes

³⁷³ Dreyfuss, Simone, "Os empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orinoco e o Corentino) de 1613 a 1796" in Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro (org), *Amazônia: etnologia e história indígena*, São Paulo, NHII, 1993, p 32

últimos³⁷⁴ e alimentando tensões entre os Caribes, aliados dos holandeses, que se sentiam ameaçados pela possível ascensão dos Manaos. A decisão holandesa foi de lançar uma ofensiva contra os Manaos através de milícias indígenas formadas por Karinya seguindo uma tática já praticada contra outras tribos inimigas.³⁷⁵ Isto acontecia justamente nos anos em que os Manaos guerreavam com os portugueses.

Em 1723, João da Maia gama enviara uma tropa de resgate ao rio Negro, comandada por Manuel de Braga, um sertanista experiente, que no começo do século costumava freqüentar aquela região sem a devida licença. Em 1709 era procurado nos sertões do rio Negro por fazer “peças” contra as disposições reais. Fora capturado em 1710 e logo depois absolvido e integrado como cabo da tropa de resgate.³⁷⁶

No encontro com os Manaos houve um enfrentamento em que dois homens da tropa foram mortos.³⁷⁷ Depois deste grave acidente, uma devassa feita por Belchior Mendes de Moraes, insinuava que o chefe Manao Ajuricaba era um aliado dos holandeses. O pretexto era suficiente para que fosse declarada guerra a este grupo étnico e a seus aliados Mayapenas. A guerra foi confiada ao comando de João Paes do Amaral que em 1727 derrotava o líder Ajuricaba. Outros chefes eram mortos em sucessivas batalhas capitaneadas por Belchior Mendes de Moraes, e milhares de Manaos eram capturados e vendidos como escravos nas praças do Pará e do Maranhão.

A guerra contra os Manaos teve a consequência de intensificar a ação de tropas de resgates na região do rio Negro. Em 1744, Padre Roman, jesuíta espanhol do Alto Orenoco, informava que “los portugueses van haciendo entradas, y agregando gente em rio Negro”.³⁷⁸ Roman estimava que ao longo de seis anos os portugueses tinham escravizados 8.000 índios e aldeado 4.000 “almas libres”,³⁷⁹ além de um numero impreciso de forros. A coisa mais preocupante para os padres espanhóis era que naqueles anos os sertanistas do Pará tinham descoberto a comunicação entre o Negro e o Orenoco.

³⁷⁴ Guzman, Décio, op cit, p 76.

³⁷⁵ Whitehead, Neil, “Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820”, *Ethnohistory*, 37:4, 1990

³⁷⁶ LGM, Tomo 2, p 11 e 69.

³⁷⁷ Sweet, op cit, p 529

³⁷⁸ Useche Losada, Mariano, *El proceso colonial en el Ato Orenoco-Rio Negro (siglos XVI a XVIII)*, Bogotá, Fundacion de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, 1987, p 109.

³⁷⁹ Ib, p 111.

Nos anos sucessivos a estes episódios, outros Manaos continuaram a serem descidos pelas tropas de resgates portuguesas, como mostrado pelo Livro das Canoas,³⁸⁰ ou aldeados junto a outros indígenas ao longo do rio Negro onde, em pouco tempo, foram perdendo a originária identidade e com ela o etnônimo que hoje existe apenas na memória regional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Documentos manuscritos

Lisboa

³⁸⁰ Meira, Marcio, *Livro das Canoas*, São Paulo, NHII-USP, 1994.

Arquivo Histórico Ultramarino

Conselho Ultramarino, códice 209 e 271

Biblioteca Nacional

Coleção Pombalina, 621, 622, 625

Roma

Arquivo da Ordem Carmelita

Fondo Maranhão

São Paulo

Instituto de Estudos Brasileiros

Projeto Resgate

Documentos da Capitania do Maranhão
Documentos da Capitania do Pará

2. Documentos impressos

Acosta, José de, *História Natural y Moral de las Índias*, [1590], México, Fondo de Cultura Económica, 1940.

Anghiera, Pietro Martire, *Décadas del Nuevo Mundo*, trad [1530], Buenos Aires, Bajel, 1944

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Belém, 13 vls.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol 26, 1904.

Berredo, Bernardo Pereira de, *Anais históricos do Estado do Maranhão*, [1749], Firenze, Barbera, 1905.

Betendorf, João Felipe, "Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXII, Rio de Janeiro, 1909.

Cedeam, *Boletins de pesquisa*, Manaus, 1983-84, 3 vols

Daniel, João, *Tesouro descoberto no rio Amazonas*, 2 vols, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

Ferreira, Alexandre Rodrigues, *Viagem Filosófica ao rio Negro*, Belém, MPEG, 1983.
_, *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias. Antropologia*, Rio de Janeiro, Conselho Federal da Cultura, 1974.

Ferreira, João de Sousa, "Noticiário maranhense", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 81, Rio de Janeiro, 1917, p 289-352.

Fritz, Samuel, "Diário", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 1, Rio de Janeiro, 1917, p 355-397.

La Condamine, Charles Marie de, *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*, Rio de Janeiro, Pan-Americana, 1944.

Livro Grosso do Maranhão, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 66-67, 1948.

Lunardi, Ernesto, Magioncalda, Elsa, Mazzacane, Rosanna, (org), *La scoperta del Nuovo Mondo negli scritti di Pietro Martire d'Anghiera*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1988

Meira, Márcio, *Livro das Canoas*, São Paulo, NHII-USP/FAPESP, 1994.

Melo Moraes, Alexandre José de, *Corographia histórica, cronographica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil*, 4 vols, Rio de Janeiro, 1858-1863.

Mendonça. Marcos Carneiro de, *A Amazônia na época pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759*, 3 vols, Rio de Janeiro, IHGB, 1963.

Noronha, José Monteiro de, *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província*, [1768], Lisboa, Academia Real das Ciências, 1856.

Papavero et al (org), *O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
_, *Landi: Fauna e Flora da Amazônia Brasileira*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

Pimentel, Vitoriano, "Relação do frei Vitoriano Pimentel sobre as missões do rio Negro e Solimões", *Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará*, Belém, vol XIII, 1983, p 402-416

Reis, Artur César Ferreira, *Lobo d'Almada: um estadista colonial*, Manaus, 1940.

_, "O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII", *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico*, 13, Rio de Janeiro, p 241-253.

_, "As fortificações da Amazônia no período colonial", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 344, 1984, p 217-227.

_, "Prestação de contas de um governante colonial do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p 85-99.

Rio Branco, Barão do, *Questão de limites. Guiana Inglesa*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações exteriores, 1945.

Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de, *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775); Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S José do Rio Negro; Apêndice ao diário da viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa*, [1825], Manaus, Fundo Editorial, 1985.

Spix, Johann Baptist Von e Martius, Carl Friedrich Von, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, [1823], vol 3, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981

Studart, Guilherme, *Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará*, 4 vols, Fortaleza, Minerva, 1904-1921.

Vieira, Antonio, *Cartas do Brasil*, Organização e introdução de João Adolfo Hansen, São Paulo, Hedra, 2003.

3. Livros, teses e artigos

Abreu, Capistrano de, *Capítulos de história colonial* [1907] & *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Brasília, Unb, 1982.

Adonias, Isa, "A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol 287, 1970, p 77-132.

Agnolin, Adone, *O apetite da antropologia. O sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá*, São Paulo, Humanitas, 2005

Albuquerque, Luís de, *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*, Publicações Europa-América, sd.

Alden, Dauril, "The Significance of Cacau Production of the Amazon Region during the Late Colonial Period", Separata do *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol 120, nº 2, 1976.

_, "El índio desechable en el Estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII", *América Indígena*, vol XLV (2), 1985, p 427-446.

Alès, C. e Pouyllau, M, "La conquête de l'inutile. Les géographies imaginaires de l'Eldorado", *L'Homme* nº 122-124, 1993, p 271-307.

Almeida, André Fernand de, *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

_, "Samuel Fritz revisited: the Maps of the Amazon and their Circulation in Europe" in Curto, Diogo Ramada, Cattaneo Angelo, Almeida, André Ferrand de (org), *La cartografia europea tra primo rinascimento e fine dell'illuminismo*, Atti del Convegno Internazionale *The Making of European Cartography*, Firenze, Leo Olschki Editore, 2003.

Almeida, Maria Regina Celestino de, "Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia. A colonização da Amazônia ocidental, 1750-1798", *Anais da Biblioteca Nacional*, v 112, 1999, p 63-85.

_, "Os índios aldeados: histórias e identidades em construção", *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 12, 2001.

_, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

Amado, Janaina, "Região, sertão, nação", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 8, n 15, 1995, p 145-151.

_, "Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial" *História, ciência, saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol VI (suplemento), 2000, p 813-832.

Amoroso, Marta Rosa, *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1991.

Araujo, Emanuel, "Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais" in Del Priore, Mary, *Revisão do Paraíso*, Rio de Janeiro, Campus, 2000.

Araujo, Renata Malcher de, *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP, 1998.

Azevedo, João Lúcio de, *Os jesuítas no Grão-Pará*, [1901], 2ª ed, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930

Baena, Antônio Ladislau Monteiro, *Compêndio das eras da Província do Pará*, [1829], Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

_, *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, Santos & menor, 1839.

Barata, Manuel, “A antiga produção e exportação do Pará” e “A jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco”, in *Formação histórica do Pará*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.

_, “A capitania do Camutá”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 69, Rio de Janeiro, 1908, p 183-192.

Bellotto, Heloisa, "Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757)" in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 29, 1988, p 49-60.

_, "Trabalho indígena, regalismo e colonização no Estado do maranhão nos séculos XVII e XVIII" in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2 (4), 1982, p 177-192.

Beozzo, Oscar, *Leis e regimentos das missões*, São Paulo, Loyola, 1983.

Bhabha, Homi, *O local da cultura*, trad. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

Blaj Ilana, “Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material”, in Antônio Candido (org), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

Blaj, Ilana e Maluf, Marina, "Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda", *Revista de História*, São Paulo, nº 122, 1990.

Bolton, Herbert, “The Mission as a Frontier Institution in the Spanish-American Colonies”, *American Historical Review*, 23, 1917, p 42-61

Boxer, Charles, *A idade de ouro no Brasil*, trad. São Paulo, Brasiliense, 1963.

_, *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*, trad. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

_, *A igreja e a expansão ibérica 1440-1770*, trad. Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.

_, *O império marítimo português, 1415-1825*, trad. Lisboa, Edições 70, 1992.

Bueno, Beatriz Siqueira, “Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares”, *Oceanos*, 41, Lisboa 2000, p 40-58.

Burke, Peter, (org) *A escrita da História*, trad. São Paulo, Unesp, 1992.

Cardoso, Alírio, *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*, Campinas, dissertação de Mestrado, Unicamp, 2002

Cardoso, Ciro Flamarion, *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana francesa e Pará*, Rio de Janeiro, Graal, 1984.

Carvalho Jr, Almir Diniz de, *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*, Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2005.

Chambouleyron, Rafael e Cardoso, Alírio Carvalho, "Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)" in Mary Del Priore e Flávio dos Santos Gomes, *Os senhores dos rios*, Rio de Janeiro, Campus, 2003.

Clifford, James, *Strade. Viaggio e traduzione alla fine del secolo XX*, trad. Torino, Bollati Boringhieri, 1999.

Correia, João Rosado, (org), *Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina*, Monzaraz, 1999.

Cortesão, Armando, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, 2 vols, Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935.

Cortesão, Jaime, *Raposo Tavares e a formação do Brasil*, Rio de Janeiro, MEC, 1958.

_, *História do Brasil nos velhos mapas*, 2 vols, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1965.

Couto, Jorge, "O poder temporal nas aldeias dos índios do Estado de Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a coroa (1751-1759)" in Silva, Maria Beatriz Nizza da (org), *Cultura portuguesa na terra de Santa Cruz*, Lisboa, Estampa, 1995.

_, *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

Crosby, Alfred W, *A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*, trad. São Paulo, Unesp, 1999.

Cunha, Manuela Carneiro da, (org) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Damasceno, D, "Simão Estácio, capitão de navio, procurador das coisas do Maranhão", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol 94, Rio de Janeiro, 1974.

Davidson, David, "How the Brazilian West was won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752" in Alden, Dauril (org) *Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, University of California Press, 1983, p 97-103.

Dias, Manuel Nunes, *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*, Belém, UFPA, 1970.

_, "Política pombalina na colonização da Amazônia 1755-1777", *Studia*, nº 23, 1968, p 7-32.

_, "As frotas do cacau da Amazônia", Separata da *Revista da Faculdade de Ciências*, vol XXXIX, Coimbra, 1967, p

Domingues, Ângela, "A educação dos meninos índios no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII" in Silva, Maria Beatriz Nizza da (org), *Cultura portuguesa na terra de Santa Cruz*, Lisboa, Estampa, 1995.

_, "O reconhecimento do rio grande: as primeiras viagens de espanhóis e portugueses pelo país das Amazonas" in *Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil: memórias e imaginários*, Lisboa 1999, p 5-12.

_, *Quando os Índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

Dreyfus, Simone, "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1616 a 1796" in Viveiros de Castro, Eduardo e Cunha, Manuela Carneiro da (org) *Amazônia. Etnologia e história indígena*, São Paulo, NHI-USP, 1993.

Duarte, Cristóvão Fernandes, "São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino", *Oceanos*, Lisboa nº 41, 2000, p 152-160.

Dutra, Eliana Regina de Freitas, "Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em *Caminhos e Fronteiras*" in Paiva, Eduardo França e Anastasia, Carla Maria Junho (org), *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver. Séculos XVI a XIX*, São Paulo, Annablume, 2002.

Edmundson, George, "The Dutch on the Amazon and Negro in the Seventeenth Century", *English Historical Review* 18, 1903, p 642-663.

_, "Early Relations of the Manóas with the Dutch, 1606, 1732", *English Historical Review* 21, 1906, p229-253.

Farage, Nádia, *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

Foucault, Michel, *Microfísica do poder*, trad. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_, "Outros espaços" in *Ditos e escritos III*, trad. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

Fragoso, Hugo, "Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará", in Hoornaert, Eduardo (org.), *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*, São Paulo, Edições Paulinas, 1982.

Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

Gentile, Sebastiano, "Umanesimo e cartografia: Tolomeo nel secolo XV", in Curto, Diogo Ramada, Cattaneo, Ângelo, Almeida, André Ferrand (org), *La cartografia europea tra primo rinascimento e fine dell'illuminismo*, Atti del Convegno Internazionale *The Making of European Cartography*, Firenze, Leo Olschki Editore, 2003.

Giraldo, Manuel Lucena, "Reformar as florestas: o tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa", *Oceanos*, 40, Lisboa, 1999, p 66-76.

Godinho, Vitorino Magalhães, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

Gomes, Flávio dos Santos, *A Hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*, São Paulo, Unesp, 2005.

Goffart, Walter, *Historical Atlases: the first three hundred years 1570-1870*, Chicago, University of Chicago Press, 2003.

Gondim, Neide, *A invenção da Amazônia*, São Paulo, Marco Zero, 1994.

Greenblatt, Stephen, *Possessões maravilhosas. O deslumbramento do Novo Mundo*, trad, São Paulo, Edusp, 1996

Gross, Sue, "Labor in Amazônia in the first half of the Eighteenth Century", *The Americas*, 32:2, 1975, p 211-221.

Guedes, Max Justo, "A jornada do Maranhão", *História Naval Brasileira I*, pt II, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de documentação Geral da Marinha, 1975.

_, "Ações navais contra os estrangeiros na Amazônia, 1616-1633", *História Naval Brasileira I*, pt II, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de documentação Geral da Marinha, 1975.

Guerreira, Inácio, "Fronteiras do Brasil colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII", *Oceanos*, 40, Lisboa, 1999, p 24-42.

Guzman, Décio, *Histórias de Brancos: memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (secs XVIII-XX)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1997.

Handa, Francisco, *Colonização, missão e representação: a Amazônia no diário de Samuel Fritz (1689-1723)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 1996.

Harley, Brian, *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*, The John Hopkins University Press, Baltimore, 2001.

Hemming, John, *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*, London, Papermac, 1987.

_, *Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians*, London, Papermac, 1995.

Hill, Jonathan, (org), *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*, University of Illinois Press, 1988.

_, e Santos-Granero (org) *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazônia*, Chicago, University of Illinois Press, 2002.

Holanda, Sérgio Buarque de, "Movimentos da população em São Paulo no século XVII", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 1, 1966.

_, (org) *História Geral da civilização brasileira, Tomo I - a época colonial*, São Paulo, Difusão Européia do livro, 1968.

_, *O extremo oeste*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_, *Monções*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

_, *Caminhos e fronteiras*, São Paulo, Companhia das letras, 1994.

_, *Visão do Paraíso*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

_, "Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão-Duque Fernando I (1587-1609)", *Revista de História*, 142-143, São Paulo, 2000.

Hoornaert, Eduardo, "As missões carmelitanas na Amazônia (1693-1755)" in Hoornaert, Eduardo (org.), *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*, São Paulo, Edições Paulinas, 1982.

Kiemen, Mathias, *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1694*, Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1954.

Kok, Maria da Glória Porto, *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 2003.

Koyré, Alexandre, *Do mundo fechado ao universo infinito*, trad. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

Lapa, José Roberto Amaral, *Economia colonial*, São Paulo, Perspectiva, 1973.

Leite, Aureliano, *Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho : capitão general de São Paulo e Minas do Ouro, no Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944.

Leite, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol 3,4,8,9, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

_, *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra literária*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940.

Lisboa, João Francisco, *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*, Petrópolis, Vozes, 1976.

Lorimer, Joyce, *English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646*, London, Hayklut, 1989.

Loureiro, Antônio José Souto, *Síntese da história do Amazonas*, Manaus, Imprensa Oficial, 1978.

MacLachlan, Colin, "The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon (1700-1800)" in Alden, Dauril (org) *Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, University of California Press, 1973.

Magalhães, Basílio, *Expansão Geográfica do Brasil colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

Maldi, Denise, "De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX", *Revista de Antropologia* 40 (2), 1997, p 183-221.

Marchant, Alexander, *Do escambo à escravidão. As relações econômicas dos portugueses e índios na colonização do Brasil 1500-1580*, [1942] trad. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980, 2ª edição.

Meira, Márcio et al, "A língua geral como identidade construída", *Revista de Antropologia*, São Paulo, 39 (1), 1996, p 191-219.

Meireles, Mário, *História do Maranhão*, DASP, Serviço de documentação, 1960.

Mello, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

Menendez, Miguel, "A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e colonizado" in Cunha, Manuela Carneiro da (org), *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Monteiro, John, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das letras, 1994.

_, "Armas e armadilhas. História e resistência dos índios" in Novaes, Adauto (org), *A outra margem do ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_, "O escravo índio: esse desconhecido" in Grupioni, Luís Donizete, (org) *Índios no Brasil*, Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

_, (coordenação), *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*, São Paulo, NHII-USP/FAPESP, 1994.

Moraes, Antônio Carlos Robert, *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*, São Paulo, Hucitec, 2000.

Moreira, Rafael (org), *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

Moreira Neto, Carlos de Araujo, *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*, Petropolis, Vozes, 1988.

_, "Os carmelitas", in Hoornaert, Eduardo (org.), *História da Igreja na Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1992.

Muniz, Palma, *Relatorio sobre a Fortaleza de Gurupá : apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Dionysio Ausier Bentes, Governador do Estado do Pará pelo engenheiro civil Palma Muniz*, Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927.

Nabuco, Joaquim, *O Direito do Brasil*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

Neves, Eduardo Goes, "Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil" in Silva, Aracy Lopes da e Grupioni, Luís Donizete, (org) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Novais, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, São Paulo, Hucitec, 1995.

_, "Condições da privacidade na colônia", in Souza, Laura de Mello e (org), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Oliveira, Ângela Sanches Leão de, *Justiça dos brancos, liberdade dos índios: uma discussão legislativa na Amazônia colonial*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2004.

Parker, Geoffrey, *The Military Revolution. Military Innovation and the Rise of the West 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª edição, 1996.

Perrone-Moisés, Beatriz, "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)" in Cunha, Manuela Carneiro da (org), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Pompa, Cristina, "As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e 'Tapuia' no Brasil colonial", *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 11, 2001, p 27-44.

_, *Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*, Bauru, Edusc, 2003.

Porro, Antônio, *O povo das águas. Ensaio de etno-história amazônica*, Petropolis, Vozes/Edusp (co-edição), 1996.

_, *As crônicas do Rio Amazonas. Tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*, Petropolis, Vozes, 1993.

Prado jr, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense.

Prat, André, *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (séculos XVII e XVIII)*, Recife, 1941.

Pratt, Mary Louise, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, trad, Bauru, Edusc, 1999.

Puntoni, Pedro, *A guerra dos bárbaros. Povos Indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, 2000.

_, "A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)" in Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (org), *Nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

Raminelli, Ronald, "Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira", *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 6, 1999, p 157-182.

_, "Testemunho do despovoamento: Amazônia colonial" *Leituras*, nº 6, Lisboa, 2000.

Ramos, Luís Antônio de Oliveira, "Le Brésil amazonien à la fin du XVIII siècle", *Revista de Ciências Históricas*, nº 7, 1992, p 113-133.

Reeve, Mary Elizabeth, "Regional Interacion in the Western Amazon: the Early Colonial Encounter and the Jesuit Years: 1538-1767" in *Ethnohistory* 41: 1, 1994, p 106-139.

Reis, Artur César Ferreira, *História do Amazonas*, Manaus, 1931.

_, *A política de Portugal no vale amazônico*, Belém, 1940.

_, "Paulistas na Amazônia e outros ensaios", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 175, 1940, p 217-338.

_, *Síntese de história do Pará*, Belém, 1942.

_, "Roteiro histórico das fortificações no Amazonas", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1942, p 118-168.

_, *Estadistas portugueses na Amazônia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1948.

_, *A Amazônia que os portugueses revelaram*, Rio de Janeiro, MEC, 1956.

_, "Limites e demarcações na Amazônia brasileira" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (244), 1959, p 3-103.

_, "A ocupação portuguesa do vale amazônico" in Holanda, Sérgio Buarque de (org), *História geral da civilização brasileira, tomo 1 - A época colonial*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

_, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, 2 vols, Belém, Secult, 1993.

Ribeiro, Tereza Cristina, *O Tribunal da Junta de Missões: ecos da relação jesuítas índios no Pará colonial*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2000.

Rodman, Margaret, "Empowering Place: Multilocality and Multivocality", *American Anthropologist* 94, 1992, p 640-656.

Roosevelt, Anna, "Arqueologia amazônica", in Cunha, Manuela Carneiro da, (org) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP, 1992.

_, *Amazonian Indians. From Prehistory to the Present. Anthropological Perspectives*, Tucson, University of Arizona Press, 1994.

Ruiz, Luciette, *Um novo rio, um novo mundo: a Amazônia na cartografia dos séculos XVI e XVII*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 2002.

Russell Wood, A.J.R., "Fronteiras no Brasil colonial" in *Oceanos* 40, Lisboa, 1999, p 8-20.

Safier, Neil, "Subalternidade tropical? O trabalho do índio remador nos caminhos fluviais amazônicos" in França Paiva, Eduardo e Anastasia, Carla Maria Junho (org), *O trabalho mestiço. Maneiras de pensar e formas de viver. Séculos XVI a XIX*, São Paulo, Annablume, 2002.

_, "O Diário da Viagem do Ouvidor Sampaio (1774-1775): as práticas narrativas de uma viagem administrativa na América Portuguesa", *Leituras*, nº 6, Lisboa, 2000, p 123-145.

Salgado, Graça (org), *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Salomon, Frank, "Testimonies: The Making and reading of Native South American Historical Sources" in Salomon, Frank e Schwartz, Stuart (ed) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, volume III: South America, part 1*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Sampaio, Patrícia Maria Melo, *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c. 1823*, Tese de Doutorado, Niteroi, Universidade Federal Fluminense, 2001.

Sandman, Alison, "An Apologia for the Pilots' Charts: Politics, Projections, and Pilot's Reports in early Modern Spain", *Imago Mundi*, vol 56, nº 1, 2004, p 7-22.

Santos, Francisco Jorge dos, *Além da conquista. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*, Manaus, Edua, 2002.

Saragoça, Lucinda, *Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia*, Cosmos, Lisboa, 2000.

Schwartz, Stuart, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, trad. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_, e Salomon, Frank, "New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment, and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era)" in Salomon, Frank e Schwartz, Stuart (ed) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, volume III: South America, part 2*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Seed, Patrícia, *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*, trad. São Paulo, Unesp, 1999.

Shirley, Rodney. *The Mapping of the world. Early Printed World Maps, 1472-1700*, London, Holland Press, segunda edição revista, 1987.

Silva, Fernanda Fernandes da, *Fortificações brasileiras: máquinas de guerra e de memória*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1991.

Silva, João Manuel Azevedo e, "Aspectos da política pombalina na Amazônia", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, 1999, p 345-389.

Simonsen, Roberto, *História econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

Sodré, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979.

Sommer, Barbara, *Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*, Tese de Doutorado, New Mexico, University of New Mexico, 2000.

_, "Colony of the Sertão: Amazonian Expeditions and the Indian Slave Trade", *The Americas*, 61:3, 2005, p 401-428.

Souza, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_, *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

_, "Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações" in Souza, Laura de Mello e (org), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_, "O nome do Brasil", *Revista de História*, São Paulo, 2001.

Steward, Julian H., (org.), *Handbook of South American Indians*, New York, Cooper Square, 1963.

Stewart, C e Shaw, R (org) *Syncretism/Antisyncretism. The Politics of Religious Synthesis*, London Routledge and Kegan, 1994.

Sweet, David, "Francisca, Indian Slave" in Sweet, David e Nash, Gary (ed), *Struggle and Survival in Colonial America*, Berkeley, University of California Press, 1991.

_, *A rich Realm of Nature destroyed: the Middle Amazon valley, 1640-1750*, Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1974.

Taylor, Anne Christine, "História pós-colombiana da alta Amazônia" in Cunha, Manuela Carneiro da (org) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_, "The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to the Early Nineteenth Century" in Salomon, Frank e Schwartz, Stuart (ed), *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, volume III: South America, part 2*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Tucci, Ugo, "Atlas", Enciclopedia Einaudi,

Tyacke, Sarah, "English charting of the River Amazon c. 1595-1630", in William Storey (org), *Scientific Aspects of European Expansion (An Expanding World, Vol 6)*, Variorum, 1996.

Ugarte, Auxiliomar da Silva, *O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2004.

Useche Losada, Mariano, *El proceso colonial en el Alto Orinoco-Rio Negro (siglos XVI a XVIII)*, Bogotá, Fundacion de Investigaciones Arqueologicas Nacionales, 1987.

Varnhagen, Francisco Adolpho, *História Geral do Brasil*, 5 vols, São Paulo, Melhoramentos, 3ª edição integral.

Vianna, Hélió, "Bento Maciel Parente: soldado, sertanista e administrador", *Cultura Política* 43, Rio de Janeiro, 1944.

Vidal, Sílvia, "Kuwé Duwákalumi: The Arawak Sacred Routes of Migration, Trade, and Resistance", *Ethnohistory* 47: 3-4, 2000, p 635-667.

_, "Secret Religious Cults and Political Leadership: Multiethnic Confederacies from Northwestern Amazonia", in Jonathan Hill e Fernando Santos-Granero (org) *Comparative Arawakan Histories: rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*, Chicago, University of Illinois Press, 2002.

_, e Alberta Zucchi, "Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazônico (1798-1830)", *Colonial Latin American Review*, vol 8, nº 1, 1999, p 113-132.

Viveiros de Castro, Eduardo, *A inconstância da alma selvagem*, São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

Wegner, Robert, *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Belo Horizonte, UFMG, 2000.

Wehling, Arno e Wehling, Maria José, *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

Wermers, Manuel Maria, *A ordem carmelita e o Carmo em Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1963.

_, "O estabelecimento das missões carmelitanas no rio Negro e nos Solimões (1695-1711)" in *V colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*, Coimbra, 1965.

Whitehead, Neil, "Carib Ethnic soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820" in *Ethnohistory* 37: 4, 1990, p 357-385.

_, "Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900" in *L'Homme* 126-128, (2-4), 1993, p 285-305.

_, "The Historical Anthropology of Text: The Interpretation of Releg's Discoverie of Guiana", *Current Anthropology*, vol 36, nº 1, 1995.

_, "Native Peoples Confront Colonial Regimes in Northeastern South America (c. 1500-1900)" in Salomon, Frank e Schwartz, Stuart, (ed), *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, volume III: South America, part 2*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Wright, Robin, "Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas", *Revista de Antropologia*, 30-31-32, São Paulo, 1987-1989, p 355-381.

_, "Indian slavery in the northwest Amazon" in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropológica* 7(2), 1991, p 149-179.

_, "Destruction, Resistance, and Transformation - Southern, Central, and Northern Brazil (1580-1890)" in Salomon, Frank e Schwartz, Stuart (ed), *The Cambridge History of the*

Native Peoples of the Americas, volume III: South America, part 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Zeron, Carlos Alberto, e Camenietzki, Carlos Ziller, “Nas sendas de Sergio Buarque de Holanda – Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608”, *Revista de História*, 142-143, São Paulo, 2000.